

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES DE APOIO E SOLIDARIEDADE À REFORMA AGRÁRIA

Centenas de milhar de trabalhadores manifestaram em todo o país, nomeadamente nos distritos de Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, e também no Porto, a sua determinação e firmeza na defesa da Reforma Agrária, a sua incondicional solidariedade e apoio aos heróicos trabalhadores das unidades colectivas e cooperativas alentejanas e ribatejanas.

«O trabalho dá pão, a violência não!», «Unidos venceremos!», «Agrários fora do MAP!», foram algumas das palavras de ordem que reafirmaram

uma disposição de luta que constitui uma sólida muralha contra todos aqueles que, na destruição da Reforma Agrária, vêm uma das vias para destruir o Portugal de Abril.

Os trabalhadores estão interessados na solução dos problemas, estão dispostos ao diálogo — e é necessário que o Governo, qualquer que ele seja, o compreenda. O que os trabalhadores não aceitam é que se ponham em causa as suas conquistas, nem que à força da razão se substitua a razão da força.

Pág. 9



Confiantes e serenos, mas firmes, trabalhadores da Cooperativa Resistência Popular, (S. Cristóvão, Montemor-o-Novo) dirigem-se, de madrugada, para as suas terras. Juntam-se-lhes companheiros de outras cooperativas e UCPs das redondezas. Foi na quinta-feira passada. Estava prevista a entrega de uma "reserva" que, afinal, não se veio a concretizar. A reportagem do "Avante!" estava lá e conta como foi (pág. 9).

HOJE NO NORTE VÁRIAS JORNADAS DE LUTA E SOLIDARIEDADE

pág. 9

Álvaro Cunhal sábado na Amadora

O Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participará no comício que vai realizar-se na tarde do próximo sábado, no Pavilhão do Académica da Amadora, na Reboleira, por iniciativa do Organismo de Direcção da Organização da Amadora do Partido Comunista Português.

O comício será antecedido por um Canto Livre que terá início às 15 horas e que conta com a presença de Ary dos Santos e Nuno Gomes dos Santos.



20 mil pessoas no comício de Évora

Domingo passado, em Évora, 20 000 pessoas, entre as quais predominavam largamente os assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores, participaram num comício com a presença do camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso (págs. centrais) foi voltado para a Reforma Agrária.

Neste número



O PCP e o aumento dos combustíveis ● As relações comerciais entre Portugal e a URSS ● O Barreiro vai ter novo Centro de Trabalho ● Em marcha a Campanha de fundos da UJC ● Os comunistas na Assembleia da República ● 200 mil metalúrgicos e 30 mil trabalhadores de material eléctrico e electrónico paralisam hoje a nível nacional ● O novo regime de finanças locais

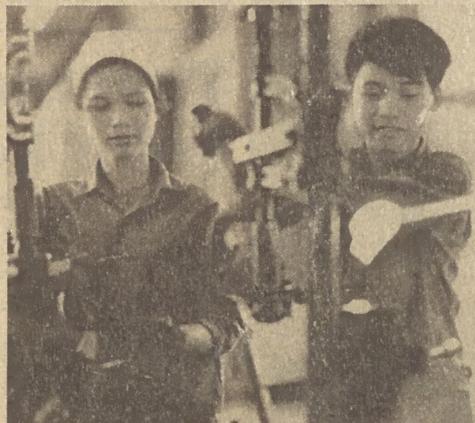
Turquia

Repressão anticomunista

Mais de 400 assassinatos em 8 meses — eis o triste balanço de uma agitada vida política na Turquia, o único país da Europa onde o Partido Comunista é ilegal. Esta situação motiva manifestações de solidariedade em vários países, nomeadamente o nosso (págs. 4 e 11).



1.º de Maio de 1978: grande participação de mulheres nas manifestações de rua na capital da Turquia



Com a ajuda da comunidade socialista, o povo vietnamita abre os caminhos do futuro

Vietnam

Grande prestígio internacional

O novo Vietnam, graças à sua luta heróica contra o imperialismo e à firmeza das suas posições internacionalistas, ganha cada vez maior prestígio entre os trabalhadores de todo o mundo, que estão ao lado do povo vietnamita na sua nova luta pela construção de um futuro melhor (pág. 12).

África

Partidos Comunistas e Operários analisam a situação

Partidos Comunistas e Operários africanos discutem em conjunto a situação no continente e definem as linhas principais de uma situação caracterizada por um cada vez maior recuo das posições imperialistas, colonialistas e racistas (pág. 11).



Em África também, os partidos comunistas e operários estão na vanguarda da luta pela libertação e pelo progresso, pela paz e pela justiça social



António Maidana pouco depois da sua libertação, em Fevereiro de 1977

Paraguai

Entrevista com A. Maidana

Significativas declarações do camarada António Maidana, secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, desmentem aqueles que, oportunisticamente, tentam fazer crer que no país se vive uma "experiência democrática" (pág. 12).

Editorial

UMA POLÍTICA ASSENTE NAS REALIDADES DO PAÍS

Os saudosistas do passado que acalentam o sonho insensato de destruir as conquistas democráticas de Abril...

O que se passou nos últimos dias em Portugal, com particular relevo nos distritos da Reforma Agrária e nas cinturas industriais de Lisboa e Setúbal...

Do Sul ao Norte, nas mais variadas formas, desde as paralisações - simbólicas ou não - às concentrações, manifestações ou simples moções e abaixo-assinados...

É indubitável que os actos altamente controversos de certos departamentos do Governo demitido que suscitaram uma tão vasta acção de solidariedade e de repulsa populares...

Mas os aspectos salientes da crise governativa actual, com toda a sua carga desestabilizadora e perigosa, não são, porém, senão partes constitutivas - uma faceta - de uma situação bem mais geral, complexa e nefasta para o País...

Podem-se dizer que a estrondosa falência dessa política constitui outra importante lição desta crise, igualmente merecedora de séria reflexão e sobre a qual é útil determo-nos um pouco.

A exigência de um novo governo e de uma nova política nunca foi tão imperiosa.

A nomeação do professor Mota Pinto como Primeiro-Ministro indigitado, não é, em si, susceptível de garantir as urgentes rectificações políticas que a situação nacional reclama.

É sabida a posição do PCP quanto a um futuro governo: conhecida a personalidade do Primeiro-Ministro, conhecida a composição e o programa do governo, prevista tanto quanto possível a sua prática política, o PCP decidirá em última análise a sua atitude quanto à futura equipa governativa e ao seu programa.

Entretanto, a rectificação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista é inadiável. É não somente uma exigência de defesa das liberdades e das instituições democráticas como uma necessidade objectiva da economia nacional sob pena de o País caminhar irrevogavelmente para a bancarrota.

O PCP tem insistido na necessidade de se corrigirem urgentemente os aspectos mais nocivos da orientação e da

prática dos anteriores governos de legislatura, de modificar os seus critérios de classe, de cumprir a Constituição. A política de submissão ao grande capital é nefasta para Portugal e contraria frontalmente os interesses dos trabalhadores.

Desde o VI Governo e particularmente durante os Governos do PS sozinho e do PS/CDS, as transformações democráticas operadas depois do 25 de Abril nas estruturas socioeconómicas do País estão submetidas a uma ofensiva persistente. As leis aprovadas durante a chamada contra-revolução legislativa (a famigerada Lei Barreto, Lei do Arrendamento Rural, a Lei das Indemnizações) são instrumentos com os quais os sucessivos governos se empenham em demolir as conquistas da Revolução.

Recursos públicos de envergadura, indispensáveis à dinamização da economia são entregues ao sector privado sob a forma de indemnizações; a política de preços (que só nos primeiros 5 meses de 1978 sofreram um gravame de 20,8% de degradação rapidamente o valor real dos salários; a política de rareficação do crédito e do aumento excepcional da taxa de juro está na base de inúmeras falências de pequenos e médios empresários ao mesmo tempo que são adoptados critérios discriminatórios favoráveis ao grande capital.

As condições leoninas dos acordos com o FMI estrangulam a nossa economia, rebaixam os ritmos de expansão das actividades produtivas; abrem as portas do País às invasões crescentes de produtos estrangeiros, endividam Portugal durante gerações inteiras, comprometem o futuro e a nossa independência nacional.

A dívida externa contratada aproxima-se dos 270 milhões de contos; a liberalização das importações impostas pelos usurários americanos e alemães está na base do excepcional agravamento do défice da balança comercial que só nos primeiros 7 meses de 1978 atingiu a verba fabulosa de 73 milhões de contos.

Tem interesse lembrar aqui a situação de um país a quem o FMI ajudou «generosamente» como está fazendo a Portugal - a Argentina. Desde 1958 o sector estatal deste país foi rudemente afectado em benefício dos monopólios privados; a parte do Rendimento Nacional atribuída aos trabalhadores caiu de 44,5% em 1975; para 31,8% em 1976 e para 27% em 1977; neste ano, relativamente ao anterior, o salário real baixou de 50%; o Produto Interno Bruto mantém-se estacionário e em muitos casos decrescem nos primeiros 3 meses de 1977 de até menos de 25% de que nos últimos 3 meses de 1977; a Argentina que era um dos grandes produtores mundiais de carne é agora subsidiária de Chicago em carne e cereais. Multiplicam-se as falências (só em Buenos Aires falliram, em 1977, 1000 empresas). Não admira que nestas condições a taxa de lucro tenha subido para 140% em benefício dos grandes monopólios.

Em Portugal os generosos «grandes empréstimos» negociados pelos governos de Mário Soares são autênticas cadelas que nos amarram de pés e mãos aos interesses do capital estrangeiro e do imperialismo.

Através dos mecanismos financeiros e por métodos administrativos um subtil processo de estrangulamento do sector público e nacionalizado está em curso. O caso da Portucel em que o conselho de gerência é responsável por uma situação que afecta as exportações e a rentabilidade desta empresa pública (pela inexplicável demora do arranque das instalações de Setúbal para a produção de pasta de papel,

previsto para 1977 mas ainda por efectivar-se), é disso um exemplo elucidativo.

A «adesão à Europa» tão proclamada por Mário Soares e naturalmente aplaudida com ambas as mãos pelos partidos da extrema-direita, a qual se intenta processar através da chamada «Integração» na CEE, e que o secretário-geral do PS, na sua referida conferência de Bona, aborda sob a forma sofisticada de «redefinir as regras que balizam o nosso sistema económico e relançar a economia na perspectiva da adesão à Europa» (à Europa dos monopólios, evidentemente) consumaria no prazo previsto de 5 a 20 anos, a nossa inteira dependência do capital estrangeiro.

São os acordos leoninos com o FMI e as perspectivas da longínqua e, diríamos, impossível, integração de Portugal na CEE que estão por detrás dos estrangulamentos em certos circuitos da produção nacional e da «congelamento» de alguns projectos decisivos para um arranque da economia portuguesa.

O caso do Plano Siderúrgico Nacional é flagrante. A indústria siderúrgica dos países da CEE e da OCDE debate-se numa crise aguda. Na CECA, a chamada «Comunidade do Carvão e do Aço» da CEE, só em 1976 foram despedidos 18 000 operários (36 700 no conjunto da OCDE); nesta última a produção caiu de 454,5 milhões de toneladas em 1974 para 405 milhões em 1976, a capacidade de produção siderúrgica da Europa capitalista foi em 1976 utilizada apenas em 69% enquanto que as novas encomendas baixaram de 95,7 milhões de toneladas para 70 milhões e a carteira de encomendas de 24,5 para 14,2 milhões.

É evidente que a CEE, que projecta ainda elevar 6% a sua capacidade de produção, não está nada interessada no arranque do nosso Plano Siderúrgico - um projecto que, contudo, garantiria só na fase de investimento, mais 22 000 novos postos de trabalho.

O caso de Sines é ainda mais flagrante. A capacidade de refinação dos países da CEE é excedentária em 140 milhões de toneladas, com prejuízos da ordem dos 2,5 mil milhões de dólares. Daí a pressão para que o empreendimento de Sines - esse aborto económico legado pelo fascismo - não seja posto em plena actividade.

O nosso sistema bancário não está adequado às novas realidades da estrutura económica do País. A intervenção da banca nacionalizada nos circuitos económicos e financeiros assenta ainda nos velhos moldes do passado.

A ofensiva contra a Reforma Agrária poderá assestar um golpe de consequências desastrosas para a economia nacional se não for rapidamente sustada. A equipa de latifundiários do MAP dispõe-se a passar sobre o cadáver da nossa agricultura e a reduzir à zero muitos milhares de famílias de trabalhadores rurais, apenas para satisfazer os apetites mesquinhos de meia dúzia de grandes senhores da terra.

O projecto das sementeiras de inverno das UCPs pode ficar totalmente comprometido se a ofensiva violenta do MAP contra a Reforma Agrária não for urgentemente travada. Na zona de intervenção da Reforma Agrária produz-se a parte mais substancial de cereais praganosos e a equipa de latifundiários do MAP e os seus instigadores assumem perante o Povo e o País numa gravíssima responsabilidade.

A ofensiva contra a Reforma Agrária é acompanhada do recrudescimento da ofensiva contra os pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros. Só no concelho de Alenquer, ao abrigo da celebrada Lei do Arrendamento Rural do PPD, estão em execução 180 acções de despejo contra rendeiros.

Morreu o camarada Anastas Mikoyan

Faleceu no último domingo em Moscovo, após grave e prolongada doença, o camarada Anastas Mikoyan. Tinha 82 anos de idade.

Companheiro de Lenine, de quem foi um dos últimos colaboradores, o camarada Mikoyan foi, ao longo dos anos, ministro do Comércio, conselheiro económico do Governo, vice-presidente do Conselho de Ministros, especialista diplomático e presidente do Presidium do

Soviete Supremo de 1964 a 1965, altura em que teve de abrandar a sua actividade política devido ao agravamento da enfermidade de que nunca recuperou. Todavia, apenas em 1976 abandonaria totalmente a actividade política, tendo-se retirado para a sua casa, perto de Moscovo. O PCUS e o Governo soviético manifestaram a sua profunda dor pela morte do camarada Mikoyan, a qual os comunistas portugueses se associam.

Mais uma provocação do sr. Jardim

Um chefe de um governo de uma região autónoma pode, em encontros partidários, lançar as provocações que lhe apetece e a tática do seu partido ditam contra quem quer que seja: partidos, instituições democráticas e órgãos de soberania. Trata-se já de um velho hábito do PPD, tanto no continente como nas regiões autónomas.

Agora o que não se pode admitir é que, abusando da sua qualidade de chefe de um governo regional, possa utilizar leis aprovadas na Assembleia da República e promulgadas pelo Presidente da República para lançar provocações contra as forças democráticas e de esquerda, e particularmente contra o PCP.

organizações que perfilhem a ideologia fascista. O senhor Jardim, que entre outras coisas, chegou a pregar a desobediência civil contra as instituições da República e do Estado democrático, provou bem as suas "virtudes democráticas" ao enviar fotocópias da referida lei à organização do PCP na Madeira. Trata-se de uma provocação

Tem aumentado o comércio entre Portugal e a URSS

Este ano, a União Soviética comprou a Portugal três milhões de garrafas de vinho do Porto, no valor global de 4,5 milhões de dólares. A última garrafa com o mesmo destino tinha sido comprada em 1916 e destinava-se ao «Czar».

Este, apenas, um aspecto pitoresco das relações comerciais que, em 1974, foram reatadas entre Portugal e a União Soviética. E se, nesse ano, o intercâmbio comercial entre os dois países rondava a cifra modesta de 10 milhões de dólares, já em 1977, face ao aumento contínuo das trocas comerciais, atingiu o volume de 160 milhões.

No ano corrente, prevê-se que o intercâmbio comercial entre os dois países supere, mas não de uma maneira expressiva, aquele número.

O petróleo é o produto que sobressai nas vendas da União Soviética - um milhão de toneladas por ano de 1975 a 1977. Neste ano já nos foram vendidas 770 000 toneladas, no valor de 75 milhões de dólares. Dos produtos soviéticos vendidos ressaltam ainda o algodão (3 milhões de dólares), peixe congelado (5 a 6 milhões de dólares) e equipamento (um milhão de dólares).

Setecentos contentores, no valor de um milhão e meio de dólares, estão a ser entregues presentemente. E encontra-se em negociação um contrato de reparação dos navios soviéticos na Lisnave e Setenave no valor de 1,5 milhões de dólares. Também a imprensa já noticiou que, dentro em breve, deverá ser entregue o primeiro barco de uma encomenda de quatro que estão a ser construídos nos estaleiros de Viana do Castelo, encomenda essa que atingirá os 6 milhões de dólares.

As exportações portuguesas de tecido e confecções oscilaram este ano entre 6 e 7 milhões de dólares e, quanto à cortiça, apenas foram exportadas 2 milhões de dólares, embora esteja prevista outra compra por parte da URSS. Entretanto, delegações portuguesas ligadas aos têxteis e às confecções têm-se deslocado à União Soviética e novos acordos são possíveis.

Saiba indústria portuguesa responder, tanto no campo da produção como no prazo de entregas. Para que se possa manter e mesmo aumentar a taxa de cobertura de 60 por cento de vendas de produtos portugueses.

O PCP e o aumento dos combustíveis

1. Instado há dias a comentar os rumores de próximos aumentos de combustíveis, o PCP desde logo sublinhou a sua firme discordância quanto a tal decisão.

2. O PCP lamenta profundamente que o Governo demitido tenha persistido numa orientação que se afigura manifestamente errada e nociva para os interesses da população e da economia nacional.

3. O PCP reafirma que não aceita a tese fatalista segundo a qual se os preços dos combustíveis não subissem, teriam então inevitavelmente de subir os preços de certos produtos essenciais, nomeadamente os do chamado «cabaz de compras». O PCP insiste em que uma política económica e financeira ajustada às condições

e necessidades do País pode travar o curso inflacionista. A opinião pública não pode deixar de estranhar que um Governo demitido, cuja permanência em exercício de funções poderá ser muito limitada, manifeste tanta pressa em concretizar aumentos de preços de combustíveis que se sabe terão sérias consequências sobre os preços de vasto conjunto de bens e produtos essenciais.

Torna-se assim, legítima a suspeita de que o Governo demitido ou quis condicionar com estas medidas erradas e antipopulares a actuação de um futuro Governo que tenha uma orientação melhor que os anteriores ou que então quis facilitar os primeiros tempos de vida a um futuro governo igual ou pior que os anteriores, libertando-o das responsabilidades e das críticas a esta medida.

5. O PCP chama a atenção para a profunda hipocrisia do PSD a o criticar demagogicamente aumentos de preços que afinal foram decididos por um governo apoiado, elogiado e aplaudido pelo PSD.

O PCP considera ainda significativa a ambiguidade com que o PS e o CDS se têm referido a este problema, numa atitude própria de quem quer salvar a face mas, ao mesmo tempo, está satisfeito com a possibilidade de poder vir a queimar na política de recuperação capitalista mais uns milhões de contos saídos dos bolsos do Povo português.

6. Esta decisão do Governo insere-se na continuidade das mesmas concepções, receitas e processos da política anteriormente seguida com o apoio do PS, do PPD e do CDS. Insiste em fazer recair sobre os trabalhadores

e outras camadas laboriosas o preço das dificuldades nacionais, agravando as suas condições de vida, aumentando as dificuldades e privações das famílias portuguesas.

Tal orientação não só não garante como compromete a recuperação económica nacional. Esta é possível mas na base de uma política que conjugue a melhoria das condições de vida dos portugueses com um grande esforço patriótico que mobilize os recursos e energias nacionais, toda a capacidade produtiva do País, o esforço e a vontade dos portugueses.

Lisboa, 23 de Outubro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! Jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto, Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto, Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra, Tel. 28394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém, Tel. 24594. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal, Tel. 29493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora, Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro, Tel. 24417. ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763705. PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora. Tiragem média do mês de Setembro: 73 537



Campanha de Fundos da UJC: algumas metas ultrapassadas e iniciativas em todo o país

Prossegue com êxito a Campanha Nacional de Fundos da União da Juventude Comunista, tendo já sido ultrapassadas algumas metas locais. No Alentejo, a célula da UJC "Salvador Joaquim do Pomar" já ultrapassou a meta inicialmente marcada, prosseguindo agora a Campanha com nova meta. Mas há mais exemplos. Entretanto, as organizações de Mértola (50 por cento), Odemira (70 por cento), Évora (50 por cento) e Setúbal (80 por cento), também se aproximam das respectivas metas.

Um exemplo do entusiasmo militante

O jovem militante da União da Juventude Comunista, Mário, operário na Portucel, tem-se destacado na sua região pelo entusiasmo aplicado na Campanha. Embora seja militante da UJC há pouco tempo, o camarada Mário, consciente da importância da Campanha para o trabalho da UJC, tem evidenciado grande capacidade de iniciativa em várias tarefas. Na sua empresa, ainda sem célula da UJC formada, já vendeu mais de um bloco de rifas e nos fins de semana tem realizado sozinho no local onde habita, recolhas de fundos em porta-a-porta.

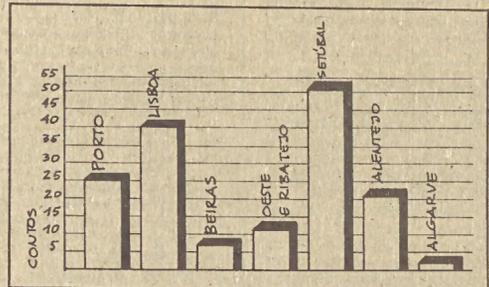
Eis um bom exemplo, que não é único. Brevemente, faremos referência a outros exemplos de combatividade e militância de camaradas da UJC.

Como vai a Campanha

Os exemplos das metas ultrapassadas e dos camaradas que se têm destacado nesta

importante frente de trabalho não são as duas únicas notas salientes da Campanha de Fundos da UJC. Com efeito, a maior parte da organização cumpriu as metas da primeira quinzena. Neste momento, desenvolvem-se os últimos esforços para que as metas da segunda quinzena, a qual termina no próximo domingo, sejam cumpridas e até ultrapassadas.

O próximo "Avante!" publicará os totais entregues referentes a esta quinzena. Através do gráfico que aqui publicamos fica-se com uma ideia da recolha de fundos na primeira quinzena. Nesse primeiro controlo nacional alcançaram-se 154 740\$00.



Assim vai a Campanha Nacional de Fundos da UJC. Este gráfico respeita à primeira quinzena (mais de 150 contos). Entretanto, a segunda quinzena da Campanha termina já no próximo domingo

Entretanto, aqui fica o número da conta bancária da Campanha: UJC-07-023-00-08146 BESCL (Av. Liberdade), que aguarda os donativos de todos os camaradas e amigos.

Atenção Alpiarça!

A Organização de Alpiarça da UJC apela a todos os democratas para que contribuam e colaborem nos porta-a-porta gigantes a realizar nos dias 28 e 29 deste mês e nos dias 4 e 5 de Novembro.

Iniciativas

Caracterizada pelo entusiasmo e pelo espírito de imaginação dos jovens comunistas, a Campanha Nacional de Fundos da UJC continua com a realização de numerosas iniciativas em todo o país. Aqui ficam algumas: **Cacém** — realiza-se um "Rallye Paper de Outono" no dia

— Lisboa — hoje às 21 horas, é projectado o filme "A direcção do ataque principal". **Salão das Fumas** (3.º Bairro-Lisboa) — a organização da UJC promove uma sessão de teatro com o grupo do "Guilhões" e ainda um programa de variedades. **Em** no sábado, às 21 horas. **Moscavide** — também no sábado, decorrerá uma festa da juventude a partir das 16 horas no "Famílias", com cinema, exposições, canto livre e baile até d e m a d r u g a d a. **Almeirim** — canto livre, teatro e poesia no sábado.

Borba — canto livre (no domingo) e banca na Feira da Vila (no dia 1 de Novembro). **Campo Maior** — no próximo dia 31 há canto livre e recolha de fundos em porta-a-porta. **S. Pedro da Cova** (Gondomar) — no dia 29 haverá comício cultural e desportivo. **Ponte** (Gondomar) — no dia 1 de Novembro realiza-se um jogo de futebol. No dia 5 será a vez dos já célebres "Jogos sem limites". **Matosinhos** — começa depois da amanhã um torneio de futebol. **Oliveira do Douro** (Gaia) — no dia 29 há baileiro com conjunto. **Figueira da Foz** — baile no dia 4 de Novembro. **Monte da Caparica** — no sábado às 21 e 30 realiza-se uma sessão de canto livre no Raposo. **Amora** — amanhã há canto livre às 21 e 30 com J. J. Leiria, Carlos Paulo, os Galés de Setúbal, entre outros. **Cova da Piedade** — baile na Romeira no próximo dia 31 às 21 e 30. **Setúbal** — até 30 de Novembro podem ser entregues os trabalhos concorrentes ao concurso "A Juventude e o trabalho artesanal". No dia 1 do próximo mês terminam as inscrições para o torneio de futebol feminino do distrito.

4 de Novembro às 21 horas. **Beato** — no Centro de Trabalho a célula da UJC da FMBP organiza um jantar convívio já no próximo dia 31 às 21 horas. **Quinta do Narigão** (freguesia de Fátima-

Blanqui Teixeira no Congresso do DKP

O camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, representou o Partido Comunista Português no Congresso de Mannheim, RFA, do Partido Comunista Alemão.

Durante o Congresso, que se realizou em 20 do corrente, o camarada Herbert Mies, Presidente do DKP, lançou um apelo a todas as forças da Paz da

RFA para que se oponham à produção e alastramento da bomba de neutrões, e pediu ao Governo da República Federal da Alemanha para que iniciasse finalmente diligências constitutivas no sentido da limitação dos armamentos e do desarmamento.

Por outro lado, o Presidente do DKP salientou os laços de amizade e confiança

existentes entre o Partido Comunista Alemão e o PCUS, qualificando a União Soviética de "o mais poderoso e fiel aliado no conjunto das forças progressistas".

O representante do Partido Comunista Português, camarada Blanqui Teixeira, para além da sua participação no Congresso, participou ainda, em 23 e 24 do corrente, num colóquio

internacional realizado em Frankfurt-Main. Este colóquio teve como tema "A Luta contra o Imperialismo e o Colonialismo, o Neocolonialismo e o Racismo no Próximo-Oriente, Ásia, África e América Latina" e foi organizado pelo Boletim de Solidariedade Anti-imperialista e pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Marxistas, ambos com sede na RFA.

Saudação do PCP

Queridos Camaradas: Por ocasião do Congresso de Mannheim do Partido Comunista Alemão, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou-vos, por vosso intermédio, aos comunistas, democratas e povo trabalhador da República Federal da Alemanha as suas calorosas e fraternas saudações.

O vosso Congresso realiza-se num momento em que o imperialismo, tentando esconder os efeitos da grave crise que afecta o sistema capitalista e minar a crescente confiança dos povos no socialismo real, intensifica as suas tendências reacçãoárias e agressivas. Na República Federal da Alemanha, essas tendências manifestam-se especialmente no cerceamento dos direitos democráticos dos trabalhadores no campo político, económico, social e cultural, na intensificação de campanhas antidemocráticas e anticomunistas (de que as sistemáticas interdições profissionais por motivos políticos são um exemplo chocante), na multiplicação de actos de

provocação e ameaça contra o Partido Comunista Alemão. Neste contexto, assume particular importância o papel que o vosso Partido tem desempenhado na luta pela firme defesa dos interesses das massas trabalhadoras, pela unidade da classe operária e dos democratas da RFA, contra o poder dos monopólios, por um futuro de progresso democrático e social que corresponda às aspirações do vosso povo, pela paz.

Reafirmando a nossa solidariedade com os comunistas da República Federal da Alemanha, de todo o coração desejamos o pleno êxito dos trabalhos do vosso Congresso, fazendo votos para que a aplicação das suas resoluções e, nomeadamente, do novo programa do Partido que nele será aprovado, contribua para o avanço da vossa luta por aqueles objectivos.

Após uma referência à situação em Portugal e à posição do PCP, a mensagem termina:

Camaradas: Face aos avanços do processo revolucionário

mundial, o imperialismo lança-se numa contra-ofensiva generalizada, intensificando a corrida aos armamentos, tentando relançar um novo clima de guerra fria, multiplicando as manobras de propaganda e diversos ideológicos e as acções de ingerência, provocação e agressão.

O Partido Comunista Português sublinha a importância fundamental que nestas condições assume a luta pela paz, a segurança e a cooperação internacionais, bem como o desenvolvimento da solidariedade anti-imperialista e o reforço da unidade do movimento comunista internacional, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. O PCP manifesta a sua firme determinação de, na sua actividade, continuar a contribuir para o alcance destes objectivos.

O Partido Comunista Português expressa a sua solidariedade à luta dos povos da África Austral contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o apartheid; à luta dos povos árabes, em

particular do povo palestino, pelos seus direitos nacionais; aos povos da América Latina, que combatem regimes fascistas e ditatoriais; ao heróico povo vietnamita, que luta pela edificação da sua pátria socialista e pela defesa da soberania e da integridade territorial da República Socialista do Vietname; ao povo do Irão e a todos os povos e forças progressistas em luta pela democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo.

Queridos Camaradas: Vem de longe as relações de amizade, cooperação fraternal e solidariedade recíproca que unem os nossos dois Partidos. Fazemos votos para que essas relações se desenvolvam e reforcem, na base dos nossos princípios comuns e no interesse da classe operária, dos trabalhadores e dos povos de Portugal e da República Federal da Alemanha.

O Comité Central do Partido Comunista Português

UJC avança com o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil

Conforme já divulgámos, a União da Juventude Comunista vai lançar para os próximos meses um amplo Movimento Nacional da Canção Juvenil que terá como um dos seus objectivos centrais estimular nos jovens o gosto pela canção, entendendo esta como um valor de expressão cultural e de convívio. Assim, todos os jovens portugueses terão uma oportunidade de afirmação da sua capacidade criadora através da canção, dando ao mesmo tempo um importante contributo para o enriquecimento do património musical e cultural do país.

O Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil (MNFCJ) é subordinado ao tema «Assim Canta a Juventude», sob o qual se realizarão cerca de 60 Festivais a nível local, concelhio e distrital, e ainda nas escolas e empresas. Todos estes Festivais culminarão num Festival Nacional que se realizará em Lisboa, em Fevereiro, onde serão apresentadas as 10 melhores canções. A sua classificação será feita por um júri constituído por personalidades de reconhecido mérito artístico e intelectual.

Num documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social numa conferência de imprensa recentemente promovida pela Comissão Organizadora do MNFCJ, a UJC convida todos os jovens trabalhadores e estudantes a participarem entusiasticamente nesta grande iniciativa, quer com a apresentação dos seus trabalhos, quer com a sua presença nos espectáculos.

Segundo o Regulamento Geral do MNFCJ, à disposição de todos os interessados nas sedes da UJC e nos Centros de Trabalho do PCP, poderão concorrer os jovens portugueses até aos 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos, e que não tenham discos editados. Os concorrentes (solistas ou conjuntos) ao MNFCJ candidatam-se aos sete prémios nacionais a serem atribuídos pelo júri do Festival Nacional final, nos moldes estabelecidos pelo Regulamento. A inscrição para os Festivais locais deve ser feita junto da entidade organizadora local, mediante o preenchimento de boletim de que constarão obrigatoriamente: nome, data e local do nascimento, estado, profissão e



O Canto Livre tem marcado presença na intensa actividade da UJC em todo o País

residência do concorrente e ainda título da canção com que participa e identificação dos autores da letra e música (no caso de não ser ele o autor) com os mesmos elementos requeridos para o concorrente.

Entretanto, já estão marcados Festivais nas seguintes localidades: Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Fátima, Porto, Gondomar, Valongo, Gaia, Póvoa do Varzim, Chaves, S. João da Madeira, Ovar, Águeda, Coimbra, Figueira da Foz, Castelo Branco, Viseu, Guarda, Leiria, Marinha

Grande, Caldas da Rainha, Couço, Alpiarça, Tomar, Santa Iria da Azóia, Odivelas, Algés, Alverca, Queluz ou Algueirão, B. Randoa, Alcântara, Campolide, Olivais e empresas do 4.º Bairro (cidade de Lisboa), Torres Vedras, Mafra, Cascais, I. Madia, Palmela, Alcácer, Grândola, Ermidas, Sines, Setúbal, Moita, Barreiro, Alcochete, Seixal, Campo Maior, Montemor Novo, Beja, Pias ou Aljustrel e Faro. No próximo mês decorrerão já alguns Festivais, nomeadamente os de Algés (dia 25), Almada (25), Palmela (24), e Grândola (25).

Barreiro lança campanha para novo Centro de Trabalho

Realizou-se na passada sexta-feira uma sessão de trabalho para os organismos de Direcção da Organização Concelhia do Barreiro, a que estiveram presentes os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central e José Teodósio, suplente do CC e membro da DORS.

Esta reunião serviu para o lançamento da Campanha -Recolha de Fundos para construção do novo Centro de Trabalho concelhio e nela participaram cerca de 200 quadros.

Foram aprovadas todas as propostas apresentadas pela Comissão Concelhia e definiu-se como meta a atingir, até Abril do próximo ano, a quantia de 1 500 contos.

Depois da sessão de trabalho o camarada Jaime Serra fez uma intervenção sobre a situação política actual, referindo em especial a política de alianças do PS e a do governo Nobre da Costa e a ofensiva contra a Reforma Agrária.

Depois de um esclarecedor período de perguntas e respostas foi aprovada uma moção de protesto contra a política do MAP.



Morreu o camarada Júlio Martins

Com 52 anos de idade, faleceu ontem, com um infarte do miocárdio provocado pelo excesso de trabalho, o nosso camarada e engenheiro agrónomo Júlio da Silva Martins.

Nascido em 1926, entrou para o PCP aos 13 anos e desde então dedicou toda a sua vida à luta antifascista e pela libertação de todos os que trabalham a terra.

Tomou parte nas lutas estudantis e no MUD Juvenil. Fez parte da Comissão Central do MND.

Tendo sido preso pela primeira vez em 1955, só foi libertado quatro anos e meio depois. Passou a funcionário do Partido Comunista Português, na clandestinidade. Preso pela segunda vez em 1961 passou oito anos de prisão na Fortaleza de Peniche. Barbaramente torturado, manteve um porte de exemplar firmeza na Pide e nos cárceres fascistas.

Depois do 25 de Abril foi candidato pelo PCP às eleições para a Assembleia Constituinte.

Formado pelo Instituto Superior de Agronomia com 19 valores e autor de várias obras



sobre as estruturas agrárias e a agricultura em Portugal, técnico altamente qualificado, o camarada Júlio Martins dedicou-se inteiramente à Reforma Agrária no Portugal onde lutou para que a liberdade fosse possível.

O corpo do camarada Júlio Martins encontra-se na Academia de Santo Amaro, de onde sairá o funeral, hoje à tarde, para o cemitério de Benfica.

Carlos Costa na RDA

A convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha visitou a RDA, entre 15 e 21 de Outubro, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português sobre experiências de trabalho do PSUA nos organismos estatais a nível central e local, dirigida pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

O Camarada Carlos Costa foi recebido pelo camarada Hermann Axen, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PSUA, com quem efectuou uma troca de opiniões e de experiências sobre a actividade e a cooperação entre os dois partidos.

A delegação de estudo do PCP encontrou-se com uma delegação do PSUA dirigida

pelo camarada Friedrich Ebert, membro da Comissão Política do CC e na qual participou ainda o camarada Klaus Sorgenicht, responsável da secção de problemas de Direito e do Estado junto do CC do PSUA.

Esta visita, durante a qual a delegação do PCP tomou conhecimento directo das vitórias alcançadas pelo povo

da RDA e do papel dirigente do PSUA na construção do socialismo desenvolvido no seu país, constituiu mais um reforço dos estreitos laços de amizade e cooperação que unem o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Sessão na «Portugal-Checoslováquia»

Integrada no programa organizado pela Associação Portugal-Checoslováquia para assinalar o 60.º aniversário da fundação daquele país como nação independente, realiza-se hoje, a partir das 21 e 30, na sede da Associação (Rua Artilharia 1, n.º 105, 4.º), uma sessão pública em que será orador o ministro-conselheiro da Embaixada da República Socialista da Checoslováquia, camarada Milan Mlcošek.

Em seguida, será apresentada em filme a Sinfonia n.º 8 em Sol Maior de Antonin Dvorak. No final haverá «cocktail»-convívio entre os presentes. A entrada é livre.

RÁDIO VARSÓVIA EM PORTUGUÊS

Rádio Varsóvia transmite diariamente em português nos seguintes horários e frequências (hora de Lisboa): pelas 22 horas, em ondas curtas, 31 e 41 metros, frequências de 9675 Khv e 7285 Khv; pelas 5 horas e 30, em ondas curtas, 41 e 49 metros, frequências de 7270 Khv e 6135 Khv, em ondas médias, 200 metros. O endereço de Rádio Varsóvia é 00-950, Caixa Postal 46, Varsóvia.

Gisela May entre nós em Novembro

Por iniciativa da Associação Portugal-RDA, desloca-se ao nosso país, de 18 a 25 do próximo mês de Novembro, a grande intérprete de Brecht, Gisela May, que dará vários concertos (em datas e locais a divulgar oportunamente) e participará em encontros com artistas portugueses.

Nas suas actuações em Portugal, Gisela May, que será acompanhada por Alfred Muller e pelo pianista Rolf Markert, interpretará canções da "Ópera dos Três Viníens" (Brecht/Weil), de "Happy End" (Brecht/Weil), de "Ascensão e Queda da Cidade de Mahagonny" (Brecht/Weil), do "Soldado Schweyk na Segunda Guerra Mundial" (Brecht/Eisler), da "Boa Alma de Sezuão" (Brecht/Dessau), além de conhecidas canções como "O Revolucionário", "Balada do Negro Jim", "Black and White", "Canção da Frente Unida", "Stempelled",

"Balada da Mulher e do Soldado", "Canção da Paz", etc.

Quem é Gisela May?

Chamaram-lhe "a primeira dama da canção política". Depois de várias actuações em pequenos teatros, Gisela May foi para Berlim em 1951. Wolfgang Langhoff contratou-a para o Deutsche Theater, fundado por Max Reinhardt e com largas tradições, onde Gisela desempenhou papéis trágicos e cómicos, tendo participado em vários recitais.

A segunda carreira de Gisela May começou em 1959, protegida e encorajada por Hans Eisler, compositor "evolucionário e amigo de Brecht. A sua estreia como solista de canções de Brecht no Piccolo Teatro de Milão foi um êxito estrondoso que a conduziu a várias tournéees através da Europa e Estados Unidos.

Mas Gisela May não renunciou à sua carreira de atriz pois sabe em que medida que esta é importante para a própria interpretação das canções brechtianas. Há duas condições para uma autêntica interpretação das canções de Brecht: por um lado, a vontade de seguir autenticamente as intenções do autor e do compositor, e por outro, um toque pessoal. Gisela May satisfaz estas duas condições. Ela não abandona a sua personalidade e quando canta exterioriza toda a força,

a dureza e a beleza da sua voz. Um dos críticos de Gisela May descreve-a da seguinte forma: o seu carácter único reveste-se de uma multiplicidade de facetas. Ela actuou no Deutsche Staats Oper e também no Scala de Milão. Tomou parte em emissões de televisão em quase todas as capitais da Europa, dirigiu cursos de interpretação nas escolas superiores na RDA e no estrangeiro, gravou inúmeros discos, preparando agora novas tournéees por vários países, assim como novos contratos teatrais. Tudo isto faz parte do vasto programa de trabalho desta atriz activa e politicamente empenhada.

Recebeu o grande prémio do disco internacional em Paris e o prémio da crítica discográfica italiana, assim como algumas das mais altas condecorações da RDA.

Plenário Distrital em Lisboa para o Trabalho Unitário de Mulheres

Cerca de 130 quadros participaram no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, no Plenário Distrital para o Trabalho Unitário de Mulheres, em que estiveram presentes camaradas representando os principais concelhos e sectores da ORL.

No decorrer dos trabalhos procedeu-se ao balanço da actividade desenvolvida nos últimos seis meses, tendo-se verificado que um importante número de acções foram levadas a cabo, e nas quais a participação das mulheres comunistas foi determinante, nomeadamente contra a alta do custo de vida e em torno de outros problemas mais sentidos pelas mulheres.

Foi realçada, no segundo ponto da ordem de trabalhos, a importância da próxima Conferência Nacional Sindical da Mulher Trabalhadora, assim como do próximo Plenário Distrital do MDM, apelando-se para que as mulheres comunistas, nos seus locais de trabalho e nos sindicatos contribuíam para que a Conferência a realizar nos dias 4 e 5 de Novembro, venha a ser um êxito.

vai exigir à mulher um papel activo, colaborando nas comissões de recenseamento, esclarecendo as mulheres para o dever e a necessidade de se recensearem e de participarem na vida política local.

A necessidade de se continuar a fazer um largo recrutamento de mulheres para o PCP foi também questão discutida. Foram propostos os problemas de organização, sublinhando-se o esforço a empreender no sentido da criação e reforço de organismos do Partido voltados para o trabalho unitário entre as mulheres. O camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado do Comité Central, encerrou os trabalhos com uma intervenção sobre a situação política actual, evidenciando o papel que cabe à mulher na luta por uma solução democrática. Foi aprovada a realização de um novo Plenário Distrital, a realizar no mesmo local, no próximo dia 9 de Dezembro.

Semana

18
Quarta-feira

1936 — Parte para o campo de concentração do Tarrafal, a bordo do navio «Lusitânia», a primeira leva de prisioneiros políticos.

A propósito das notícias que circulam sobre o eventual aumento dos combustíveis o PCP manifesta, publicamente, a sua «firme discordância (...) quanto a eventuais aumentos de preços». Na mesma nota alerta-se para as repercussões em cadeia sobre muitos artigos e bens essenciais, provocando uma alta geral de preços e uma intensificação da especulação. ■ Dirigentes sindicais e dos secretariats das UCPs e Cooperativas Agrícolas exigem o termo da ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária. No encontro com os jornalistas estão presentes alguns trabalhadores vítimas da repressão imposta pelo MAP. ■ Tito de Morais e Manuel Alegre autorizam a inclusão dos seus depoimentos no filme a projectar pela TV sobre o assassinio do general Humberto Delgado. ■ É libertado da Casa de Reclusão da Trafalga o capitão Andrade da Silva. ■ No termo da visita do enviado do CC do Partido Comunista do Vietname, o CC do PCP expressa a sua solidariedade com a luta do povo vietnamita na defesa da independência e soberania nacionais e na construção do socialismo. ■ No Alentejo são devolvidas mais heranças. Em Cuba, a população manifesta-se contra a violência do MAP. ■ Uma delegação do PCP expõe ao primeiro-ministro demitido, Nogueira Costa, «a sua firme discordância quanto às desintervenções recentemente decididas». ■ A CGTP/IN requer a suspensão do decreto que regula os juizes sociais.

19
Quinta-feira

1921 — Eclode em Lisboa um movimento revolucionário. Nessa mesma noite são mortos Machado dos Santos, um dos fundadores da República e António Granjo, chefe do Governo.

O Banco Europeu de Investimentos decide financiar projectos da Quimigal e da Cimpor no valor de três milhões de contos. ■ O candidato único à presidência da Assembleia da República, o deputado socialista Teófilo Carvalho dos Santos, não reúne os votos necessários para a sua investidura no cargo. ■ Na Amadora e em Vila Nova de Gaia realizam-se grandes manifestações contra o prosseguimento da política inconstitucional do Governo demitido. ■ O défice da balança comercial portuguesa, de Janeiro a Julho, foi de 74 255 186 contos, o que corresponde a um aumento de 13 348 076 contos, em relação a igual período de 1977.

20
Sexta-feira

1974 — No Pavilhão dos Desportos o PCP realiza o VII Congresso (Extraordinário).

Junto às bombas de gasolina formam-se intermináveis bichas de automóveis. Na origem o aumento brutal de todos os combustíveis líquidos e gasosos decretado pelo Governo demitido de Nobre da Costa. ■ Num manifesto à população de Évora, a APU recorda que a demissão em bloco dos vereadores socialistas se fundamentou «numa série de afirmações falsas, não provadas e não concretizadas». ■ Em Belém, são recebidas pelo Presidente da República as delegações do PS, PPD, CDS e PCP. Jaime Gama, do PS, manifesta a opinião de que o seu partido não se oporia à nomeação de um primeiro-ministro do PPD, desde que «partidariamente desvinculado». ■ Termina a requisição civil dos trabalhadores da Marinha Mercante. ■ Na Real Vila Viçosa são despedidos mais 13 trabalhadores, elevando-se para 19 o número de empregados despedidos desde que a empresa foi devolvida ao patrão sabotador. ■ O Estado-Maior do Exército confirma oficialmente a promoção a tenente-coronel dos conselheiros da Revolução Melo Antunes e Vítor Alves, tratando-se de promoções por antiguidade no posto. ■ No prosseguimento do julgamento dos assassinos do general Humberto Delgado, Silva Pais confessa que Salazar aprovava a operação e que posteriormente dera ordens para que o caso fosse abafado. ■ Com cerca de 90 por cento dos votos expressos a lista unitária vence as eleições para o Sindicato dos Têxteis do Sul.

21
Sábado

1969 — É inaugurado em Lisboa o teatro Maria Matos.

O general Ramalho Eanes participa na Amadora num almoço-conívio do 25.º aniversário do seu curso na Academia Militar. ■ Em Lisboa realiza-se o I Encontro Nacional sobre Reabilitação de Deficientes. ■ Por iniciativa da Fundação da Casa de Mateus realiza-se no respectivo solar um colóquio subordinado ao tema «Cultura em debate». ■ Vítor Constâncio, presidente da Comissão para a Integração de Portugal na CEE declara que só em 1993 o nosso país será membro de pleno direito do Mercado Comum. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe uma delegação da UDP.

22
Domingo

1976 — Reunião geral de sindicatos que convoca o Congresso de Todos os Sindicatos para Janeiro do ano seguinte.

Em Évora, milhares de pessoas acorrem ao comício em que falou o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, o qual afirmou: «Não pode deixar de provocar indignado protesto o facto de que, na democracia portuguesa, da qual faz parte integrante a Reforma Agrária, tenham sido colocados no MAP inimigos políticos declarados da Reforma Agrária e agrários expropriados ou expropriáveis». ■ A Confederação Nacional da Agricultura propõe, em Coimbra, medidas a aplicar contra os fogos nas florestas. ■ O congresso do MIRN, reunido num hotel de Lisboa, aprova uma proposta para que aquela organização política se transforme em partido, passando a designar-se Partido da Direita Portuguesa. ■ Sanches Osório é eleito secretário-geral do Partido da Democracia Cristã substituindo naquele cargo Valdez dos Santos, que recentemente se incompatibilizara com o presidente do PDC, almirante Pinheiro de Azevedo. ■ Durante a reunião da Comissão Nacional do PS é marcada a data do próximo congresso daquele partido, a realizar nos primeiros dias de Março de 1979. ■ Um apatride de origem húngara tenta desviar para Marrocos um avião da TAP que se destinava ao Funchal.

23
Segunda-feira

1875 — É inaugurado o elevador da Glória, em Lisboa.

Representantes dos secretariats das UCPs e Cooperativas Agrícolas da zona da Reforma Agrária avistam-se com o secretário de Estado da Estruturação Agrária, Ferreira do Amaral. A proposta dos trabalhadores salienta que «MAP deverá prosseguir o diálogo iniciado com o primeiro-ministro, sem a intervenção da GNR nos campos do Alentejo». ■ Depois de ter presidido a uma breve reunião do Conselho da Revolução, o Presidente da República recebe durante a tarde as delegações dos partidos representados na Assembleia da República, no prosseguimento das diligências para resolver a crise governamental. ■ Os Bombeiros Municipais da Louçã ocupam o cine-teatro daquela vila a fim de obterem fundos para a sua actividade. ■ Uma delegação da CGTP/IN avista-se com o ministro das Finanças, Silva Lopes, a fim de discutir o recente aumento do preço dos combustíveis e a política de salários.

24
Terça-feira

1836 — Nasce no Porto o grande escritor e jornalista Ramalho Ortigão.

Os trabalhadores agrícolas do Alentejo paralisam como protesto pela política ilegal e repressiva do MAP. Manifestações de solidariedade realizam-se em quase todos os importantes centros industriais do país. ■ Voltando a comentar o aumento do preço dos combustíveis, uma nota do PCP recorda que «tal orientação não só não garante como compromete a recuperação económica nacional». ■ O secretário de Estado da Estruturação Agrária adia para o dia seguinte a resposta aos representantes das UCPs e Cooperativas Agrícolas. ■ O chefe do Governo Regional dos Açores encontra-se com o primeiro-ministro demitido, Nobre da Costa, a fim de abordar problemas da política açoriana. ■ Continua a escadaria repressiva da empresa recentemente devolvida ao patrão sabotador, Real Vila Viçosa. ■ O chefe do Governo Regional dos Açores informa que o preço dos combustíveis não aumentará no arquipélago.

Os Comunistas na Assembleia da República

Reaberto o processo para a eleição do Presidente da AR

A Assembleia da República vai proceder, na próxima segunda-feira, à eleição do seu Presidente, em virtude do candidato único apresentado a sufrágio pelo Partido Socialista — Teófilo Carvalho dos Santos — não ter obtido a maioria absoluta dos votos. Com efeito, no processo eleitoral realizado no passado dia 19, Teófilo Carvalho dos Santos obteve 98 votos a favor, tendo-se registado 80 votos contra, 51 abstenções, 3 votos brancos e outros tantos nulos. Para ser eleito, o deputado do Partido Socialista necessitava de obter metade e mais um dos votos validamente expressos — isto é, 116 votos.

As candidaturas ao cargo, que ocupa o segundo lugar na hierarquia do Estado democrático, logo após o Presidente da República, devem ser entregues ao actual Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, até às 20 horas de amanhã.

Entretanto, a Assembleia retomou o seu ritmo normal de trabalho, ao apreciar pela primeira vez no decorrer desta 3.ª Sessão Legislativa projectos e propostas de lei, precisamente no decorrer do plenário que teve lugar na passada terça-feira.

Com a abstenção dos deputados comunistas, o plenário aprovou na generalidade o projecto de lei 38/1,

relativo aos aumentos tributários determinados por acto do Governo. Apresentado pelo PPD há quase dois anos, este projecto de lei, antontem discutido, beneficiou de uma actualidade inesperada, em virtude do recente e polémico aumento do preço dos combustíveis, decidido pelo Governo demitido de Nobre da Costa. O texto que foi aprovado pelo plenário não é, contudo, o texto apresentado pelo PPD, mas um texto alternativo elaborado pela Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Os deputados comunistas abstiveram-se, uma vez que certas das disposições aprovadas na generalidade continuam, no entanto, a manter uma porta aberta à possibilidade de o Governo decidir sobre matéria que é da exclusiva competência da Assembleia da República — como aconteceu aliás muitas vezes com os dois governos de Mário Soares. De facto, de acordo com a alínea o) do artigo 167.º da Constituição, a legislação sobre impostos e sistema fiscal é da exclusiva competência dos deputados.

De qualquer modo, e de acordo com o requerimento do PS, o texto vai baixar novamente à Comissão, para discussão e votação na especialidade, tendo o deputado comunista Veiga

de Oliveira expressado o desejo de que tais disposições venham então a ser modificadas e, caso o sejam, os deputados comunistas transformarão a sua abstenção num voto positivo.

O outro diploma apreciado foi a proposta de lei 163/1, oriunda da Assembleia Regional dos Açores, e relativa à aplicabilidade do n.º 5 do artigo 3.º da Lei do Arrendamento Rural naquela Região Autónoma. O diploma — que foi aprovado por maioria, com a abstenção dos deputados comunistas — deu ao deputado comunista Vital Moreira ensejo para uma intervenção muito importante, acerca das relações entre a Assembleia da República e as Assembleias Regionais, na qual, depois de ter criticado alguns aspectos da conduta legislativa dos órgãos regionais, considerou esta iniciativa legislativa apreciada na Assembleia da República como descabida, inútil e desnecessária.

Refira-se, entretanto, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou à Mesa da Assembleia da República quatro projectos de lei: um sobre a criação da freguesia de Pontinha, outro sobre o controlo da legalidade dos diplomas regionais e dos diplomas respeitantes às Regiões Autónomas, um terceiro contendo alterações

à Lei do Arrendamento Rural e o último relativo a medidas de emergência relativas à reestruturação das Faculdades de Letras.

Os dois primeiros já obtiveram do plenário concessão do processo de prioridade e urgência, enquanto que idêntico pedido relativo à última das citadas iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar comunista deverá ser brevemente apreciado.

Finalmente, refira-se que dois deputados comunistas, no período de antes da ordem do dia, dedicaram as suas intervenções a problemas de primeiro plano no contexto da actual situação. Tais foram os casos de Carlos Carvalhas, que se debruçou sobre o aumento do preço dos combustíveis, e Joaquim Felgueiras, que analisou as consequências dos ataques contra a Reforma Agrária e criticou o conjunto de desintervenções a que tem vindo a proceder o Governo demitido de Nobre da Costa.

Hoje, a Assembleia da República deverá iniciar a discussão conjunta de três projectos de lei sobre a participação das organizações de trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho. Trata-se de textos apresentados ao plenário pelo PCP, PS e UDP.

110 deputados da AR reclamam a legalização do PC da Turquia

Um abaixo-assinado, dirigido ao primeiro-ministro da Turquia, Bulent Ecevit e defendendo a legalização do Partido Comunista da Turquia, foi assinado por cento e dez deputados da Assembleia da República.

A iniciativa, que coube ao deputado do PCP Carlos Carvalhas, mereceu o apoio de deputados do PS, do PCP, do PPD, de alguns independentes e do CDS.

O motivo próximo deste abaixo-assinado reside no facto de uma editora turca, a «Unun», e o respectivo director terem sido processados pelas autoridades pelo simples facto de terem publicado no passado mês de Setembro o Programa do Partido Comunista da Turquia, facto que, conforme sublinha o documento citado, constitui um grave atentado à liberdade de opinião e à liberdade de imprensa. Acrescente-se ainda o facto de o procurador público reclamar para tal «delito» um pena mínima de oito anos e oito meses de prisão!

A Turquia, onde se encontra no poder um partido que se reclama da social-democracia, é, neste momento, o único país da Europa onde o Partido Comunista se encontra ilegalizado. Por tal facto, e ainda por a Turquia ser membro do Conselho da Europa, os cento e dez deputados portugueses que assinaram o documento — entre eles o actual Presidente Vasco da Gama Fernandes, os vice-presidentes António Amaut, José Vitoriano e Nuno Rodrigues dos Santos — reclamam veementemente o imediato restabelecimento da liberdade de opinião e organização, a cessação das perseguições pelo exercício de tais direitos e o fim das medidas discriminatórias contra o Partido Comunista da Turquia.

O deputado comunista Carlos Carvalhas, na última reunião da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, já tomara idêntica iniciativa, que acabou por receber o apoio de deputados de vários países e de diferentes quadrantes políticos.

Dia a Dia

Vice-presidentes e secretários eleitos

Apesar de não ter sido ainda eleito o Presidente da Assembleia da República, os restantes cargos estão já preenchidos. Assim são os seguintes os quatro vice-presidentes: António Amaut, do PS, que obteve 187 votos; Nuno Rodrigues dos Santos, do PSD, que obteve 163 votos; Martins Carneiro, do CDS, com 156; e José Vitoriano, do PCP, com 144.

São secretários da Mesa da Assembleia da República: Alfredo Pinto da Silva, do PS (214 votos); Maria José Sampaio, do CDS (178 votos); José Manuel Mala, do PCP (173 votos); e Gonçalves Saphino, do PSD (163 votos). Finalmente, foram eleitos para

Vice-secretários Henrique Mendes, do PS, e Carlos de Sousa, do PSD, respectivamente com 206 e 149 votos.

5 deputados aprovados voto de protesto

Apenas cinco deputados — quatro independentes e o deputado da UDP — deram o seu voto favorável a um protesto apresentado ao plenário por Aires Rodrigues e Camélia Pereira, tendo-se absterido todos os restantes deputados.

O voto de protesto apresentado — e que acabou por ser aprovado, uma vez que não se registaram votos contra — destinava-se a condenar o recente aumento do preço dos combustíveis. Mas não só, na sua parte resolutiva, o voto

Solidariedade dos trabalhadores da AR para com a Reforma Agrária

Quarenta e cinco trabalhadores da Assembleia da República assinaram um documento, de iniciativa dos delegados sindicais, solidarizando-se com os trabalhadores da zona da Reforma Agrária.

O referido abaixo-assinado considerava tal aumento nulo e de nenhum efeito.

Por este motivo, os deputados comunistas — que em anterior intervenção de Carlos Carvalhas tinham condenado tal aumento — abstiveram-se, uma vez que este voto, em virtude do modo em que foi formulado, é que é nulo e de nenhum efeito.

Aniversário da ONU

O 33.º aniversário da criação da Organização das Nações Unidas foi assinalado na Assembleia da República com a aprovação, por unanimidade, de um voto de congratulação por tal efeméride, proposto pelos deputados do PS.

O voto, que foi aprovado no mesmo dia do citado aniversário — 24 de Outubro — saiu a ONU pelo aniversário e manifestou o desejo da Assembleia da

A noite sangrenta

Um voto de mágoa apresentado pelo PSD e aprovado por unanimidade, recordou os trágicos acontecimentos da noite de 19 de Outubro de 1921, no decorrer dos quais foram assassinados os heróis da República António Granjo, Machado dos Santos e Carlos da Maia, no triste episódio da nossa história contemporânea que ficou conhecido pela «camioneta-fantasma» e que constituiu um verdadeiro banho de ensaio para o golpe fascista que se

A granada contra a casa de Freitas do Amaral

No início da sessão da passada terça-feira e ao ter conhecimento da granada lançada contra uma das casas do Presidente do CDS, Vasco da Gama Fernandes expressou o mais vivo repúdio por este atentado, no que foi acompanhado por todos os partidos representados na Assembleia da República.

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, depois de expressar a indignação, a repulsa e o protesto dos deputados comunistas por mais este vil atentado, classificou-o como uma hedionda provocação contra o regime democrático.

Intervencões

«Justo repúdio pela actuação ilegítima ilegal e arbitrária da equipa do MAP»

Hoje nos campos alentejanos e nas fábricas e serviços dos principais distritos industriais do País, os trabalhadores promovem uma jornada de luta e de solidariedade em defesa da Reforma Agrária, dos direitos e interesses dos trabalhadores, da legalidade democrática, enfim das conquistas da Revolução de Abril, contra a arbitrariedade, o abuso de poder e a violência desencadeadas pelo

Governo demitido, e designadamente pela equipa do MAP.

O Grupo Parlamentar do PCP manifesta a sua a u d e ç ã o a determinação e ao espírito de sacrifício e responsabilidade dos trabalhadores da Reforma Agrária, e à solidariedade activa de todos os trabalhadores que veem na Reforma Agrária um dos principais estelos das restantes conquistas da Revolução e do regime

democrático, um património comum de todo o povo português.

A amplitude das paralisações que hoje têm lugar traduzem o justo repúdio levantado pela actuação ilegítima, ilegal e arbitrária da equipa do MAP e mostram uma vez mais a incompatibilidade entre uma política de recuperação capitalista e latifundista e a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, da economia nacional e do

regime democrático-constitucional. (Joaquim Felgueiras, em 24/10/78).

O aumento de preço dos combustíveis

(...) Para além da legitimidade de este Governo vir eventualmente a aumentar o preço dos combustíveis, com incidências fiscais, matéria do domínio da Assembleia da República, o que está em causa é toda a política económica que está

errada, que não serve o interesse do povo e do País. Não é com novos aumentos generalizados de preços, com a política dos pacotes, com a condenação à falência dos pequenos e médios empresários que se solucionam os problemas. É a vida que o demonstra.

(...) É tempo de alterar esta política, é a prática que o reclama, é a independência nacional e o povo português que o exigem (Carlos Carvalhas, em 19/10/78).

dependência; sujeitos a venderem os gados a qualquer preço quando os senhorios muito bem entendem.

(...) A proposta de lei que agora temos em mãos é, pois, uma peça de reduzido alcance no vasto problema de arrendamento rural nos Açores! Mas entendemos que, sem prejuízo das acções que importa vir a tomar, é conveniente apóla-la, para arredar qualquer eventual escolho à aplicação da lei naquela região (Vitor Louro, em 24/10/78).

O aniversário da ONU

(...) O povo português que ama a Paz e que já deu múltiplas provas sabers, estamos certos, mais uma vez encontrar as suas variadas formas para, durante esta Semana Mundial para o Desarmamento, exprimir o seu profundo e enraizado desejo de Paz.

Pelo nosso lado tudo faremos para que esta semana seja de facto uma semana de acções a favor do

Ano Propedêutico: os efeitos de uma política anti-pedagógica

Uma das «inovações» da política de educação e ensino defluida e aplicada durante os dois anos em que o PS, primeiro sózinho, embora com o apoio da direita, e depois na coligação com o CDS, esteve à frente do MEC, foi o chamado Ano Propedêutico, que, além de mal estruturado, nasceu com o objectivo real de apertar ainda mais o já estreito corredor de acesso ao ensino superior, reforçando a sua elitização.

Não foram exageradas as advertências e a firme oposição das organizações representativas da maioria dos estudantes aos objectivos e estruturas do Ano Propedêutico, logo após o seu aparecimento.

Os factos falam por si: 35 mil estudantes foram de um só golpe impedidos de continuar os seus estudos, engrossando, assim, as já numerosas fileiras do desemprego juvenil. Milhares de esperanças, anseios e planos de realização pessoal frustrados. Milhares de braços e de inteligências desprezados, condenados à inutilidade ou ao subaproveitamento, isto numa altura em que o país necessita urgentemente de milhares de quadros técnicos e profissionais

para o desenvolvimento económico e social.

Não ficam por aqui as consequências de tal política. É o campo de manobra da droga e da delinquência que se alargou. É a Universidade que se toma, a pouco e pouco, ainda mais fechada e elitista, num frontal desrespeito pelos princípios constitucionais de democratização e abertura a todas as camadas sociais dos diversos graus de ensino.

Os resultados dos segundos exames

Entretanto, a opinião pública foi recentemente surpreendida com os resultados dos segundos exames do Ano Propedêutico, que assim deixou de ser «apenas» um motivo de angústia e preocupação para milhares de estudantes, para passar a ser, também, um problema de âmbito nacional com profundo impacto.

Segundo os dados divulgados pelo próprio Ministério, reduz-se a pouco mais de 4 500 (contra quase 16 mil reprovados...) o número de alunos que conseguiram a aprovação nos dois exames que integram a avaliação de conhecimentos no Ano Propedêutico. Ou seja: dos cerca de 40 mil estudantes que concluíram no ano passado o 7.º ano dos liceus, pouco mais de 10

por cento poderão, caso se mantenha os critérios arbitrários e antipedagógicos instaurados pelo MEC de Cardia, ingressar nos cursos do ensino superior.

Não há em Portugal memória de uma tal razão devastadora na transição entre o ensino secundário e superior. Mesmo no ano passado, com o célebre «exame de aptidão», a média de reprovados não excedeu os 50 por cento.

Este ano, o número de estudantes aprovados no Ano Propedêutico não atingirá sequer os 40 por cento do «numerus clausus» estabelecido para o acesso à Universidade (12 mil «vagas»).

Mais uma vez ficam bem à vista os efeitos desastrosos da política de contra-reforma do ensino, uma política que não deu resposta a nenhum dos problemas da educação.

Tal como a UEC sempre advertira — sublinha um comunicado do Secretariado da União dos Estudantes Comunistas, recentemente divulgado — o Ano Propedêutico não era (e não é) somente uma medida apontada para o reforço da selectividade de classe no acesso à Universidade, pois também se revelou uma medida de desastrosamente

antipedagógica. E se hoje se aponta o baixo nível das provas como explicação para os resultados, nunca será de mais lembrar que este, se existe, é a consequência directa das condições degradantes em que foi ministrado o Ano Propedêutico.

A UEC, ao mesmo tempo que dá o seu apoio às propostas das estruturas representativas dos estudantes do propedêutico, insiste na necessidade de se encontrarem rapidamente as soluções de fundo que evitem a milhares de estudantes que concluíram o 7.º ano os sacrifícios e as arbitrariedades resultantes da actual política de acesso à Universidade e reafirma a este propósito a sua opinião de que tais soluções só poderão ser encontradas no quadro de uma política virada para a expansão e democratização da Universidade.

Na sequência do processo de mobilização e luta que vêm desenvolvendo e no qual se integra a reunião que decorreu no passado fim-de-semana na Faculdade de Letras, os estudantes do Ano Propedêutico da região de Lisboa manifestaram-se ontem junto às instalações do MEC, onde uma vez mais foi exigida a revisão de provas. O estudantes concentrados exigiram ainda que

A entrada na Universidade é cada vez mais difícil. No início do ano calculava-se que 40 mil alunos poderiam inscrever-se no propedêutico. Face às dificuldades que se avizinhavam, muitos dos candidatos desistiram, tendo-se apenas matriculado 27 mil estudantes. Durante o ano desistiram mais 5 mil.

Entretanto, o «numerus clausus» para as escolas superiores permita a entrada de 11 735 alunos, mas foram tantas as reprovagens no propedêutico (quase 16 mil) que só cerca de 5 mil vão poder entrar na Universidade, caso não sejam alteradas as disposições instauradas por Sottomayor Cardia.



Entrar na Universidade é cada vez mais uma autêntica «missão-impossível» para a esmagadora maioria dos estudantes do Ano Propedêutico, instaurado pelo dr. Cardia

Param hoje dois grandes sectores em luta pela contratação colectiva

Entre os sectores em luta pela contratação colectiva, destacam-se esta semana a metalurgia e o material eléctrico e electrónico que paralisam hoje com o apoio do Movimento Sindical Unitário e de todas as estruturas organizativas dos trabalhadores.

Entretanto, prossegue noutros sectores, com relevo para a pesca, a movimentação e os contactos pela negociação e a saída das convenções colectivas de trabalho.

Directamente ligada à subida constante do custo de vida, à procura dos meios indispensáveis para a enfrentar, a contratação colectiva interessa, nos meses mais próximos, a mais de um milhão e meio de trabalhadores.

Os salários em atraso continuam, por seu turno, a mobilizar muitos milhares de trabalhadores, nomeadamente na CP.

A Federação dos Sindicatos Ferroviários, num comunicado recente, acusa o Governo demitido de estar a retirar dinheiro para salários de verba para investimentos de que a CP tanto necessita.

Desta maneira - acrescenta a Federação - entra-se num "rápido círculo vicioso que, além de causar sérios transtornos aos trabalhadores, prejudica o próprio país que necessita urgentemente de uma Companhia dos Caminhos de Ferro actuante e tecnicamente apta".

A necessidade dos investimentos na CP é posta em relevo pela Federação, enquanto "o

enfudamento às exigências antinacionais do Fundo Monetário Internacional" impede "o desenvolvimento rápido do país, obrigando à radical diminuição dos investimentos públicos".

Esta nefasta política, "que joga decisivamente contra os interesses dos trabalhadores, contra os interesses do nosso país, tem conduzido a situações gravíssimas só possíveis devido à acção negativa dos governantes. Os trabalhadores não podem nem devem aceitar que os seus salários sejam postos em causa. Os trabalhadores não podem admitir que se busquem verbas para salários no sector dos investimentos", acrescenta a Federação frisando:

"Não podemos nem devemos calar as manobras que surdamente se estão a desenrolar. Os constantes atrasos nos pagamentos dos salários são apenas um elo da cadeia que se vai

implantando e que se vira contra os interesses das classes trabalhadoras, contra os interesses do país".

A pesca paralisada

Outro sector profundamente afectado é o da pesca. A frota do Cabo Branco está paralisada desde o princípio de Junho. Os barcos estão parados por iniciativa patronal com o apoio dos departamentos governamentais responsáveis pelo sector.

Os trabalhadores (centenas não recebem salários desde o início da paralisação) decidiram concentrar-se junto do Ministério do Trabalho, após diligências constantes e prolongadas por parte da Federação dos Sindicatos do Mar para fazer avançar as negociações da Convenção Colectiva de Trabalho, que se arrastam há mais de dois anos.

Recentemente a Federação reuniu com o ministro do Trabalho,

com o ministro da Agricultura e Pescas e com o secretário de Estado das Pescas numa tentativa para desbloquear as negociações do CCT e acabar com as dificuldades levantadas pela ADAPI (Associação dos Amadores das Pescas Industriais) que pretende reduzir a matéria já acordada e inclusivamente o clausulado já assinado pelas partes.

A Federação aceita rediscutir o que já foi aprovado mas exige que se honrem os compromissos.

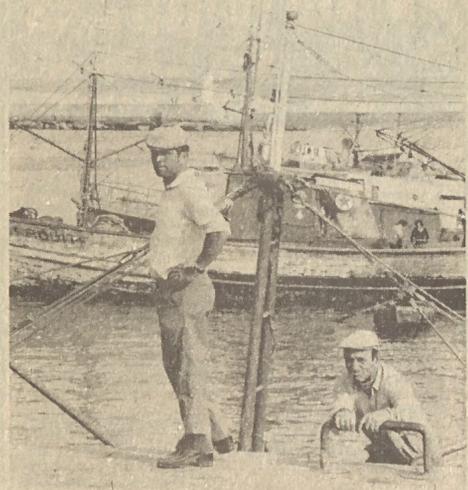
Paralisação nacional

A nível nacional paralisam hoje os trabalhadores metalúrgicos e do material eléctrico (empresas importadoras). A decisão, aprovada em plenário em Lisboa, Porto e Ovar, deve-se à intransigência do patronato que insiste em boicotar as negociações dos respectivos contratos colectivos de trabalho.

No Porto, está prevista uma manifestação conjunta desses sectores em luta por direitos e interesses essenciais.

Trabalhadores, Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e organizações populares foram chamados a participar nessa jornada de luta pela negociação, saída e aplicação dos contratos colectivos, contra a repressão nas empresas, contra os despedimentos e o aumento do custo de vida.

Entretanto, nas suas várias formas, prossegue a luta em dezenas de empresas pela contratação colectiva e outros interesses vitais dos trabalhadores. Cabos Ávila, Soda-Póvoa, Cometa, Sepsa, Lousos do Valongo, Sociedade Portuguesa de Obras Públicas, Turcopol, Correios, e várias empresas têm alguns exemplos dessa luta e do empenho e mobilização dos trabalhadores.



Pescadores: uma situação insustentável que piora todos os dias



Em Vila Nova de Gaia, as justas reivindicações dos trabalhadores mobilizaram milhares de manifestantes



O mesmo sucedeu na Venda Nova, em defesa legítima de direitos e interesses essenciais

Contra uma política de desastre milhares de trabalhadores manifestam-se em Gaia e na Amadora

As várias formas de luta e de protesto que há meses se desenrolam em muitas empresas dos mais importantes sectores da economia nacional começam a ter a sua manifestação nas ruas do país.

Na última semana, coube a vez a Vila Nova de Gaia e à Venda Nova, na Amadora. Milhares de trabalhadores concentraram-se nessas duas localidades.

Para esta semana, outras lutas e manifestações se anunciam em defesa dos direitos e interesses mais legítimos dos trabalhadores portugueses.

A frente das reivindicações sindicais continua a contratação colectiva para enfrentar o aumento assustador do custo de vida. Enquanto cresce o protesto generalizado contra as desintervenções e a entrega de reservas, propaga-se o repúdio geral contra os despedimentos, a política da banca e a repressão do patronato reaccionário e sabotador.

Milhares de trabalhadores manifestaram-se em Vila Nova de Gaia, exigindo o fim das desintervenções ilegais, o termo do boicote financeiro da banca nacionalizada, a mudança da actual política económica e social, e reafirmando a sua inabalável disposição para continuar a denunciar e combater o desemprego, os despedimentos sem justa causa, o boicote dos patrões às negociações dos novos Contratos Colectivos de Trabalho, o aumento do custo de vida, a repressão patronal e as tentativas de destruição da organização sindical e das Comissões de Trabalhadores.

Convocaram a jornada 30 sindicatos, a União dos Sindicatos do Porto, 17 Comissões de Trabalhadores, 15 delegados e comissões sindicais, três plenários de empresa e mais de 1400 trabalhadores de 29 empresas. Durante a concentração foi anunciado a adesão a esta importante demonstração de unidade de mais estruturas populares e de trabalhadores.

Como sublinhava um documento da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do Partido Comunista Português, «a ampla adesão a esta concentração e aos seus objectivos mostra não

só a oposição dos trabalhadores a uma política contrária aos seus interesses e aos interesses nacionais, como também a sua firme disposição de lutar contra tal política».

Nesse comunicado, a Comissão Concelhia de Gaia do PCP denunciava a actividade divisionista dos esquerdistas da UDP/PCP (R), que tudo fizeram «para dividir as estruturas unitárias dos trabalhadores e, em particular, o seu movimento sindical unitário. A concentração revelou os sentimentos de luta dos trabalhadores, que massivamente participaram na jornada. Um dos momentos mais vibrantes foi o da chegada de mais de duas centenas de trabalhadores da Real Vinícola, imoral e ilegalmente desintervençada pelo Governo Nobre da Costa. Desde as imediações da empresa até à Praceta 25 de Abril, aqueles trabalhadores desfilaram e gritaram o seu repúdio pelo regresso do sabotador Silva Reis.

«A luta que temos desenvolvido, a força e a unidade tão bem patentes nesta grande concentração, a luta que continuaremos a desenvolver nos nossos locais de trabalho, com o apoio dos nossos sindicatos e a solidariedade de classe de todos os trabalhadores de Gaia, e dos trabalhadores de todo o país, não de derrotar as pretensões dos patrões e das forças que os representam».

O «trabalho preparatório»

Por seu turno, um dirigente do sindicato dos Armazéns e da União dos Sindicatos do Porto, Carlos Manuel, afirmou que «o processo das desintervenções ilegais e abusivas e o regresso dos sabotadores às empresas é precedido de todo um trabalho preparatório que procura criar condições para tais medidas. Um dos aspectos mais significativos deste «trabalho preparatório» é o boicote declarado da banca às empresas intervencionadas, às cooperativas, às empresas em autogestão e a outras em dificuldades. A J.C. Rodrigues, a Neolux e a Real Vinícola,

palavras de ordem mais gritadas pela multidão, no meio da qual se podiam observar cartazes empunhados por trabalhadores de vinte empresas do concelho de Gaia, exprimindo o seu repúdio pela actuação do Governo demitido, denunciando a repressão patronal e levantando bem alto as suas mais importantes reivindicações.

Em primeiro lugar tomou a palavra um representante da Comissão de Trabalhadores da Real Vinícola, Rosa Maria. Depois de denunciar a situação existente na Real Vinícola, o boicote da banca às empresas sob o controlo dos trabalhadores e a ofensiva do patronato em inúmeras empresas do concelho, Rosa Maria acrescentou:

«A luta que temos desenvolvido, a força e a unidade tão bem patentes nesta grande concentração, a luta que continuaremos a desenvolver nos nossos locais de trabalho, com o apoio dos nossos sindicatos e a solidariedade de classe de todos os trabalhadores de Gaia, e dos trabalhadores de todo o país, não de derrotar as pretensões dos patrões e das forças que os representam».

«Trabalho preparatório»

Por seu turno, um dirigente do sindicato dos Armazéns e da União dos Sindicatos do Porto, Carlos Manuel, afirmou que «o processo das desintervenções ilegais e abusivas e o regresso dos sabotadores às empresas é precedido de todo um trabalho preparatório que procura criar condições para tais medidas. Um dos aspectos mais significativos deste «trabalho preparatório» é o boicote declarado da banca às empresas intervencionadas, às cooperativas, às empresas em autogestão e a outras em dificuldades. A J.C. Rodrigues, a Neolux e a Real Vinícola,

Companhia Velha, são exemplos dos efeitos negativos de uma política financeira da banca que prepara as desintervenções».

Depois de ter sido aprovada unanimemente uma moção, sintetizando os objectivos desta importante jornada, uma delegação constituída por elementos da comissão organizadora dirigiu-se à Câmara Municipal onde foi entregue aquela tomada de posição a três vereadores, entre os quais se encontrava o representante eleito pela Aliança Povo Unido, eng. Neves Fernandes. Este comunicou aos membros da delegação sindical a sua intenção de apresentar a moção na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Na Amadora

Com o objectivo de protestar contra a grave situação em que se encontram os trabalhadores de várias empresas da Amadora, decorria, entretanto, na Venda Nova, uma grande concentração em que milhares de trabalhadores daquela importante zona industrial exigiram dos órgãos do poder uma actuação enérgica e eficaz que ponha cobro ao clima de repressão, perseguição e violência desencadeado pelas entidades patronais e a degradação das condições de trabalho provocadas pelo patronato, o ambiente de repressão e atropelo dos justos direitos dos trabalhadores e o atraso dos pagamentos de salários.

Os diversos oradores sublinharam ainda as consequências da política do Governo (demitido) de Nobre da Costa, que «excede a sua competência» e os «limites constitucionais».

No decorrer da concentração foram lidas dezenas de moções de apoio enviadas por diversas estruturas e organizações de trabalhadores de diferentes sectores. Também o Organismo da Direcção da Organização da Amadora do nosso Partido divulgou um comunicado em que sublinha o seu firme apoio e solidariedade a todos os trabalhadores em luta pelos seus legítimos direitos.

A Câmara Municipal de Oeiras enviou aos trabalhadores concentrados no largo do Pão de Açúcar

um documento em que se destaca uma proposta aprovada por unanimidade numa das suas sessões públicas, na qual aquela câmara se solidariza com os trabalhadores do concelho, « neste momento difícil», manifestando também o seu apoio à luta contra «as medidas arbitrárias das entidades patronais». Esta proposta foi apresentada na sessão pública da Câmara pelo vereador da APU, Marques Pedrosa.

Durante a concentração, em que se viam vários cartazes alusivos às lutas dos trabalhadores da Cometa (em relação à qual foi aprovada uma moção exigindo da administração da empresa o «imediato pagamento dos salários em atraso»), Cabos Ávila, MB Pereira da Costa, Truse, Primobela, JB Corsino, entre outras, foi também aprovada uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária vítimas da actual ofensiva do MAP.

Interrompidas frequentemente por fortes aplausos e diversas palavras de ordem como «A luta continua» e «Unidade!», as intervenções da concentração denunciaram a sabotagem económica e a degradação das condições de trabalho provocadas pelo patronato, o ambiente de repressão e atropelo dos justos direitos dos trabalhadores e o atraso dos pagamentos de salários.

Os diversos oradores sublinharam ainda as consequências da política do Governo (demitido) de Nobre da Costa, que «excede a sua competência» e os «limites constitucionais».

No decorrer da concentração usaram da palavra representantes da Cometa, Sorelame, Cabos Ávila, José Matias e do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa.

Uma tarefa do Estado: atenção à Lisnave!

Descapitalização e endividamento caracterizam a orientação imprimida à Lisnave pelo monopolista José Manuel de Mello. Em conferência de Imprensa, o Conselho Geral de Trabalhadores e o Secretariado da Comissão Intersindical de Delegados daquela empresa, com 33 por cento de capital do Estado, afirmaram, nomeadamente, que a existência da Lisnave serve aquela figura de proa do fascismo para, «em seu nome, dar seguimento a um conjunto de negociações através da Navelink, na Suíça, empresa onde a Lisnave detém 100 por cento do capital social».

Aquelas estruturas representativas dos trabalhadores acusaram ainda o sr. Mello de, com a concordância do Governo demitido, começar a estender «os seus tentáculos à Banca nacionalizada, através dos seus homens de mão».

A mesma tentativa atinge também os Seguros nacionalizados. «Com

o beneplácito dos governos anteriores, desde o VI Provisório», afirmam os trabalhadores, vários gestores da confiança daquele monopolista têm sido colocados na Banca e nos Seguros. É o caso, por exemplo, do dr. Viegas Dias, administrador do Império antes do 25 de Abril e actual administrador-delegado da Lisnave.

Depois de referirem que, através da Navelink, os r. Mello e o seu grupo se dedicam à «construção de estaleiros diversos no estrangeiro», o Conselho e o Secretariado acrescentam:

«A recente criação, com capitais Lisnave na totalidade, de uma empresa de informática, o GTI (Gabinete Técnico de Informática) tentando ocupar o espaço actualmente ocupado pela Norma-Teledata, empresa quase totalmente estatal, e a existência há mais de um ano de uma chamada Cooperativa de Técnicos,

a Codindústria, que tem vindo a ocupar o lugar de outras empresas, em especial da Prefabril e da Norma na elaboração de estudos para certas empresas e ministérios, são ainda alguns tentáculos que os Mellós, com o beneplácito dos governos de maioria PS, estão a lançar por forma a recriar o seu antigo monopólio».

O consórcio MDM (sociedade de financiamento criada recentemente pelo grupo Mello com um banco alemão ocidental e outro

americano) é ainda apontado pelos trabalhadores como exemplo da caminhada dos Mellós para reimplantarem o seu monopólio contra as nacionalizações e o que elas representam para a consolidação da democracia. E, entretanto, segundo os trabalhadores, a Lisnave atravessa neste momento a crise mais profunda da sua existência, pondo em risco o emprego de cerca de 9800 trabalhadores e a sobrevivência de perto de 60 pequenas e médias

empresas com mais de 2 mil postos de trabalho.

Mas a descapitalização da Lisnave é apenas um dos factores da crise. Os trabalhadores apontam outros, como a crise no mercado internacional, a crescente dependência de Portugal dos interesses económicos do imperialismo e «a desmotivação, e por vezes, o desinteresse manifestado pelos quadros mais responsáveis da empresa, desde administradores e directores até a alguns chefes de departamento» perante a busca de «soluções originais capazes de, em época de crise, responder às solicitações que a situação do estaleiro requer».

E isso de tal modo que as exigências colocadas pelos trabalhadores de há anos a esta parte «para que os problemas fundamentais se sejam resolvidos», exceptuando raras excepções, «não têm tido resposta favorável».

A palavra do Governo

As decisões do Governo demitido são para cumprir na Real Vinícola quando interessam ao sr. Silva Reis, o sabotador reintegrado. O resto não conta. O Governo diz que os postos de trabalho «ficam devidamente assegurados». O sr. Silva Reis despede 19 trabalhadores e suspende seis.

Em 2 do corrente, o Sindicato Livre dos Trabalhadores de Armazém, do Porto, recebia do Gabinete do Primeiro-Ministro o seguinte telegrama, que transcrevemos em parte:

«Incumbe-me o senhor Primeiro-ministro, em resposta ao telex de V. Exas. de 29/9/78, de informar que, nos termos da resolução do Conselho de Ministros que decidiu cessar o período de intervenção nas empresas Real Companhia Velha e Real Vinícola, ficam devidamente assegurados os postos de trabalho bem como a viabilização dessas empresas.

«Em reuniões havidas com os secretários de Estado responsáveis pelos departamentos ligados a estas desintervenções, foram os trabalhadores das empresas devidamente informados sobre as condições em que as desintervenções seriam feitas».

O sr. Silva Reis sabe com quem lida, quando se trata de um Governo destes. Os trabalhadores também.

Algumas medidas

Entre as propostas dos trabalhadores para resolver os problemas da Lisnave, salientamos a que diz respeito à intervenção dos órgãos do poder no sentido de o Estado português assumir «as suas verdadeiras responsabilidades na empresa com a tomada das seguintes medidas»:

«a) Aumento do capital social da empresa nitidamente desajustado das realidades e por forma a tomar o Estado português maioritário. Esta

medida enquadrar-se nas necessidades de saneamento financeiro da empresa e terá de ser vista em conjunto com outras medidas;

«b) Uma nova política de crédito com maiores bonificações sobre as taxas de juro, por considerarmos que a não ser melhorada a situação financeira nos aproximamos a passos largos da inviabilidade económica;

«c) Uma correcta definição a nível nacional dos sectores

da marinha mercante e das pescas e a sua conjugação com as realidades dos estaleiros portugueses de construção naval;

«d) Criação de condições (através do actual administrador por parte do Estado ou de uma comissão estatal a criar) para uma efectiva fiscalização à actividade da empresa, ou seja a responsabilização pelos cerca de 33 por cento que o Estado detém na Lisnave».

Lutas e Tarefas

● **Desconfiança e censura nos Bancários** - A direcção PPD do Sindicato dos Bancários do Sul é lha foi alvo, em Assembleia Geral, de acusações muito graves no plano sindical e mesmo quanto à conduta pessoal de alguns dos seus membros. Uma moção de censura e desconfiança, aprovada por maioria esmagadora, manifesta «desconfiança à direcção pela passividade que tem revelado, não lutando pela aplicação uniforme do CCT em toda a Banca». A direcção é ainda acusada de «culpabilidade com os conselhos de gestão» na «aplicação arbitrária» daquele CCT. O documento defende «a necessidade imediata de se

preparar a próxima revisão contratual, tarefa em que a estrutura de delegados deverá ter uma importante participação».

Federação na FP

Com um secretariado provisório eleito e com os estatutos e o projecto de programa de acção aprovados, foi criada a Federação Sindical da Função Pública. A decisão foi tomada por unanimidade, em plenário das direcções sindicais das Zonas Norte, Centro e Sul.

● **Grande Encontro no Comércio** - No primeiro semestre do próximo ano, a Federação dos Sindicatos do Comércio (130 mil filiados) levará a cabo o primeiro grande

encontro nacional dos trabalhadores do comércio. Pela primeira vez nos últimos 50 anos, os problemas do sector serão debatidos

estatutos da Federação. Foi ainda aprovado o documento "Os trabalhadores do Comércio e a Luta por uma Solução Democrática para a Crise". Em duas moções, condena-se a política do Governo demitido e apela-se à consolidação da unidade dos trabalhadores para aumentar a eficácia da luta por melhores condições de vida e de trabalho.

● **Perigosas condições de trabalho na RDP** - O Sindicato dos Jornalistas, de acordo com informação dos delegados sindicais da RDP, afirma, num comunicado, que «as condições de trabalho nas instalações onde funcionam os departamentos de informação

nacional e internacional e o programa 4 da RDP atingiram o ponto máximo da degradação. Desmaios, vómitos e dores de cabeça são

Congresso Sindical

O Congresso dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo, promovido pela respectiva Federação Nacional, decorrerá em 16 e 17 de Dezembro, no Pavilhão dos Congressos, no Estoril. Os delegados, em número superior a 600, serão eleitos em plenários de empresas, regiões e distritos. Nessas reuniões e em assembleias de delegados sindicais serão discutidos os documentos-base a apresentar ao Congresso.

frequentes. De há um mês para cá numerosos trabalhadores, a maioria dos quais jornalistas, têm sido obrigados a abandonar as instalações

durante as horas de trabalho. Um jornalista fez-lo de ambulância, após paragem cardíaca e aplicação de respiração boca a boca».

Embora haja um relatório médico confirmando essa degradação e a necessidade de lhes pôr cobro, a Comissão Administrativa nada fez. Os

delegados sindicais e os respectivos Sindicatos manifestaram a disposição de recorrer às formas de luta adequadas para resolver a situação. Entretanto, responsabilizam a CA da RDP por «todas as consequências físicas e psíquicas» que venham a afectar os trabalhadores e «possam ser imputáveis clinicamente às actuais condições de trabalho».

● **Encontro Nacional do Inatel** - Depois de amanhã, sábado, realiza-se o 2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores do Inatel. O objectivo principal é a eleição da Comissão Nacional de Trabalhadores daquela instituição.

Actividades do Partido

● **Sessões com Alda Nogueira** - No passado dia 16, a camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central do PCP, participou, em Almeirim, numa sessão que reuniu 80 pessoas na Casa do Povo. O tema foi a situação política actual e a posição do Partido face à crise.

No passado domingo, no Cartaxo, a Comissão Concelhia local do Partido promoveu uma sessão em que participaram cerca de 120 pessoas, que vivamente se interessaram pela intervenção da dirigente comunista. Esta sessão encerrou com palavras de ordem de apoio à Reforma Agrária.

● **Mais 150 comunistas até ao fim do ano** - O Executivo da Comissão Concelhia da Figueira da Foz decidiu promover uma campanha de recrutamento, cujo objectivo é o de obter a adesão de mais 150 militantes no concelho, até final do ano. O lema desta campanha, segundo revela o comunicado distribuído no fim do mês passado, é «Pela Defesa da Democracia, Reforçar o PCP».

● **Assembleia do PCP na Cruz Quebrada** - No Salão de Espectáculos da Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense realizou-se em 14 do corrente a 1.ª Assembleia da Organização da Cruz Quebrada/Dafundo do Partido Comunista Português. Os membros do Secretariado do Comité Local cessante e ainda os camaradas Amílcar Ramos, da Comissão de Freguesia, João Camilo, da Concelhia de Oeiras e Gabriela Gomes, encontravam-se na mesa que presidiu aos trabalhos. Participaram meia centena de delegados e mais de 20 convidados.

● **Dias Lourenço em Sacavém** - Em sessão de esclarecimento promovida pela organização de Sacavém da UJC, interveio o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. A sessão realizou-se no passado sábado, na sala, completamente cheia, do Sacavemense e inseriu-se na Campanha dos 1500 contos que a UJC leva a efeito. O camarada Oliveira, da Comissão Central da UJC e do Comité Central do PCP falou aos presentes desenvolvendo os temas da Campanha e as tarefas que se colocam aos jovens comunistas. O director do «Avante!», por seu lado, abordou a situação política actual e a posição do Partido, tendo respondido às questões que, no final, foram postas e que incidiram principalmente sobre a ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária, sobre a situação social e o aumento do custo de vida.

● **O aniversário de um Centro de Trabalho** - Várias iniciativas vão assinalar a passagem do quarto aniversário da abertura do Centro de Trabalho «Guilherme da Costa Carvalho», onde funcionam as organizações do Bonfim e de Santo Ildefonso do PCP, na cidade do Porto. Na manhã do próximo sábado será feita uma romagem ao cemitério do

Prado do Repouso, junto da campa de Guilherme da Costa Carvalho, a que se associarão destacadas figuras da resistência ao fascismo, nomeadamente a camarada Virginia Moura e o professor Ruy Luis Gomes. À tarde efectua-se uma festa-conívio na Cooperativa dos Pedreiros, com a actuação de vários artistas. À noite, no mesmo local, estarão presentes deputados comunistas do Norte, que vão orientar uma sessão de esclarecimento.

● **Ânforas de Sacavém** - Pequenas ânforas alusivas à Festa do «Avante!» 1978 - uma «tradição» que nasceu na 1.ª Festa, por iniciativa dos camaradas de Sacavém - vão estar agora à disposição de todos os colecionadores. Apreciable (e acessível) «recordação», feita na célebre louça de Sacavém, as organizações que a quiserem só têm que fazer chegar as suas encomendas ao Centro de Trabalho do nosso Partido em Sacavém.

● **Mais sorteios** - As rifas editadas pela Comissão Concelhia da Chamusca, para amortização do custo do Centro de Trabalho local, já têm resultados: o 1.º prémio saiu ao n.º 1601 e coube, na Chamusca, a Maria Olímpia Passas; o 2.º prémio ao n.º 4494 e saiu a alguém, provavelmente na Cova da Piedade, onde essa rifa terá sido vendida; o 3.º prémio coube ao n.º 0005, ao camarada Gabriel Oliveira Bento, na Chamusca. Os prémios eram respectivamente: o 1.º, um camelo; o 2.º, um álbum para fotografias; o 3.º, uma assinatura de 2 anos para a revista «Vida Soviética».

● **Romagem** - A organização de Caneças do PCP leva a efeito, no próximo dia 28, às 15.30 horas, uma romagem à campa de Manuel Duarte Sacavém. Preso e torturado durante o fascismo, militante do PCP na clandestinidade e activista do MDP/CDE, Manuel Sacavém deixou uma recordação grata na memória dos antifascistas.

● **Reunião de Quadros** - Cento e quarenta quadros da Organização da Amadora do PCP, entre membros do Organismo de Direcção, de Secretariados de Células e de organismos de Trabalho Unitário, reuniram-se na Venda Nova, no passado dia 21 do corrente. Esteve presente o camarada José Casanova, do Comité Central. Informações sobre a actividade, Organização e Situação Política constituiram os pontos da Ordem de Trabalhos.

● **Jornada de trabalho na Reforma Agrária** - A organização da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa vai realizar mais uma jornada de apoio à Reforma Agrária. Trata-se desta vez de uma jornada de trabalho na UCP - Custos mas sempre foi, perto de Odemira, nos dias 4 e 5 de Novembro. As inscrições para a excursão prevista podem fazer-se até ao próximo domingo nos Centros de Trabalho da Ajuda, de Alcântara e de Belém.



Alentejo: nossa terra, nosso pão, nosso exemplo!

O ambiente que se vivia nas ruas da cidade de Évora, na tarde do passado domingo, podia ter sido de alegria... se não fosse a nuvem negra lançada na planície alentejana com o desencadear da violência sobre os trabalhadores das UCPs e Cooperativas. Trabalhadores da cidade e dos campos transformados das regiões vizinhas dirigiram-se para o largo do Templo de Viana, mantendo no rosto a mesma firme confiança de sempre, para ouvir a palavra do PCP.

Pioneiros: olhos atentos ao presente e postos no futuro

Logo ao princípio da tarde, já milhares de pessoas afluíram para o Largo do Templo de Diana, dialogando em fraternidade, contando episódios dolorosos destas últimas semanas vividas no Alentejo, mas também contando firmeza e trabalho.

Solidariedade para com as vítimas da violência

Na tribuna tomaram, depois, lugar os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, Dinis Miranda, membro suplente da CP do CC, Rogério Arraiolos, membro suplente do CC, Abílio Fernandes, presidente em exercício da Câmara Municipal de Évora e membro da DORA do PCP, Custódio Gingão, deputado do PCP pelo círculo de Évora, além de numerosos outros dirigentes distritais e concelhios do nosso Partido, bem como representantes de

nossas e desenvolvidas numa terra onde, durante centenas de anos, apenas houve a fome e a miséria para as alimentares.

Num canto do largo, duas caixas de carga de camionetas improvisavam a tribuna, por cima da qual se escreveram num pano as consignas deste grande comício organizado pela Comissão Distrital de Évora do PCP: **Salir da Crise com o PCP, Consolidar a Democracia, Prosseguir Abril.**

Pouco depois das 15 horas, e antes de se iniciar a parte política do comício, estiveram na tribuna os grupos corais dos agricultores.

Portugal precisa de produzir mais e a Reforma Agrária está prejudicando os trabalhos agrícolas que as UCPs e Cooperativas fazem e querem realizar.

Portugal nos primeiros sete meses deste ano teve um défice monstruoso de 73 milhões de contos no seu comércio exterior. Isto significa que necessita rapidamente de produtos agrícolas para pagar milhões de contos ao estrangeiro. A Reforma Agrária terá como consequência a redução da produção agrícola e fazer aumentar as importações.

Porém, todando as caras das mais de vinte mil pessoas que se concentraram no local, adivinhavam-se sentimentos de preocupação pelos ataques desencadeados contra a Reforma Agrária e de repúdio pelas violências exercidas sobre os trabalhadores agrícolas.

A tarde daquele domingo em Évora podia ter sido diferente; e em muitas UCPs e Cooperativas, os trabalhadores festejam nesta altura as datas que assinalaram a ocupação das terras e o termo da exploração latifundista. A mobilização geral para a campanha das sementeiras transformar-se-ia numa grande festa do trabalho.

Portugal precisa de produzir mais e a Reforma Agrária está prejudicando os trabalhos agrícolas que as UCPs e Cooperativas fazem e querem realizar.

Portugal nos primeiros sete meses deste ano teve um défice monstruoso de 73 milhões de contos no seu comércio exterior. Isto significa que necessita rapidamente de produtos agrícolas para pagar milhões de contos ao estrangeiro. A Reforma Agrária terá como consequência a redução da produção agrícola e fazer aumentar as importações.

Pioneiros de Viana do Alentejo e de Cuba, cantando palavras qüentes de solidariedade e de confiança, falando do Portugal de hoje e do Portugal do futuro, do país que nós hoje construímos e do amanhã que eles viverão.

A Reforma Agrária foi, naturalmente, o tema central da intervenção artística daqueles nossos pequenos camaradas. Intervenção que, por se referir à realidade em transformação, foi entusiasticamente aplaudida pelos milhares de pessoas presentes, por que entusiasticamente vivida por uns e por outros - pelos trabalhadores agrícolas das UCPs e Cooperativas, pelos habitantes da cidade de Évora, cuja fisionomia económica e social foi transformada pela Reforma Agrária, e já também pelas crianças alentejanas,

células do PCP nas cooperativas e unidades colectivas da região.

Usou primeiramente da palavra o camarada Jorge Queiróz, membro da Comissão Distrital de Évora que, depois de expressar a solidariedade activa dos comunistas para com os trabalhadores vítimas da brutal ofensiva da reacção contra a Reforma Agrária, salientou a dado passo da sua intervenção que os que hoje se apresentam como salvadores foram os mesmos que durante 48 anos arruinaram a economia nacional.

Comissão Central da UJC, e Maria Leonarda Madeira, da célula do PCP na Unidade Colectiva de Produção «Catarina Eufémia», de Portel.

Enquanto que a camarada da UJC expressou a confiança dos jovens trabalhadores, e particularmente dos comunistas, na defesa da Reforma Agrária, a camarada Leonarda Madeira acentuou a «coincidência» da ofensiva do MAP com a patriótica decisão dos trabalhadores da Reforma Agrária de realizarem a campanha das sementeiras. E foi perante um silêncio atento, combinado com explosões de entusiasmo e de aprovação perante a posição do PCP, que usou da palavra, no encerramento do comício, o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção publicamos noutra local.



Discussão

Camaradas:
Tem este comício lugar num momento doloroso, difícil e arriscado na situação do nosso país.
Muitos são os aspectos da vida nacional que preocupam.

No campo social, é o agravamento constante das condições de vida dos trabalhadores, o congelamento dos salários, o desemprego, o galopar geral dos preços que agora nos dá um novo impulso com o aumento brutal dos combustíveis.

No campo económico, é a degradação da situação do nosso País graças à política dos governos, que sacrificam o nosso Povo e a economia da Pátria, aos interesses e às pressões do grande capital, dos latifundiários e do capitalismo estrangeiro.

No campo político, é a crise governativa, o governo demitido que está exorbitando das suas funções, a falta de formação que não se sabe o que irá dar.

Todos estes problemas são naturalmente sentidos com intensidade pelo povo do Alentejo. Mas de todos os problemas da hora presente, aquele que mais preocupa o povo alentejano é a nova ofensiva que o MAP lança contra a Reforma Agrária.

Por isso, ao começar este comício, queremos transmitir aos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária as ardentes saudações do Comité Central do Partido Comunista Português, com a certeza de que os trabalhadores da Reforma Agrária contam hoje, como sempre, com o apoio e o firme apoio do nosso grande Partido.

A luta heróica dos trabalhadores do Alentejo e o magnífico, pronto, poderoso movimento de solidariedade que nasce impetuosamente do nosso País mostram, por si só, uma firme e inabalável vontade de defender a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária tornou-se símbolo da luta pela democracia, de progresso social. O Povo não se abaterá defendê-la, consolidá-la, prosseguir a sua luta até à libertação completa.

A nova ofensiva do MAP

Quando da formação do Governo Nogueira, o Partido fez várias reservas à escolha do Primeiro-Ministro e ao programa e à composição do novo Governo.

Designadamente, chamámos a atenção para a nossa firme oposição à composição da equipa do MAP, logo, além do programa do Governo, anunciou a sua ofensiva carregada de ódio e de espírito de revanche contra a Reforma Agrária.

Não pode deixar de provocar indignação perante a situação que, na democracia portuguesa, da qual o nosso País é defensor, a Reforma Agrária, tenham sido colocados em condições políticas declaradas da Reforma Agrária e a serem tratados ou expropriados.

É também um verdadeiro escândalo o que se tem passado em certas terras expropriadas, outras iam a ser longe das grandes senhorias fazer caçadas, onde vivem numa cooperativa (a da Gâmbia), onde agora vivem milhares de dezenas de trabalhadores, e que esse senhorio depois já pediu uma reserva, que, a ser entregue, logo os expulsou das terras os trabalhadores e os seus filhos de novo, nas terras coutadas e abandonadas e as crianças ficaram de longe e famintas a ver a festa dos dias.

Creio, camaradas, que estares de acordo com o que, sem hesitações, todos nós lutamos e lutaremos por as nossas forças e energias, para que isso não aconteça e que não volte o Alentejo dominado pelos agrários latifundistas. O Alentejo das terras livres, do trabalho, do emprego, da fome, das crianças descalças e dos mendigos, para que a Reforma Agrária aconteça.

A frente do MAP, ao qual cabe em primeiro lugar assegurar a realização da Reforma Agrária, não estar inimigos declarados da Reforma Agrária e dos seus defensores. Por isso o povo reclama: «agora não há AP».

A ofensiva contra a Reforma Agrária é uma ofensiva contra a economia nacional.

Portugal precisa de produzir mais e a Reforma Agrária está prejudicando os trabalhos agrícolas que as UCPs e Cooperativas fazem e querem realizar.

Portugal nos primeiros sete meses deste ano teve um défice monstruoso de 73 milhões de contos no seu comércio exterior. Isto significa que necessita rapidamente de produtos agrícolas para pagar milhões de contos ao estrangeiro. A Reforma Agrária terá como consequência a redução da produção agrícola e fazer aumentar as importações.

A acção do Governo contra a economia nacional é mais censurável quando ela é desencadeada no momento em que as UCPs e Cooperativas acabavam de terminar o mês de Setembro e começaram as sementeiras de 100 000 hectares, numa decisão patriótica que envolvia a responsabilidade dos trabalhadores da Reforma Agrária e as terras das UCPs e Cooperativas estão em condições de mãos de pele fina dos grandes proprietários latifundistas e caledadas daqueles que sempre trabalharam para eles por isso legitimamente a terra pertence.

Quem defende a economia nacional e os interesses nacionais?

Aqueles que expulsam os trabalhadores das terras e os restituem ilegalmente aos agrários que não os quiseram, ou os deixam de novo abandonadas como nos tempos da Reforma Agrária, decidem corajosamente a campanha de trabalho, produção e a campanha das sementeiras. Quem não trabalha nas terras, lança as sementes e produz, quem não trabalha nas terras de quem foram expulsos para acabar com a fome e para assim assegurar que haja pão e carne para Portugal?

A ofensiva contra a Reforma Agrária é uma ofensiva contra a economia nacional. É uma ofensiva contra os trabalhadores.

A verdade dos factos é mais forte que as mentiras, todas as calúnias, todas as mentiras, todas as calúnias lançadas contra a Reforma Agrária.

Apesar da guerra que lhe têm movido, apesar da ofensiva, apesar dos cortes de crédito, apesar da falta de apoio técnico, apesar da falta de apoio técnico, os trabalhadores da Reforma Agrária desbravaram centenas de milhares de hectares, abandonados, diversificaram culturas, construíram barragens, compraram tractores e maquinário agrícola e conseguiram espectacularmente aumentar consideravelmente o número de cabeças de gado.

Libertados da opressão e da exploração dos grandes senhorios, os trabalhadores e os pequenos agricultores, da Reforma Agrária, vencendo todas as dificuldades, transformaram as relações de trabalho e a vida do povo alentejano, demonstrando que, se os trabalhadores não produzirem, não podem viver sem os trabalhadores. Os trabalhadores não precisam dos agrários para nada, os agrários dispensarão para sempre todos os exploradores e latifundiários.

É contra a transformação histórica da nossa Pátria que representa na vida do nosso Povo que o MAP lança agora uma feroz e brutal ofensiva.

Eu quero aqui transmitir aos trabalhadores do Alentejo, aos senhores, os trabalhadores e os pequenos agricultores, da Reforma Agrária, vencendo todas as dificuldades, transformaram as relações de trabalho e a vida do povo alentejano, demonstrando que, se os trabalhadores não produzirem, não podem viver sem os trabalhadores. Os trabalhadores não precisam dos agrários para nada, os agrários dispensarão para sempre todos os exploradores e latifundiários.

Por cada homem, mulher ou criança que se apresenta de novos defensores da Reforma Agrária.

Agenda

- Dia 27**
Sexta-feira
Lisboa, às 21 e 30, no Casa Pia Atlético Clube (Largo do Conde Barão), sessão de esclarecimento com a camarada Zita Seabra, deputada à Assembleia da República. ● Távora, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, sessão de esclarecimento sobre a actual situação política com a camarada Emília Rodrigues, da DORAL.
- Dia 28**
Sábado
Amadora, comício com o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, no Pavilhão do Académico da Amadora. No início, às 15 horas, Canto Livre com José Jorge Letria e José Carlos Ary dos Santos. ● Vila Real de Santo António, às 21 horas, sessão de esclarecimento no Barracão da SOLIVA com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC. ● Alparça, às 15 horas, reunião de quadros com a presença do camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.
- Dia 29**
Domingo
S. João do Estoril - Inauguração do Centro de Trabalho da Galiza, com a participação de um camarada do Comité Central.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL FRANCISCO ROMEIRO - Membro da célula da Palença (Monte da Caparica) do PCP, faleceu o camarada Manuel Francisco Romeiro, de 47 anos de idade.

JOSÉ LINO DA COSTA HELDER - Faleceu o camarada José Lino da Costa Helder, que era natural do Beato e pertencia à célula da empresa «Abel Pereira da Fonseca», 2.ª Zona do CLL.

MANUEL DE TORRES ALVES PEDRA - Com 48 anos de idade faleceu no passado sábado, no Hospital Particular, em Lisboa, o camarada Manuel de Torres Alves Pedra, que era membro da célula da Caixa Geral de Depósitos do PCP. Este camarada, natural de Deão, Viana do Castelo, foi durante muito anos militante activo do Partido, tendo sido perseguido, preso e torturado pela polícia fascista, que o privou da liberdade durante seis anos, lhe roubou para sempre a saúde mas jamais conseguiu atingir a sua honra de comunista.

Bo de Álvaro Cunhal em Évora

A lei maldita e a sua aplicação

O Governo e o MAP afirmam com aparente inocência que estão simplesmente a aplicar a lei.

Esta afirmação merece resposta, quanto à lei e quanto à sua aplicação.

Quando à lei, sempre afirmámos que a lei Barreto é a lei da contra-Reforma Agrária, é a lei da restauração dos latifúndios, e por isso é, na sua letra e no seu espírito, uma lei anticonstitucional.

Pode objectar-se que assim não foi considerada pelos órgãos do Estado a quem compete julgar da constitucionalidade das leis. Isso é verdade. Mas as forças políticas e os cidadãos portugueses têm todo o direito de ter opinião contrária e de defendê-la. O PCP tem a sua e defende-a.

Por isso, não quedem dúvidas a ninguém. No quadro da Constituição e das instituições democráticas, o PCP luta e lutará até que essa lei maldita seja revogada e substituída por outra melhor.

Agora que o Barreto saiu do PS, há socialistas que dizem finalmente concordar em que a lei está errada, que dizem que a culpa da lei não foi do PS, mas do Barreto dentro do PS.

A verdade é que a lei foi proposta pelo Governo do PS sozinho e foi aprovada na Assembleia da República com os votos dos deputados do PS e da reacção.

Mas, se o PS na verdade agora reconhece que a lei está errada, pode facilmente contribuir para emendar o erro. Na Assembleia da República há uma maioria de deputados do PCP e do PS. O PCP está pronto a considerar a apresentação de um novo projecto de lei que leve a cabo para já a rápida revisão e a revogação dos artigos mais nocivos da Lei Barreto — que a própria experiência mostra que violam a própria realidade — a fim de impedir que qualquer governo (este e o que vem), baseado-se na Lei Barreto, prossiga a ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária.

Isto para já. Mas quero também aqui declarar que, nas próximas eleições, sejam as antecipadas em 1979, sejam as de 1980, o PCP compromete-se a que os seus deputados eleitos apresentem na Assembleia da República um projecto de lei que, como se impõe, revogue a Lei Barreto, e que contenha disposições que signifiquem de facto e de uma vez para sempre a liquidação dos latifúndios e a entrega de terras em uso perpétuo, de pais para filhos, àqueles que as trabalham.

Quando à aplicação da lei, o MAP afirma que está apenas a cumprí-la. Mas pelas decisões que toma, vê-se que nem esta lei lhe chega e que vai muito mais longe. Senão vejamos.

A lei manda que a pontuação para as expropriações seja calculada segundo a terra que possui cada proprietário e não segundo a terra de cada herdade. Por isso, quando os agrários possuem, com outras herdades, terras que ultrapassam a pontuação legal, é ilegal «devolver-lhes» ou dar-lhes como reserva (dizendo serem inexpropriáveis) herdades que têm de facto pontuação inferior à exigível para a expropriação.

É o caso da Herdade do Castelo (33 452 pontos) que pertence a um agrário que tem outras herdades com 159 884 pontos.

A lei manda deduzir das reservas a área que o proprietário tenha abandonado nos três anos anteriores à ocupação. Ora em reservas que têm estado a ser entregues contam-se terras nessas condições.

A lei só permite reservas de 70 000 pontos quando os reservatórios tenham explorado directamente uma área não inferior a 70 000 e passam desde logo a explorar as terras de reserva. Ora isso não sucede em numerosas reservas que têm sido entregues.

E se o MAP pretende cumprir a lei e se diz que está apenas a cumprir o que os anteriores governos decidiram, e se diz que

está pronto a cumprir o que os anteriores governos prometeram, porque não começa já a entregar aos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores as terras já expropriadas que ainda se encontram nas mãos dos agrários? E porque não entrega os 700 000 hectares de terras expropriáveis ainda não expropriadas, que o mesmo Barreto, quando era ministro e lançava a primeira bestial ofensiva contra a Reforma Agrária, prometeu solenemente ir entregar?

Não, ao lançar esta ofensiva, o MAP não queria aplicar a lei. O MAP o que queria era destruir a Reforma Agrária.

Por isso não recua perante as maiores falsidades e arbitrariedades.

Assim, são entregues a título de «devolução» a um rendeiro as Herdades expropriadas de Folgosa, Cegonha, Geralda e Geraldinha, que têm 137 240, com o argumento de que, devendo uma parte dessas herdades vir a ser submersa pelas águas da Barragem do Alvito, em construção, deixarão de ser expropriáveis. A isso nós dizemos: primeiro haverá que deixar construir a barragem e depois então se verá.

Em relação às Herdades Frescaz, da UCP «Unidade» do Ervedal, Aroeira de Cima e Aroeira de Baixo da Cooperativa de Adevai, apareceram no «Diário da República» de 19.10.78 (depois de reclamada a entrega) portarias de anulação das expropriações!

A isso nós dizemos: primeiro haveria que anular, se fossem realmente anuláveis, e só depois decidir a entrega.

A uma agrária, Maria Cachaça foram entregues terras da UCP «É Difícil Mas É Nossa» no Sobral da Adiga, com pontuação de 45 000 pontos. Esta pontuação só poderia ser atribuída desde que a agrária explorasse directamente a terra. O facto é que logo a seguir, dias depois, essa agrária publicou anúncio no «Diário do Alentejo» pondo à venda a herdade, o que lhe retira qualquer direito à referida pontuação.

Ainda mais. O MAP afirmava e garantia que nas terras agora arrancadas às UCPs e Cooperativas se não tratava de reservas, mas apenas da devolução de terras não expropriadas.

Mas qual é a verdade? O MAP diz que não foram expropriadas. Mas eu aqui posso citar o número das portarias de expropriação.

A Herdade Corte Coelho da UCP «Freguesia Sem Medo» em Mértola agora «devolvida» foi expropriada pela Portaria n.º 301, de 15.5.76.

A Herdade dos Carapinhos da Cooperativa «União Piense» de Pias foi expropriada pela Portaria n.º 442, de 22.7.78.

A Herdade do Barrão, da UCP «Liberdade» de Seda, foi expropriada pela Portaria n.º 411, de 10.7.76.

A Herdade Conto D. Beatriz da UCP «Sete Estrelas» de Cabeço de Vide foi expropriada pela Portaria n.º 509, de 18.8.76.

As Herdades de Folgosa, Cegonha, Geralda e Geraldinha, da Cooperativa de S. Bartolomeu do Outeiro, foram expropriadas pelas Portarias n.ºs 493 e 494 de 6.8.76.

A Herdade da Misericórdia da UCP «Resistência Popular» de Montemor-o-Novo, foi expropriada pela Portaria n.º 375, de 19.6.76.

A Herdade do Castelo da UCP «Trabalhadores de S. Manços», foi expropriada pela Portaria n.º 494 de 6.8.76.

Não se trata, como se vê, em todos estes casos, de «devoluções» de terras não expropriadas e portanto «usurpadas» como o MAP afirmou e garantiu, mas da entrega de terras expropriadas.

Perante estes factos, o PCP reclama que estes casos sejam prontamente examinados e revistos, que sejam anuladas decisões, e que a terra continue nas mãos das UCPs e Cooperativas para que possam cultivá-las para bem do Povo e do País.



Mais de 20 mil pessoas acorreram ao comício do PCP em Évora. Mas, para o «Jornal Novo» da passada segunda-feira, esse número não ultrapassava «um punhado de simpatizantes que quase encheu a pequena praça onde está situado o templo de Diana». Já se sabia que o órgão da CIP tem horror às multidões de trabalhadores; mas considerar pequeno um recinto como aquele e um punhado os milhares de pessoas que o encheram é, mais do que horror e miopia, uma descarada mentira. Além de acordo com as tradições «informativas» do «Jornal Novo»

Alto à repressão, soluções negociadas

Consideramos positivo que o Primeiro-Ministro do Governo demitido tenha recebido uma delegação do nosso Partido e tenha havido ocasião de expor tudo quanto pensamos acerca da Reforma Agrária e da ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária.

Consideramos igualmente positivo que o Primeiro-Ministro do Governo demitido tenha recebido uma delegação dos Secretários das UCPs e Cooperativas e tenha marcado nova reunião para o princípio da semana.

Os trabalhadores sempre se declararam dispostos ao diálogo e à negociação. Os trabalhadores têm colocado com toda a clareza: alto à repressão e soluções negociadas.

Que não venham certos dirigentes de partidos reacçãoários afirmar que não pode ser aceite a negociação, porque a lei não se negocia, aplica-se. Mas o que se pretende negociar, não é a lei, (essa terá, quando possível, de ser revogada), mas as decisões do MAP que dizem assentar nela.

Diálogo e negociação, por parte dos trabalhadores, significa a vontade de contribuir para soluções correctas, aceitáveis e justas.

Diálogo e negociação, do lado do MAP, deve significar que o MAP está pronto a examinar as objecções postas pelas UCPs e Cooperativas, a estudar no concreto as propostas que estas façam, a considerar a viabilidade das UCPs e Cooperativas, a dar solução favorável a compensações por investimentos, e a não tomar sempre por sistema, como tem feito, decisões favoráveis aos agrários, contra as UCPs e Cooperativas e usar a força pública como instrumento das exigências ilícitas e abusivas dos agrários a quem são entregues as terras, máquinas e gados.

Se pararem as operações de violência, se o MAP suspender decisões arbitrarias e ilegais e as acções repressivas contra a Reforma Agrária, serão possíveis negociações e soluções aceitáveis.

Uma coisa é, porém, certa.

Os trabalhadores não aceitam negociar com as armas encostadas ao peito, enquanto são perseguidos, espancados e mortificados por cães-polícias e seus irmãos, os seus pais, os seus filhos, os seus camaradas de trabalho.

O diálogo e a negociação não podem ser compreendidos como a aceitação passiva e sob coacção pelos trabalhadores das imposições e decisões injustas e arbitrarias do MAP.

Se o MAP diz: «Nós não mandamos a GNR, se vocês entregarem as terras», isto não é diálogo, nem negociação, nem vontade de uma solução pacífica dos problemas da Reforma Agrária. Isto é um ultimato.

Não são ultimatums, nem acções repressivas, que podem resolver os problemas económicos, sociais e políticos.

O que é necessário é que o MAP se resolva de facto a sustentar as operações de violência, a aceitar o diálogo e a negociação antes de tomar qualquer decisão da entrega de terras aos agrários.

Creio, camaradas, que este comício é uma comprovação de que os trabalhadores saberão reforçar mais e mais a sua unidade em torno dos seus sindicatos e da Intersindical, das UCPs e Cooperativas, das suas outras organizações de classe, do seu partido revolucionário de vanguarda — o PCP.

Receando, como receia, as eleições antecipadas (porque temo pagar caro com diminuição de votos do eleitorado a política antipovo e de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que realizou no Governo) o PS está interessado em que se forme um Governo com certa estabilidade. E, uma vez que para esse efeito não quer entender-se com o PCP, é quase certo que se vai entender com o CDS e talvez mesmo também com o PPD.

É necessário prevenir que um governo que se venha eventualmente a formar assente no apoio parlamentar PS/CDS ou mesmo PS/CDS/PPD, continuará aproximadamente a política do Governo Nobre da Costa e não solucionará, antes continuará a agravar, os problemas nacionais. É tempo de rectificar a política que já mostrou ser completamente incapaz de resolver os problemas nacionais. É tempo de adoptar para Portugal uma política democrática com um governo democrático.

O PCP tem procurado esforçadamente dar a sua contribuição para que seja possível a formação de um governo que dê solução aos graves problemas que Portugal enfrenta. Continuamos a declarar-nos dispostos a considerar a composição, o programa e definição duma política pelo futuro Governo. E insistimos na nossa disposição de autorizar membros do nosso Partido a participar no Governo, porque cada vez se torna mais claro que a participação dos comunistas no Governo é, não só necessária, como indispensável, para que sejam resolvidos os problemas nacionais, defendidas as conquistas da Revolução e assegurada a continuidade do regime democrático consagrado na Constituição.

Isto é válido para o MAP do actual Governo demitido e é válido para o MAP do Governo que vier.

Em relação ao futuro Governo, a perspectiva não está ainda clara.

De qualquer forma, uma coisa é certa. Para que, na base da composição da actual Assembleia da República, seja possível um apoio parlamentar a um governo democrático, será necessário que se entendam o PS e o PCP, que juntos têm a maioria dos deputados.

Mas o facto é que apesar da constante insistência do nosso Partido o PS não mostra qualquer interesse em examinar com o PCP a solução da actual crise governativa.

Além disso, num momento em que se toma necessária mais que nunca a unidade dos trabalhadores, a direcção do PS desencadeia novas manobras divisionistas no Movimento Sindical e noutros sectores.

As eleições municipais de Évora

Na situação que se vive no Alentejo e no País, adquirem uma importância particular as eleições municipais de Évora que terão lugar no dia 19 de Novembro.

Estas eleições foram convocadas com objectivos políticos muito claros: a substituição da vereação, onde o PCP tem tido a presidência e influência determinante, por uma vereação onde os comunistas deixariam de ter grande influência.

Como todos se lembram, quando os vereadores do PS, seguidos pelo vereador do PPD, renunciaram aos seus cargos provocando com isso inevitavelmente a realização de novas eleições, toda a gente perguntava qual seria verdadeiramente o objectivo de tal decisão.

Há dias tudo se esclareceu. Segundo declarações de organismos responsáveis do CDS e do PPD o que então estava projectado era uma aliança PS/PPD/CDS nas eleições municipais a realizar, de forma a afastar o PCP das posições que tinha na Câmara e na Assembleia Municipal.

Parece agora claro que os vereadores do PS pediram a demissão dentro de um projecto visando o assalto à Câmara por uma coligação anticomunista com o PPD e o CDS.

Não chegaram a acordo. Cada qual acabou por apresentar a sua lista. Resultado: zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades.

Estamos certos, camaradas, de que esta manobra receberá a devida resposta dos trabalhadores e dos democratas do concelho de Évora e que, nas próximas eleições do dia 19, os eleitores do concelho confirmarão a sua confiança nos comunistas e noutros democratas, votando em massa na lista da APU.

É necessário que o PPD e o CDS sejam derrotados e que o PS não tire quaisquer frutos da sua manobra.

A UDP também apresentou lista. Funcionou como lista de divisão da esquerda para facilitar um eventual triunfo da direita. É bom lembrar que aquelas escassas centenas de votos que nas últimas eleições foram para a UDP foram votos perdidos, não elegeram ninguém e impediram que a APU tivesse alcançado a maioria absoluta.

A lição deve aproveitar. O voto útil na esquerda, o voto útil na democracia é na lista da APU, na lista do Povo Unido.

Os grupelhos neonazis de provocadores também apresentam

listas. Refiro-me ao MRPP e ao PC de P (ml), «ML» dantes dizia-se m — «monopólios», l — «latifúndios», mas nem isso merecem. O que se pode dizer é que ml é: m — muito, l — lixo. Apresentando listas com a foice e o martelo (uma falsa foice e martelo) o que estes provocadores pretendem é desorientar e confundir os eleitores, e enganar algum incauto que, votando numa falsa foice e martelo, julgue estar a votar no PCP.

No tempo do fascismo, também a PIDE, a Legião e outras organizações de fascistas e de provocadores distribuíam papéis com falsas foices e martelos, para enganarem o Povo.

É necessário que nem um só eleitor ignore que, nos boletins de voto para as eleições municipais do dia 19, as foices e martelos são falsas e que por isso devem votar na APU, devem votar nas três rodinhas entrelaçadas, aqueles que verdadeiramente queiram votar na verdadeira foice e martelo, que queiram votar no PCP.

O concelho de Évora tem problemas muito específicos a resolver. É necessário impulsionar o desenvolvimento de actividades económicas do concelho e resolver graves problemas como as carências da habitação, de redes de água, esgotos e electricidade, a falta de postos médicos, as deficiências de transportes, a má pavimentação das ruas, as insuficientes instalações desportivas, a degradação da parte antiga e histórica da cidade, a falta de iniciativa na atracção dos turistas e outros.

Mas, na situação criada com a Revolução, o desenvolvimento regional e local e os problemas das populações são inseparáveis da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária não teve apenas profundas repercussões favoráveis para os trabalhadores da Reforma Agrária. Teve profundas e positivas repercussões para toda a população da região e para o desenvolvimento regional.

A dinamização do sector agrícola pela Reforma Agrária, levou à realização de obras e à criação de novas actividades e de novos serviços exigidos pelas profundas transformações realizadas. De 1974 para 1978 o concelho de Évora registou um aumento de 5000 novos habitantes, dos quais 4000 na área urbana. E, mesmo nas zonas rurais, onde antes do 25 de Abril se registava uma baixa contínua da população, a Reforma Agrária com o alargamento das culturas agrícolas e as novas actividades e empreendimentos contribuiu para fixar a população, designadamente a juventude, de

forma que de 1974 para 1978, a população nas zonas rurais estabeleceu-se com ligeira tendência para aumento.

A Reforma Agrária não é apenas um importante factor de progresso nas zonas rurais, mas um importante factor de progresso para a própria cidade de Évora e de todo o Alentejo.

As eleições municipais de Évora têm um triplo significado. Em primeiro lugar, terão importância directa para a gestão futura do próprio município; para a defesa dos interesses da região, do concelho e da população, para a solução dos problemas mais instantes.

Em segundo lugar, terão importância pelo que significarão em relação à Reforma Agrária. Apesar de que o concelho de Évora não é um concelho caracteristicamente rural e de que a maioria dos eleitores do concelho não são trabalhadores da Reforma Agrária, uma nova vitória da APU, que será também uma nova vitória do PCP e dos seus aliados, será uma nova e importante contribuição para a defesa, a consolidação e a vitória final da Reforma Agrária.

Em terceiro lugar, as eleições municipais de Évora terão importância política por aquilo que possam indicar em relação às futuras eleições para a Assembleia da República.

É ainda cedo para saber se haverá ou não eleições antecipadas em 1979. Em qualquer caso, havendo ou não em 1979, haverá em 1980.

As eleições municipais de Évora no dia 19 de Novembro serão vistas como um indicativo das futuras eleições para a Assembleia da República.

É necessário que as eleições municipais de Évora no dia 19 de Novembro confirmem a derrota dos partidos reacçãoários (do PPD e do CDS) e confirmem uma nova grande vitória da APU, apoiada pelo PCP — porque a defesa das liberdades e das outras conquistas democráticas, a defesa e a realização completa e final da Reforma Agrária estão dependentes em larga medida duma vitória eleitoral das forças democráticas, duma vitória eleitoral do grande partido dos trabalhadores, da Reforma Agrária, da democracia, da independência nacional, do socialismo — o Partido Comunista Português.

Com a nova ofensiva desencadeada contra a Reforma Agrária, o heróico proletariado agrícola alentejano (e ribatejano) aliado aos pequenos e médios agricultores, é uma vez mais

submetido a uma grande prova no glorioso caminho da sua luta. Prova de firmeza, prova de coragem, prova de confiança, prova de serenidade e de elevada consciência de classe, prova de patriotismo.

O PCP apoia a heróica firmeza dos trabalhadores e apoia também o seu espírito de diálogo e negociação.

Na luta em defesa da Reforma Agrária, os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo não estão sós.

Têm com eles a classe operária e os trabalhadores de todo o País, têm com eles todos os verdadeiros democratas. Têm com eles esse poderoso movimento que ganha impetuosamente as massas populares em acções de apoio, de solidariedade e de protesto, em grandiosas paralisações em regiões inteiras, em concentrações, abaixo-assinados e nas mais variadas acções.

A Reforma Agrária é a causa, não apenas dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, mas a causa de todos os trabalhadores, de todo o Povo, de todos os verdadeiros democratas.

Não pode ser considerado democrata quem esteja contra a Reforma Agrária.

A causa da Reforma Agrária é a causa do bem-estar do Povo, a causa da liberdade, a causa da democracia, a causa do socialismo e da independência nacional.

Ela vencerá!

A nova ofensiva agora em curso será sustida como foram as ofensivas anteriores. A Reforma Agrária é uma realização histórica do Povo português, inscrita na Constituição. Faz parte integrante do regime democrático. Corresponde integralmente aos interesses de Portugal como País livre e independente.

Quaisquer que sejam as dificuldades, os obstáculos, as tentativas da sua liquidação, a Reforma Agrária será defendida, será consolidada, irá para diante e acabará por ser totalmente realizada.

Viva a Reforma Agrária!
Viva o regime democrático consagrado na Constituição!
Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!
Viva o Partido Comunista Português!



Preparar a aplicação em 1979 do novo regime de finanças locais

A nova Lei de Finanças Locais aprovada pela Assembleia da República, apesar de algumas indefinições, insuficiências e injustiças relativas que contem, vem trazer profundas e positivas alterações na administração local portuguesa.

A aplicação do novo regime já em 1979, tal como está estabelecido na lei, levanta, entretanto, problemas importantes. Toma-se por isso necessário aclarar algumas ideias para que a transição se possa fazer da melhor forma.

Planos de actividades e orçamentos

Após o 25 de Abril, apesar de terem passado a existir numerosas administrações autárquicas da confiança das populações, as condições

existentes impuseram que, quer os «planos de actividades», quer os orçamentos, não correspondessem a uma previsão de realizações e de receitas e despesas minimamente rigorosa.

Os «planos» não passavam normalmente de uma lista de aspirações populares que as administrações autárquicas desejavam satisfazer, mas que sabiam antecipadamente não poder concretizar por falta de meios; os orçamentos alinhavam, frequentemente, receitas cujo recebimento era altamente incerto e que muitas vezes não se chegava a efectivar, e despesas cuja cobertura financeira era também altamente improvável e que frequentemente não se realizavam.

Na origem desta situação estava o próprio sistema de subsídios e comparticipações, isto é, a estreita dependência das decisões discricionárias do poder central, a que a nova lei pôs termo.

Ora, os orçamentos e planos para 1979 vão ter de ser elaborados antes da entrada em vigor da legislação agora aprovada (cuja publicação é improvável antes da 2.ª quinzena de Novembro) e, portanto, com base na legislação actualmente em vigor.

No entanto, no prazo de um mês após a publicação da lei do Orçamento Geral do Estado, há que proceder à revisão dos orçamentos autárquicos (e do plano de actividades) de forma a garantir a sua efectiva conformidade com os recursos disponíveis.

Assume, assim, a maior importância que as autarquias, além de prepararem os planos de actividades e orçamentos a aprovar em Novembro (os quais não podem deixar de ter, sobretudo este ano, um valor muito relativo) preparem desde já a revisão desses mesmos planos e orçamentos. Para tal impõe-se inventariar as necessidades, definir prioridades

devidamente escalonadas e calcular, ainda que muito aproximadamente, os recursos de que cada autarquia poderá vir a dispor (utilizando números de 1978, por exemplo).

Este facto facilitará a revisão atempada e adequada dos orçamentos e planos, bem como a indispensável conjugação com as necessidades e aspirações populares prioritárias.

Na medida das disponibilidades actualmente existentes, é igualmente importante que as autarquias tomem medidas para aumentar os projectos em carteira e desencadearem acções para obtenção de terrenos para os empreendimentos que se propõem realizar.

Dar um novo papel às Freguesias

O novo regime de finanças locais obriga os municípios

a subsidiar as Freguesias, de modo a que estas aumentem os seus recursos e o seu papel na administração local seja valorizado. É, assim, uma importante tarefa do trabalho das autarquias o estudo dos recursos financeiros a transferir e das tarefas correspondentes a tais recursos que é necessário delegar nas Freguesias, bem como as formas de assegurar uma estreita coordenação entre os Municípios e as Freguesias.

O novo regime de finanças locais exige, por outro lado, uma correcta regulamentação e medidas complementares que há que acompanhar de perto e atentamente.

A redefinição da repartição de funções entre a administração central e local; a reforma da contabilidade autárquica; a classificação das receitas e despesas; a reforma dos tribunais administrativos e fiscais; a reestruturação dos serviços centrais do Estado cuja única ou principal função

era «dar» subsídios e comparticipações às autarquias e realizar as múltiplas operações burocráticas associadas a tal sistema; a reorganização dos serviços municipais; etc., etc., vão exigir o estudo, a contribuição construtiva, a intensa participação dos democratas eleitos para os órgãos de poder local, dos trabalhadores da função pública e da administração local e, designadamente, dos quadros do PCP para o trabalho nas autarquias.

Nesta tarefa de grande importância para a democratização da Administração Pública e para aumentar a capacidade das autarquias na resolução dos problemas das populações, o PCP demonstrará uma vez mais que é a força política que mais quer e mais sabe contribuir com propostas, sugestões, estudos e trabalho, para a crescente democratização da vida nacional.

Manifesto da APU ao povo de Évora

Num manifesto à população distribuído no fim da semana passada, a Aliança Povo Unido divulgou os nomes dos 215 eborense que constituem a Comissão Eleitoral de Apoio à Candidatura apresentada pela APU à Câmara Municipal de Évora.

Englobando democratas das mais variadas camadas sociais e sectores de actividade, de professores a operários agrícolas, de médicos a comerciantes, passando por enfermeiros, empregados bancários, de seguros, industriais, trabalhadores da construção civil, etc., a Comissão Eleitoral dá bem uma imagem da forte implantação da APU naquele concelho e do apoio de que dispõe para o próximo acto eleitoral.

As eleições antecipadas, recorda a APU no Manifesto, ficaram a dever-se à demissão em bloco dos vereadores do PS e à do

vereador do PPD/PSD, que fizeram paralisar a vida do município.

As razões desta atitude — prossegue o Manifesto — fundamentaram-se numa série de afirmações falsas, não provadas e não concretizadas. Mas a população do concelho de Évora sabe — sublinha o Manifesto — que elas traduziram a incapacidade dos demissionários de acompanharem com espírito de sacrifício, esforço e dedicação o trabalho que estava a ser realizado na Câmara pelos três elementos do Povo Unido.

Considerando essencial que a Câmara de Évora continue ao serviço do povo e dos trabalhadores e não regressasse ao sistema dos compadrios, dos interesses particulares e das ambições pessoais, a APU candidata-se às novas eleições, pois embora

considere que nesta data não são benéficas para as populações, não as recebe.

E não as recebe porque, como salienta o Manifesto, a candidatura da APU é a única que se identifica com as mais profundas aspirações populares; porque os candidatos do «Povo Unido» são os únicos que garantem, com o seu trabalho e com a sua dedicação, um funcionamento camarário inteiramente consagrado à solução dos problemas concretos e das carências das populações do concelho.

A lista da APU — prossegue o documento — é a única que defende as grandes conquistas de Abril, as nacionalizações, o controlo de gestão, a Reforma Agrária e as liberdades; é a única que garante de facto a defesa da Democracia.

REFORÇAR A DEMOCRACIA COM AS LISTAS POVO UNIDO



«A candidatura da APU é a única que se identifica com as mais profundas aspirações populares»

A terminar, o Manifesto da APU apela a todos os homens e mulheres progressistas, aos democratas sinceros, ao operariado industrial, aos operários

agrícolas, aos pequenos e médios agricultores, aos jovens, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, aos quadros técnicos, aos intelectuais,

para que, dando o seu apoio à Aliança Povo Unido, demonstrem que as conquistas de 25 de Abril estão mais vivas do que nunca no coração dos habitantes do concelho de Évora.

PUB.

GRANDE OPORTUNIDADE

TEMPORARIAMENTE **70\$00** CADA VOLUME

obras completas de Lenine

47 VOLUMES EM FRANCÊS

UMA OBRA FUNDAMENTAL

ÚTIL para consultar

NECESSÁRIA para estudar

INDISPENSÁVEL para ler

DL a distribuição

Mais um passo para a criação da freguesia da Pontinha

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou à Assembleia da República, no início da terceira sessão da primeira legislação daquele órgão de soberania, um projecto-lei propondo a criação da Comissão Instaladora da Freguesia da Pontinha.

A criação da nova autarquia é uma das mais antigas e desejadas aspirações da população da Pontinha — que actualmente se eleva a mais de quarenta mil pessoas — diariamente sujeita aos inconvenientes de depender de uma freguesia, a de Odivelas, em relação à qual se encontra geograficamente deslocada.

Tendo desencadeado o processo ainda no tempo do fascismo (1972), através de um abaixo-assinado, a população da Pontinha, organizada em Comissões de Moradores e em diversas associações, desenvolveu todos os esforços para alcançar o seu objectivo.

Conseguido o apoio da Assembleia e Junta de Freguesia de Odivelas, da

Câmara Municipal de Loures e o parecer favorável do próprio Ministério da Administração Interna; dados os passos burocráticos necessários para a elevação da Pontinha a freguesia, surgiu um novo problema que importa ultrapassar sem demora: com a entrada em vigor da Constituição passou a ser inconstitucional o regime previsto para tais casos no Código Administrativo de Marcelo Caetano, sem que tenha sido aprovado um novo regime jurídico devidamente adaptado às normas constitucionais.

Todo o trabalho desenvolvido pelos habitantes da Pontinha e pelos órgãos autárquicos de Odivelas e Loures ficou desta forma inutilizado,

impondo-se por isso criar condições para que os órgãos de soberania pudessem, correspondendo à vontade expressa da população, sair do impasse.

E neste contexto que se insere a iniciativa agora tomada pelo Grupo Parlamentar do PCP que, através do referido projecto-lei, habilita o Governo com meios para proceder aos estudos necessários à criação da Freguesia da Pontinha.

No projecto, o PCP propõe que a Comissão Instaladora da Freguesia da Pontinha, a criar imediatamente, apresente até ao próximo dia 31 de Dezembro, na Assembleia da República, os estudos necessários para a formação da nova autarquia, bem como as alterações das áreas das freguesias que serão afectadas com a criação da nova área administrativa.

Todo este processo deverá culminar com a realização de eleições para a Assembleia da

Freguesia da Pontinha e para as Assembleias de Freguesia cujos limites geográficos venham a ser modificados, até Dezembro de 1979.

Ainda, segundo a proposta do PCP, a ser aprovado aquele projecto-lei, a Comissão Instaladora da Freguesia da Pontinha deverá ser composta por um representante do MAI; um representante do Instituto Geográfico e Cadastral; um representante da Assembleia Municipal de Loures e outro da respectiva Câmara Municipal; dois representantes da Assembleia de Freguesia de Odivelas; um representante das comissões de moradores com assento na Assembleia de Freguesia de Odivelas.

Correspondendo a uma justa aspiração popular, a passagem da Pontinha a freguesia coloca uma vez mais em destaque uma outra questão muito mais vasta e premente — a actualização da divisão administrativa do nosso país.

Concentração popular amanhã, em Viana do Castelo

O Encontro de Mulheres de Viana do Castelo decidiu convocar para amanhã, pelas 18 horas, uma concentração popular, junto do Governo Civil, para ali fazer a entrega de uma moção aprovada na reunião realizada no passado domingo. As mulheres de Viana exigem medidas firmes contra o açambarcamento e a especulação, repudiam os últimos aumentos de preços e a ofensiva do Governo demitido contra a Reforma Agrária.

Durante quase três horas, cerca de três centenas de mulheres debateram os seus problemas, trocaram experiências e analisaram a actividade desenvolvida. A Comissão Unitária de Mulheres de Viana, além de ter dado um contributo para a formação de CUM's noutras freguesias do concelho, promoveu dezenas de reuniões e jornadas de luta.

No Manifesto final do Encontro, é reiterada a crítica à exiguidade do cabaz de compras e são repudiados os recentes aumentos dos preços na gasolina e de outros combustíveis que, a curto prazo, irão provocar «novos aumentos

noutros sectores, como se transportes e, ainda, dos bens de primeira necessidade», contribuindo para a restrição do poder de compra dos trabalhadores.

Por outro lado, o documento do Encontro sublinha que «a movimentação repressiva nas empresas, a falta de cumprimento da contratação colectiva, os espancamentos de que estão a ser vítimas as mulheres e os trabalhadores dos campos do Alentejo e do Ribatejo, a onda de despedimentos, provocam um forte descontentamento e o abaixamento da produção agrícola, comercial e industrial, com graves prejuízos para a economia nacional».

Neste quadro, as mulheres presentes no Encontro de Viana decidiram continuar a intensificar a luta contra o aumento do custo de vida, reforçar a sua participação na resolução dos problemas locais, alargar ainda mais o número de CUM's e ampliar a colaboração entre elas.

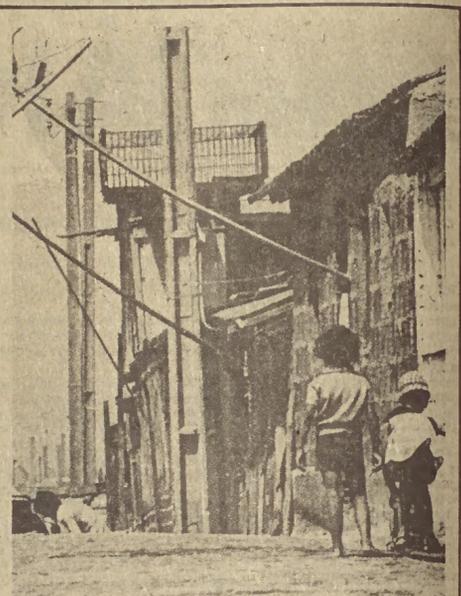
A moção aprovada na reunião será enviada a todos os órgãos de poder e entregue amanhã, pelas 18 horas, no Governo Civil, durante



No Norte como no Sul as mulheres portuguesas organizam-se e lutam pela consolidação e defesa da democracia

a concentração popular, para a qual o encontro de mulheres apela à participação geral de toda a população de Viana, de todos os

que «estejam interessados em defender os seus interesses, em vida melhor, mais digna e mais justa».



Com os meios de que passarão a dispor, as autarquias locais têm à sua frente um vasto campo de acção para melhorar significativamente as condições de vida da população

Finanças locais 1978

O novo regime de finanças locais define finalmente as fontes de receitas e percentagens que cabem às autarquias aumentando substancialmente os seus meios financeiros (ver artigo ao lado).

(Sistema da lei proposta)

(A) A totalidade do produto da cobrança dos seguintes impostos:

	(milhares de contos)
1) Contribuição predial rústica e urbana	3 910
2) Imposto sobre veículos	1 250
3) Imposto para serviço de incêndios	140 (a)
4) Imposto de turismo	500 (a)
a) Valores estimados	5 800

(B) Uma participação no produto os seguintes impostos:

	(milhares de contos)
1) Imposto profissional	13 410
2) Imposto complementar	8 000
3) Imposto s/aplicação de capitais	5 000
4) Imposto s/sucessões e doações	920
5) Sisa	2 400
6) Contribuição industrial	6 900
	36 630

18% x 36 630 = 6 600 milhares de contos.

(C) Fundo de Equilíbrio Financeiro

Administração Central - Estado (OGE)		(milhares de contos)
1 - Despesas correntes		
• Bens e serviços		80 800
• Subsídios		11 300
• Transferências correntes	40 200	
• Juros	6 600 (a)	23 100
		148 800
2 - Despesas de capital		
• Transferências de capital	12 100	1 100
• Investimentos	11 000 (b)	26 200
		27 300

18% (148 800 + 27 300) = 31 700 milhares de contos.

(a) Transferências correntes que não se efectuariam (675 + 1925) e adicionais e imposto de comércio e indústria que se cobriam a nível central (4000)

(b) Transferências de capital que não se efectuariam (8900 + 2100)

Estudo comparativo entre as situações financeiras autárquicas (1978) do sistema comparado (I) com o sistema instituído pela lei proposta (II)

	I	II	Diferença percentual (II-I)/I
	(milhares de contos)	(milhares de contos)	
1 - Receitas correntes	10 300	12 400	+ 20%
2 - Receitas de capital	13 100	25 100	+ 92%

Estudo comparativo entre as transferências da Administração Central - Estado (OGE) - 1978 do sistema comparado (I) com o sistema instituído pela lei proposta (II).

	(milhares de contos)	Diferenças
	I	II
1 - Transferências correntes	2 600	
2 - Receitas correntes		4 000 (a)
3 - Participação nos impostos		6 600
4 - Saldo corrente		2 600
5 - Transferências de capital	8 900	
6 - Investimento FFH	2 100	
	11 000	
7 - Fundo de Equilíbrio Financeiro		25 100
8 - Saldo de capital		+ 14 100
9 - Saldo global		+ 14 100

(a) - Adicionais da contribuição industrial e do imposto de capitais e imposto de comércio e indústria.

Saldo global 14 100 = 6,2%

Total do Orçamento do Sector público = 225 900

Transferências globais 31 700 = 14,0

Total do Orçamento do Sector Público = 225 900

Nota: Este estudo foi fornecido ao plenário da Assembleia da República pela Comissão de Administração Interna e Poder Local daquele órgão de soberania.

Os trabalhadores do Norte apoiam a Reforma Agrária

Está em curso uma vasta movimentação no Norte do país, envolvendo milhares e milhares de trabalhadores, que tem, como principais objectivos a solidariedade com a Reforma Agrária e a luta contra as desintervenções, o boicote da banca, a repressão, o desemprego, os despedimentos, pela saída e cumprimento dos CCT, contra o aumento do custo de vida.

Por toda a parte surge o esclarecimento, a organização e a mobilização, na consciência de que os ataques contra a Reforma Agrária estão directamente associados à mesma política de direita, que tão seriamente atinge e tenta pôr em causa os direitos e regalias conquistados depois do 25 de Abril.

No Norte do país, a expressão da solidariedade à Reforma Agrária assume uma grande diversidade e amplitude, quanto a formas de acção e ao apoio popular: numerosas pequenas e grandes concentrações; dezenas de plenários de empresas; inúmeras reuniões de delegados, activistas e dirigentes sindicais e sindicatos; reuniões de CTs; aprovação e envio aos órgãos do poder de largas centenas de moções telegráficas e abaixo-assinadas; muitas paralizações simbólicas, realizadas ou previstas para estes dias. Entrelaça-se a consciência da defesa da Reforma Agrária com a necessidade da luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses contra a política do patronato e do Governo.

sindicatos reunidos na sede da União dos Sindicatos do Porto, USP, decidiram manifestar o seu apoio às paralizações e concentrações dos metalúrgicos e electricistas junto da delegação do Ministério do Trabalho do Porto e a sua solidariedade à luta dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária, exortando os trabalhadores do distrito do Porto para que, mantendo-se informados e vigilantes, estejam em condições de prosseguir e multiplicar a luta, em cada local de trabalho, em cada sector de actividade, em cada zona, na perspectiva de garantir a defesa das conquistas essenciais da Revolução de Abril, de que a Reforma Agrária é a maior e mais viva expressão.

Manifesto de democratas

O Governo demitido exorbita das suas funções e invoca o cumprimento da lei, mas o seu comportamento é unilateral.

denuncia um manifesto suscrito por cerca de 180 democratas do Porto, entre os quais se incluem os professores Ruy Luís Gomes, José Morgado e Oscar Lopes, Ângelo Veloso, Virgínia Moura, Eduardo Sá Matos, Joaquim Felgueiras e Lino Lima (deputados do PCP), Fernando Almeida, José Pimenta (deputados do PS), Abel Mendes, Alda Varela, Alfredo Viana Lima, Álvaro Ferreira Alves, Álvaro Sisa, Ângelo de Sousa, António Macedo Varela, Armando Alves, Aménio Lusa, Amalido Mesquita, Benedito Justica, Bernardino Machado, Cassiano Abreu Lima, Célio Costa, Edgar Maciel Correia, Eduardo Calvet Magalhães, Emílio Peres, Fernando Pernes, Frederico Martins Mendes, Gunther Agelebe, Ilídio Sardoieira, Ilse Lusa, Jorge Vieira, José Rodrigues, Luís Mena Matos, Manuel Dinis Jacinto, Virgílio Moreira, Maria Helena Medina, Maximiano Silva, Pereira Guedes, Raul de Castro e Rui Osório.

Nesta sua importante tomada de posição os subscritores do

documento frisam: A Lei estabelece que os trabalhadores sejam ouvidos e que a viabilidade económica das unidades colectivas de produção e cooperativas seja respeitada. Mas o ministro da Agricultura e Pescas só ouve os latifundiários e procede como se a marcação de reservas apenas obedecesse ao objectivo de desagregar e liquidar as explorações colectivas da Reforma Agrária.

Deixem-nos trabalhar a terra!

Deixem-nos trabalhar a terra, tal é o grito lançado pelo Secretariado do MARN, através de um comunicado distribuído aos órgãos da Comunicação Social para tornar pública a sua profunda preocupação pelo que acontece no Alentejo, onde pela violência e sob as ordens de um Ministério da Agricultura de um Governo demitido se rouba a terra aos que a trabalham e a fazem dar pão.

Citando inúmeros exemplos do desinteresse e boicote do MAP quanto à resolução dos problemas do campo, o comunicado denuncia

o silêncio do Governo sobre a subida de 38% do preço dos adubos, do desinteresse e do boicote ao escoamento da batata, do atraso dos pagamentos da batata da campanha anterior. Além de se preparar para avilizar a subida de 20% dos pesticidas e de nada ter feito para regulamentar as comissões concelhias de arrendamento como já devia ter sido feito há mais de nove meses, o comunicado do MARN denuncia que o MAP não mexe uma palha nem tão pouco tem uma palavra sobre a gravíssima situação de centenas de rendeiros com açóes de despejo nos tribunais.

Também a Comissão Directiva do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vila Real tomou posição face às últimas decisões do Governo Nobre da Costa, exprimindo a sua solidariedade com os trabalhadores da Real Vinícola, repudiando o regresso do sabotador Silva Reis e condenando a ofensiva do MAP contra os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, com os quais se solidarizou.

Comunistas e socialistas unidos em Custóias

Traduzindo os sentimentos unitários cada vez mais fortes, que mais tarde ou mais cedo farão convergir uma única direcção, os esforços e a luta dos comunistas e socialistas portugueses, o Secretariado da Secção de Custóias do PS e a Comissão de Freguesia do Partido Comunista decidiram convocar, para ontem, pelas 19 horas uma concentração junto da sede da Junta de Freguesia com os seguintes objectivos: luta contra o aumento do custo de vida, contra a perseguição dos trabalhadores activistas, pela defesa das instituições democráticas, contra a repressão e a violência, contra o aproveitamento partidário das crises do Governo.

Também, ontem, se concentraram no Largo da C. Santos, na via-rápida do Porto, trabalhadores daquela zona correspondendo ao apelo de Comissões de Trabalhadores e Sindicatos de empresas da Ámbar, da J.J. Gonçalves, assim como das

Comissões de Moradores das Campinas, do Bairro da Franca, do Bairro da Previdência da Ramalde, de Ramalde do Meio e de Requesende e do Bairro de Fonte de Moura. Dentro dos objectivos da concentração, destacavam-se a luta contra a repressão patronal e os despedimentos, contra as desintervenções, contra o aumento do custo de vida, por uma política virada para a resolução dos problemas nacionais e contra a violência nos campos da Reforma Agrária. É impossível registarmos as largas centenas de tomadas de posição adoptadas por dezenas e dezenas de organizações culturais, recreativas e de moradores, de comissões de trabalhadores sindicais e de mulheres unitárias que, de todo o Norte, são transmitidas aos órgãos do poder.

Apelo da DORN

A direcção da Organização Regional do Norte do PCP divulgou um comunicado de solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária e contra a política de direita. A dado passo, o documento sublinha: A violência e a brutalidade nos campos do Sul entrelaça-se com as desintervenções de algumas empresas e a sua entrega à exploração descarada e brutal do patronato (como aconteceu com a Real Vinícola), com a sabotagem da banca ao sector público e a muitas pequenas e médias empresas, com os aumentos dos preços, com a baixa do poder de compra da população, a repressão patronal e os despedimentos e com as manobras para dividir o movimento sindical e o movimento cooperativo.

A solidariedade activa para com os trabalhadores da Reforma Agrária é - realça a DORN - também defender a liberdade, é também a oposição às desintervenções e à carência, é também a luta contra a repressão patronal e o desemprego - é também uma resposta indispensável dos trabalhadores a um Governo e a uma política de direita em defesa dos direitos e regalias conquistados com o 25 de Abril.

A grande jornada da passada 3ª feira

Terça-feira, por todo o país, nas mais importantes zonas industriais e nos distritos de intervenção da Reforma Agrária, milhares e milhares de trabalhadores disseram da sua firmeza em defender a Reforma Agrária, sentida como uma conquista nacional. Disseram-no paralisando totalmente os campos do Alentejo e na maior parte dos distritos de Setúbal, de Lisboa e Santarém. Disseram-no, nas empresas, nos locais de trabalho, nas pequenas oficinas e escritórios realizando paralizações simbólicas e aprovando centenas e centenas de moções de solidariedade. Disseram-no os pequenos comerciantes que em Moura fecharam as portas na hora da solidariedade e em Sines aderiram igualmente em quase 50% da actividade.

No Alentejo, concentram-se mais de 85 mil trabalhadores

Foi no Alentejo, coração da Reforma Agrária, que as paralizações e concentrações da passada terça-feira contra a ofensiva do MAP atingiram um formidável grau de mobilização dos trabalhadores. No distrito de Évora, cerca de 35 000 trabalhadores movimentaram-se em concentrações de protesto e luta: na cidade de Évora, 15 000; Montemor-o-Novo, 7 000; Redondo, 2 000; Portel, 2 500; Mora, 3 000 e Vendas Novas, 2 000.

No Distrito de Beja, calcula-se em 32 000 a participação de trabalhadores nas concentrações: Beja, 12 000; Moura, 10 000; Aljustrel, 7 000; Castro Verde, 3 000.

Distrito de Portalegre: em Ponte de Sor, a concentração mobilizou cerca de 5 000 trabalhadores, 7 000 em Sousel e 8 000 em Alter do Chão. Cerca de 20 000 trabalhadores manifestariam assim pelas ruas a sua profunda revolta perante a política de violência e arbitrariedade do MAP. Também em Elvas, se concentraram alguns milhares de trabalhadores.

Nos três distritos alentejanos, além de 15 concentrações e manifestações, (5 em Beja, 6 em Évora, 4 em Portalegre) às quais chegaram mais de 300 moções de apoio (de outros sectores de actividade do Alentejo, de empresas da Construção Industrial de Lisboa e da Margem Sul, de Setúbal, Santarém, S. João da Madeira, Porto e Coimbra e outras zonas), trabalhadores de diversas actividades demonstraram a sua solidariedade através de paralizações simbólicas, nomeadamente no sector metalúrgico, nas Caixas de Previdência, na Construção Civil (que paralisou toda a tarde nas principais obras), na Rodoviária de Évora, e em pequenas oficinas, sobretudo da metalomecânica. Entre as inúmeras moções de apoio desta zona, destacam-se as tomadas de posição, em Évora, da Construção Civil, dos Metalúrgicos, dos Seguros, Bancários, Professores e Padeiros.

Em Moura é de destacar a atitude de solidariedade dos comerciantes, exemplo para os que, no mesmo ramo de actividade, em diversas regiões do país fariam, em compreenderem que a luta é a mesma por uma vida melhor. As manifestações que, na sequência das concentrações, desfilaram pelas ruas, encontraram nos homens e mulheres que estacionavam nos passeios, na gente que assomava às janelas um mesmo eco de solidariedade e fraternidade, o mesmo grito de protesto: "A luta continua, Vaz e Amaral para a rua!", "Abaixo a reacção!" e "Unidos Venceremos!".

Operários de Setúbal com a Reforma Agrária

No distrito de Setúbal, a União dos Sindicatos calcula a adesão às paralizações de apoio à Reforma Agrária em 70%, tendo em consideração os diversos sectores de actividade: em Sines, no sector Metalúrgico e na Construção Civil, a paralisação seria de 95%, tendo sido aprovadas inúmeras moções de repúdio à política do MAP; cerca de metade do comércio local fecharia portas solidarizando-se com a luta dos trabalhadores da Reforma Agrária. Em Santiago do Cacém, os trabalhos pararam completamente nas unidades e cooperativas e em muitas courelas de pequenos e médios agricultores, cuja adesão foi das mais intensas verificadas até ao momento na região. O Cinema de Alvalade - Sado foi pequeno para conter as mais de 8 centenas de pessoas ali presentes protestando contra as reservas ilegais à violência do MAP.

É difícil contabilizar as moções de apoio chegadas à União dos Sindicatos de Setúbal, onde todos os trabalhadores paralisaram nas empresas Setenave, Tonus, Varga-Palma, e Urbisado. Os estivadores e descarregadores paralisaram igualmente a cem por cento. Em muitas empresas e fábricas de conservas, a paralisação foi também total.

No Norte a jornada de hoje começou já 3.ª feira...

No Norte, independentemente da grande jornada de solidariedade que hoje se realizará, diversas açóes na passada terça-feira, testemunham já a imensa determinação na defesa da Reforma Agrária. No Porto, na Maia, a Siderurgia Nacional paralisou a 95%; nos Estaleiros de Viana de Castelo, os trabalhadores paralisaram totalmente entre as 15 e as 15,10 horas; na FN, na UTIC e na Auto-Solec no Porto, realizaram-se plenários onde foram aprovadas moções de repúdio ao MAP de Vaz Portugal; em Braga, numa reunião de trabalhadores, com o Salão do Inatel repleto, foi aprovada uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária e foi um apelo à participação na jornada de hoje. Da actividade das Comissões de Moradores, há a destacar a manifestação convocada pela Comissão de Moradores da freguesia de Paranhos e realizada, na terça-feira, junto ao Jardim da Arca d'Água, onde centenas de pessoas protestaram contra o aumento de preços de combustíveis, contra as desintervenções e as reservas brutais e injustamente desencadeadas contra a Reforma Agrária.

Lisboa: a mais forte e ampla solidariedade já verificada

No distrito de Lisboa, embora os Sindicatos não tenham recolhido ainda todos os elementos, pode-se afirmar que o movimento de solidariedade à Reforma Agrária atingiu, na passada terça-feira, uma amplitude que excedeu todas as expectativas. Limitamo-nos a enumerar algumas das muitas empresas nas quais as paralizações simbólicas foram realizadas pela totalidade dos trabalhadores: do sector cerâmico, Sonaca, Soplacas, Pireli, Eurofina; Rodoviária Nacional (excetuando Amexioeira e Alvide onde a paralisação teve sido respectivamente de 91 e 95%); Isidoro Duarte, Gaivotas, Chiado, J. Vieira, Sarró, 2 lojas da Rocha Amado e Latino, Bon (têxtil); Perry Son, Metalúrgica Progresso de Sacavém, Heliaco, Ferran, Fernandes e Santos, Gráficos do Diário Lisboa e Diário Popular (onde todos os trabalhadores subscreveram uma moção de apoio), Litografia Tejo, Oficinas Gráficas Lda, Tipografia Leandro e Tipografia Restauração; Cryslar, Molino de Santa Rita, 3 lojas da Nutrifol, Boda-Ajuda Modelar, Savosul, Agropo, Sypres, Ibergar, DMC, Parçal Monteiro, GC (construção civil), Imãos Baptista, Redes de Pesca, SIAP-oficinas, Ercil, Utic, Estampa, Sandwick, Prouença, Restauração, Enomecânica, Citroen, Amintor, Sumolis, Círcul, Oficel, Teixeira Duarte, Luso Sueca, Vicar, Círcul, Coopcoja, Luis Pedro Mendonça, Portipras, Novobra, Argibay, Coopmar, J. Duarte Filho, Monomar, Irmãos Muechiras, Simões Pereira, Beiersdorf, Torrados, RUF, Repenicado e Bengala, Gulbenkian, Amalsat, Progel, Batista Russo. Em inúmeras empresas, 90 a 95% dos trabalhadores paralisaram totalmente (Transtjejo, Metro, Carris, SIPE, sector metalúrgico, cerâmico etc.). Na CP, realizaram-se plenários com mais de 1 000 trabalhadores, tendo sido enviados diversos telegramas de protesto aos órgãos do poder, no Sector Público, da CML, da EPAL, (onde paralisaram 100 trabalhadores da secção dos Olivais), da EDP, (onde paralisaram os escritórios 62%) foram enviadas diversas moções contra a ofensiva de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral. Igualmente se verificaram paralizações simbólicas na DCTT, LNEC, Faculdade de Ciências, INE, na Secretária Geral do MEC e no INIMG.

É praticamente impossível em poucas linhas fazer o inventário das moções de solidariedade chegadas aos mais diversos locais desde aos sindicatos, aos órgãos de poder e aos órgãos de Comunicação Social, enviadas por Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores assim como das posições de solidariedade assumidas por todos os sindicatos dos vários sectores de actividade. Excepção única no sector sindical: a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório... Nos outros sectores há a destacar o abaixo-assinado dos Professores da Grande Lisboa que se encontra a circular e um manifesto de intelectuais que já conta com prestigiosas e numerosas assinaturas de escritores, artistas plásticos, artistas do mundo do espectáculo, jornalistas e outros.

Iniciativas para hoje

Os trabalhadores dos sectores da metalurgia, metalomecânica e dos fabricantes do material eléctrico concentram-se hoje, pelas 16 horas, em frente da delegação do Ministério do Trabalho do Porto, de acordo com as decisões aprovadas nos respectivos plenários verticais. Enquanto os metalúrgicos estarão em greve, hoje, no segundo período de trabalho, entre as 12 e as 24 horas, os electricistas paralisam 24 horas, entre as zero e a meia-noite.

Além de terem, como palavras de ordem a luta pela conquista de melhores salários, pelos aumentos mínimos e pelos retroactivos, pela conquista de melhores regalias sociais e pela defesa das regalias já alcançadas, os trabalhadores dos dois sectores deram à sua jornada um sentido mais vasto, nomeadamente em torno da luta pela saída e cumprimento dos CCT, contra o aumento do custo de vida, contra a repressão e os despedimentos, contra a devolução das empresas ao patronato sabotador, contra a violência selvagem sobre os trabalhadores da Reforma Agrária.

O apelo aprovado na reunião dos dois plenários, visando a tomada de posição dos sindicatos, da União dos Sindicatos do Porto, das organizações populares e de trabalhadores do distrito para tomarem posição também no dia de hoje, está a recolher um significativo acolhimento, sendo conhecidas já, entre outras, as do plenário de 42 sindicatos do distrito, da USP e de inúmeras organizações.

Além da realização de plenários, concentrações, paralizações simbólicas e outras formas de luta em grande número de empresas do Norte, são já conhecidos alguns dos locais onde se realizam concentrações: em Santo Tirso, pelas 18 horas de hoje, em frente à Câmara Municipal; no Lugar da Igreja, Campo, Valongo, hoje, pelas 18 horas, em Freixo, pelas 21 horas, junto da Assembleia; em Canidelo, hoje, pelas 18 horas, em frente à Junta de Freguesia. Amanhã, em S. Pedro da Cova, no Largo da Covilhã, pelas 21,30 horas.

Por seu turno, intelectuais e democratas de várias tendências promovem um acto de solidariedade com a Reforma Agrária, hoje, pelas 18,30 horas, na "baixa" portuense.

Solidariedade

É significativa e expressiva da consciência dos trabalhadores da região a posição unanimemente assumida pelos metalúrgicos e electricistas, reunidos em plenário no Porto. Nesta tomada de posição propuseram para a jornada de solidariedade de hoje, a luta contra o boicote patronal às negociações dos CCTV dos metalúrgicos e dos fabricantes de material eléctrico e uma activa demonstração de solidariedade aos seus companheiros da zona da Reforma Agrária, aos trabalhadores das empresas agora desintervencionadas e o firme protesto contra a política de direita e antipovo do Governo. Por seu turno, juntando a sua voz à de muitas centenas de organizações unitárias, 42

Évora, Montemor-o-Novo: Na UCP «Resistência Popular» o povo foi defender a terra

A beira estrada, grupos de homens e mulheres esperam os tractores com reboques que os hão-de conduzir ao monte da UCP «Resistência Popular», aldeia de S. Cristóvão, Montemor-o-Novo, ali no distrito de Évora. Os seus rostos estão tensos, agrestes como esta manhã de outono de sexta-feira, dia 19. O Sol mal acabou de nascer - só bem mais tarde afugentará o frio agora intenso. Por volta das 9 horas, a GNR é esperada na Unidade para proceder a mais uma entrega ilegal de uma reserva. Por isso, nas faces dos trabalhadores por que passamos nestes caminhos que levam a S. Cristóvão, a expectativa é matéria, dura, os olhos, os corpos, sentinelas vigilantes.

A dada altura, na bifurcação dos caminhos, já não sabemos para onde voltar e abordamos uma trabalhadora:

- Por favor, qual é o caminho para a «Resistência Popular»?

Ela made-nos com o olhar desconfiado, responde cortante:

- Não faço ideia! Mas, de repente, o olhar suaviza-se-lhe, sorri levemente e acrescenta:

- Vão sempre a direito, depois cortem à esquerda.

Mais tarde encontrar-nos-á na Unidade e dirá:

- Amigos, eu só vos disse o caminho porque depois reparei que tinham nas mãos o comunicado do Secretariado das UCPs. Senão não dizia.

A gente tem de ter cautela, quem vê caras, não vê corações.

«Num pronto, nos pomos cá!»

Mal passa das seis horas. No monte já alguns trabalha-

a Herdade de Misericórdia, de 463 hectares, terra roubada a 130 trabalhadores que trabalham na Unidade, dos quais 10 na herdade onde outrora se empregavam 3 a 4 homens por ano. Tanta terra para um homem que deixa por cultivar parte dos 260 hectares que a Unidade já lhe cedeu, de comum acordo, quando da ocupação da herdade, tanta terra tirada à força a mais de uma centena de trabalhadores para um homem que possui outros prédios rústicos: a Courela do Monte da Rosa, com 23 hectares, e a Herdade do Chaparral com 46 hectares.

- Apesar de tudo isto, apesar do homem já possuir

260 hectares das melhores terras da herdade, terra que lhe demos e que deixa parte por trabalhar, nós até aceitaríamos dar esta reserva - diz um trabalhador da Comissão Directiva da «Resistência Popular» - mas com as seguintes condições:

- Que o MAP retirasse da herdade dos Nabinhos, que se encontra integrada na Unidade, um grupo de retornados que lá se encontra indevidamente e para os quais está já destinada uma propriedade do Alandroal; que o MAP liquidasse os investimentos na ordem dos 116 contos que os trabalhadores



Mas depois, até às 9 horas, não deixavam de confluir para o monte, onde seria o encontro na alegria de estarem unidos e serem muitos na defesa da terra

Por volta das seis horas da manhã, eram ainda poucos os trabalhadores, grande o silêncio

fizeram na herdade na construção de uma vedação, de um tanque para água, na reparação das instalações e na limpeza da horta; que a Herdade Porto de Estaca de Cima, ou o que dela resta depois de entregue a reserva ao agrário, fosse expropriada e entregue à Unidade.

Sem estas condições não é possível manter o equilíbrio da Unidade e manter os postos de trabalho. E tanto assim é que esta proposta dos trabalhadores foi aceite pelo MAP/CRRA, tendo-se elaborado uma acta, devidamente assinada, do acordo no passado dia 26 de Julho no CRRA de Évora. Ora é assim que o Governo cumpre os seus compromissos?

Tanto que aqui trabalhamos - volta outro trabalhador. Ocupámos a terra nua, não ocupámos gados nem alfalhas. E só com o nosso esforço e sacrifício aqui temos hoje três tractores, uma ceifeira-debulhadora, uma camioneta, motores de rega, diversas alfalhas, 176 porcos, mais de 640 ovelhas e oitenta e tal vacas. Aqui na

aldeia de S. Cristóvão, a maior parte das pessoas sobriariam, não trabalhariam se não fosse a cooperativa. Até para os velhos trabalhadores que já não podem ganhar temos aqui uma horta com a qual já vivem sem fome. Por isso a aldeia está conosco na defesa da Unidade Colectiva, na defesa da Reforma Agrária.

A volta dos trabalhadores que falamos, a multidão de homens e mulheres soma já centenas e centenas, envolvendo o monte em movimento e som. Som de vozes de combate pela terra, de esperança na vitória.

A GNR não virá, afinal. E das bocas dos homens e mulheres solta-se um certo desabafo:

- Parece bem que não é hoje. Mas a gente vai aguentar aqui, não estejam eles à espera que abalemos para depois tomar o monte! E se contarmos vir de surpresa, enganamos-nos que a gente num pronto se põe cá, tanto povo ou mais ainda que hoje, defendendo a terra que é nossa, que nos dá trabalho e pão!

«Nem a gente quer pensar tornar à mesma vida!»

Não é um só homem, uma só mulher, uma só vontade. São centenas, milhares de homens e mulheres na defesa da terra, na defesa da Reforma Agrária. Na passada sexta-feira, pelo distrito de Évora, as reservas marcadas para seis Unidades Colectivas e Cooperativas fizeram movimentar mais de 10 000 trabalhadores. As reservas não chegariam a ser feitas, a GNR não compareceu, o MAP adiu a ofensiva. Mas quando, quase de madrugada, os trabalhadores saíram de suas casas para a manhã quase gélida, não o sabiam. Iam de mãos nuas, dispostos a enfrentar a violência, a repressão. Iam e irão sempre que for caso disso.

E PORQUÊ? Porquê esta vontade colectiva mais poderosa do que o medo das armas e dos cães, porquê esta vontade tão concreta que mobiliza milhares de mulheres, milhares de homens?

Na UCP «Resistência Popular», de S. Cristóvão, disseram-nos as mulheres que aqui trabalham:

- Porque não quero voltar à mesma vida. A minha vida foi não ter comer, trabalhar

embriuhadinha num saco com umas antiparras de saco, dias inteiros molhadinha. Fui ajuda de gado aos 10 anos, em companhia de meu pai, a guardar porcos, que a gente começava a andar por cima do gelo às seis da manhã, todo o dia, parte das vezes a chover-nos em cima. Eramos oito irmãos. Comíamos daquilo que havia, se não havia não se comia. Pão e couves ou couves com arroz em caldo,

conduo não se comia. E antes de comer, para a gente comer menos, mastigávamos «boletas» cozidas. E mesmo assim, eles não as deixavam apanhar para comer. E ainda se fossemos apanhados iam para o posto.

- Eu, uma vez, fui apanhar «boleta» para a gente comer com pão e depois um guarda apanhou-me e obrigou-me a deitar tudo fora. E se fosse a GNR a apanhar-nos, iam para o posto, éramos maltratados e tínhamos de pagar multas. Pequeninha com sete e oito anos, a minha mãe, que Deus tem, mandava-me à Caserinha buscar comércio para a gente comer, fiado: umas vezes trazia, outras não, que eles já não nos fiavam porque sabiam que a gente não tinha dinheiro para pagar.

- E o meu pai chegou a juntar dois filhos de colo nos braços, de colo mesmo, fora os outros pequenos, e o meu pai sentado de um lado da

chaminé, a minha mãe do outro, chorando por não terem um bocadinho de pão para dar aos filhos e depois iam pedir a esse gente rica que ali estava e que lhes negava.

- Nem a gente quer pensar que a gente torne à mesma e que os nossos filhos lá cheguem. Comecei a trabalhar tinha dez anos, fui para o serviço do arroz, trabalhando de sol a sol, no mês de Janeiro com a água até à cintura - eu sou pequena, não dá trabalho nenhum chegar a água até à cintura - o gelo partia-se. Por isso estamos aqui a sofrer de reumatismos e outros sofimentos.

O que não queremos perder!

- Desde que apareceram as cooperativas, foi um bem que chegou: ter trabalho todos os dias para matar o corpo. Era isso que a gente não tinha, chegávamos a estar três

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

- Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

«O ESTADO E A REVOLUÇÃO» - I

O Verão de 1917 foi um momento de viragem na Revolução Russa. Como escreveu Lênine, se até Julho «o desenvolvimento pacífico da revolução russa era ainda possível», a partir de então punha-se a questão em novos termos: «ou a vitória completa da contra-revolução, ou uma nova revolução» (OC, vol. 25, pp. 231 e 236, ed. francesa).

De facto, terminara a dualidade de poderes, situação original criada pela Revolução de Fevereiro, em que ao lado do Governo Provisório burguês se formara um outro governo, que se apoiava directamente na maioria do povo: o Governo dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados. Mencheviques e socialistas-revolucionários, impedindo que todo o Poder fosse entregue aos soviets e entrando para um «governo de coligação», entregam na prática todo o Poder à burguesia. A contra-revolução passa à ofensiva. O Governo Provisório, que concentrara tropas reaccionárias na capital, manda atirar sobre os participantes numa manifestação pacífica; são atacadas e saqueadas as sedes do Comité Central e do Comité de Petrogrado do Partido Bolchevique, assim como a redacção do «Pravda»; perseguido, Lênine é forçado a passar à clandestinidade.

Habita primeiro na casa de um operário revolucionário, em Rázhiv, 30 quilómetros a noroeste de Petrogrado. A casa encontra-se à beira de um lago. Por razões de segurança, o Partido decide que Lênine passe para a outra margem desse lago. Sem barba, vestido como um operário, ali passa o mês de Agosto de 1917. Dorme numa cabana de colmo e trabalha febrilmente no seu «escritório verde», constituído por dois troncos: um, mais alto, que lhe serve de secretária, outro, mais baixo, de cadeira.

Nas vésperas da «nova revolução», que problema considerava Lênine necessário abordar? Era a questão do Estado. Al escreveu Lênine «O Estado e a Revolução», obra fundamental que acabou de ser publicada pelas «Edições Avante!» e que deve ser lida por todos os trabalhadores conscientes.

1. A teoria marxista da luta de classes fornece-nos a chave para a compreensão do problema do Estado, explica cientificamente a sua origem e natureza, os seus diversos tipos e formas.

O marxismo descobriu e demonstrou que o Estado é um poder que nasce na sociedade numa determinada fase do seu desenvolvimento, como resultado da sua divisão em classes, como necessidade de recorrer à coacção por uma minoria exploradora para manter a exploração da maioria.

«O Estado — escreve Lênine — é o produto e a manifestação do carácter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objectivamente não podem ser conciliadas» («O Estado e a Revolução», «ed. Avante!», p. 15).

Lênine declara que «sob a pressão de factos históricos incontáveis» muitos ideólogos burgueses foram obrigados «a reconhecer que o Estado existe apenas onde existem contradições de classe e luta de classes». Todavia, acrescenta, «corrigem» Marx de tal maneira que o Estado aparece como um órgão de conciliação de classes» (Ibidem).

2. Marx descobriu que a luta de classes que se trava na sociedade capitalista conduz necessariamente à revolução, à conquista do poder político pelo proletariado, a um novo tipo de Estado definido no Manifesto Comunista como o «proletariado organizado em classe dominante».

Defendendo e desenvolvendo as ideias de Marx, Lênine insistiu em que «o proletariado — devido ao seu papel económico na grande sociedade — é capaz de ser o guia de todas as massas trabalhadoras e exploradas que a burguesia explora, oprime e esmaga muitas vezes não menos mas mais fortemente que os proletários, mas que são incapazes de uma luta independente pela sua emancipação» (Ibidem, p. 34). Daí que o derrubamento da burguesia só possa ser realizado «pela transformação do proletariado em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar para um novo regime económico todas as massas trabalhadoras e exploradas» (Ibidem).

3. Defendendo e desenvolvendo a doutrina marxista sobre a necessidade de destruir o Estado burguês, Lênine desmascara a teoria anarquista sobre a supressão do Estado em geral, logo após o derrubamento do Poder dos exploradores. E desmascara também as concepções oportunistas acerca da possibilidade de realizar a revolução socialista se o proletariado e as classes oprimidas se limitassem a tomar conta do aparelho de Estado, cuidando poder utilizá-lo contra a burguesia. Levanta-se contra «esses pretensos socialistas que substituíam a luta de classes pelos sonhos de entendimento das classes, concebiam

a própria transformação socialista de um modo sonhador, não sob a forma do derrubamento do domínio da classe exploradora, mas sob a forma da submissão pacífica da minoria à maioria que ganhou consciência das suas tarefas». Declara que «esta utopia pequeno-burguesa, indissolvemente ligada ao reconhecimento de um Estado colocado acima das classes, conduzia na prática à traição dos interesses das classes trabalhadoras» (Ibidem, p. 36).

Em 1852, Marx constatava que até então as revoluções não tinham feito mais do que aperfeiçoar a máquina do Estado em vez de a quebrarem, pois «os partidos que alteram na luta pelo Poder viam na posse deste imenso edifício do Estado o destino principal do vencedor» (citado por Lênine, «O Estado e a Revolução», p. 36).

A experiência da Comuna de Paris comprovou que «a classe operária não pode limitar-se a tomar conta da máquina do Estado que encontra montada e a pô-la em funcionamento para atingir os seus objectivos próprios» (citado por Lênine, p. 46). «A ideia de Marx — escreve Lênine — consiste em que a classe operária deve quebrar, demolir a «máquina do Estado que encontra montada» e não simplesmente limitá-la à sua conquista» (Ibidem, pp. 46/47).

Mas pelo quê substituir a máquina do Estado quebrada?

«A esta pergunta Marx dava em 1847, no Manifesto Comunista, uma resposta ainda completamente

pressupõe o desenvolvimento de acções democráticas.

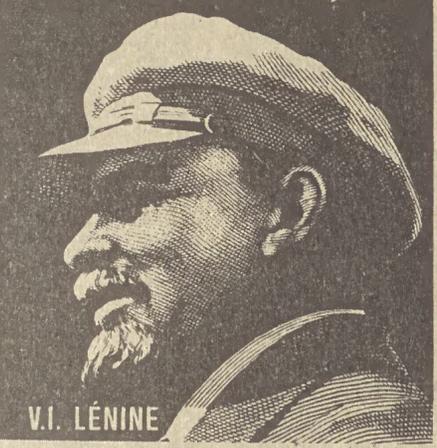
Como escreve Lênine «as classes exploradoras precisam do domínio político no interesse da manutenção da exploração, isto é, no interesse egoísta de uma minoria insignificante contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam do domínio político no interesse da completa supressão de toda a exploração, isto é, no interesse da imensa maioria do povo contra a minoria insignificante dos escravistas contemporâneos, isto é, os latifundiários e os capitalistas» (Ibidem, p. 33).

Enquanto a mais democrática das democracias burguesas é sempre uma ditadura sobre a maioria, sobre o povo trabalhador, o Estado socialista representa para esta maioria a mais ampla democracia.

4. Os ideólogos burgueses, incluindo os liberais e socialistas, procuram demonstrar que os comunistas, defendendo a ditadura do proletariado, se opõem à democracia, e que os burgueses liberais e socialistas é em nome da democracia que se opõem à ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado, como «ditadura», seria um regime de opressão, enquanto a democracia burguesa, como «democracia», seria um regime de liberdade.

Também para muitas pessoas simples do nosso Povo, a palavra ditadura, ao fim de meio século de fascismo, aparece associada à opressão, à repressão, ao terror. Não é esse o sentido da palavra na linguagem marxista.

O ESTADO E A REVOLUÇÃO



abstracta, ou melhor, uma resposta que indicava as tarefas mas não os meios para as resolver» (Ibidem, p. 49). A Comuna de Paris veio dar a resposta concreta, com «a substituição gigantesca de umas instituições por instituições de tipo fundamentalmente novo» (p. 51).

Baseado nos ensinamentos de Marx, Lênine insiste em que «o proletariado necessita do Poder de Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores como para dirigir a imensa massa da população, o campesinato, a pequena-burguesia, os semi-proletários, na obra de organização da economia socialista» (p. 34). O proletariado necessita de «um Estado democrático de uma maneira nova (para os proletários e para os não possidentes em geral) e ditatorial de uma maneira nova (contra a burguesia)» (p. 43).

Lênine, na sequência de Marx, demonstra a necessidade objectiva de criar aquilo que designa pelo Estado da ditadura do proletariado. Ora não é possível realizar as tarefas criadoras da sua edificação sem os esforços abnegados e organizados de todos os trabalhadores. O que

Temas vários

Hungria: há sessenta anos a revolução democrática burguesa

O mês de Outubro de 1918 ficou marcado, na Hungria, por uma revolução democrática burguesa, de grande significado histórico para aquele país. Os soldados húngaros, que até aí tinham combatido no exército da monarquia austro-húngara, arrancaram com grande alegria o botão vermelho que no seu boné simbolizava a monarquia e colocaram em seu lugar uma flor — uma verdadeira flor de margarida que acabava de florir. Este gesto acabou por dar à revolução burguesa de 1918 o nome de revolução das margaridas, nome que lhe ficou. Os acontecimentos do Outono de 1918 constituíram sinais anunciadores da formação da República húngara dos Conselhos de 1919.

O início

No final da Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento dos movimentos revolucionários europeus fez encontrar a Hungria numa situação particular, na dependência semicolonial em relação à Áustria. Essa dependência e o facto de a evolução da burguesia capitalista se ter iniciado mais tarde, e ainda o facto de se manter um Estado feudal que entrava nessa evolução, trouxeram ao País a acumulação de complexos problemas sociais que se tornava necessário resolver.

A classe operária existente, entretanto, pelo facto de a indústria ser incipiente, era, não só pouco numerosa, como também se não encontrava na posse das armas ideológicas e de um partido revolucionário. O Partido Social-Democrata da Hungria caracterizava-se pelo reformismo e pelo oportunismo próprios aos partidos da II Internacional.

A camada mais progressista da sociedade húngara era formada pela ala esquerda desse partido e pelos grupos antimilitaristas, representados especialmente por estudantes, a que se juntavam os revolucionários, ex-presos da guerra da Rússia, que voltavam à pátria. Além da classe operária da grande indústria, a base de massas dos movimentos revolucionários era formada pelo campesinato pobre, temperado nas lutas camponesas do fim do século.

A ausência de um partido comunista, porém, condicionava seriamente a situação que se vivia na época. Assim como a condicionou o aparecimento da maior figura da revolução burguesa de 1918, o conde Mihály Károlyi, político de vasta erudição e um dos mais ricos proprietários de terras do País, que, tendo ultrapassado os limites da sua classe, tomou lugar entre as grandes figuras da história da Hungria.

O início

O ano de 1918 iniciou-se, para a monarquia austro-húngara, com rebeliões militares internas, e terminou pela revolução democrática burguesa que triunfou sem derramamento de sangue, com o afastamento da monarquia e a vitória da República.

Mas a desagregação do exército húngaro não se alimentava unicamente pelo desejo de paz. Para esmagar o movimento operário do País, os operários de esquerda, os representantes dos operários, eram incorporados nas fileiras, as tropas enchiam-se com os ex-prisioneiros vindos da Rússia. Assim o exército se tornava num dos terrenos do movimento operário.

O desenvolvimento do movimento operário, testemunhado pelas muitas lutas travadas durante todo o ano, arrastou atrás de si a burguesia liberal e radical e importantes grupos de intelectuais, reunidos politicamente em dois partidos — o da Independência e o Radical.

Estes partidos e ainda o Partido Social-Democrata encontraram-se no plano da oposição e, em 25 de Outubro de 1918, no momento em que, por razões externas e internas, o desabar da monarquia era iminente, fundaram o Conselho Nacional Húngaro. Sobre esta base se constituiu o Conselho Militar, na direcção do qual os social-democratas de esquerda se mostraram os mais activos. O Conselho Nacional sentia-se apoiado pelas massas populares. A reivindicação política dos movimentos de massas tomou-se, logo, a criação, pelo Conselho Nacional, de um novo governo dirigido por Mihály Károlyi.

Foi sob o signo desta reivindicação que, em 28 de Outubro, as massas populares, reunidas no centro da cidade de Pest, se

dirigiram para o castelo de Buda, no outro lado do rio, residência do arquiducado Joseph, o «homem do rei». O seu caminho atravessava a ponte de «Chafnes», passando o Danúbio, onde foram travados por um cordão de soldados. Estes, que não queriam um confronto com as massas, recuaram sem disparar. Os gendarmes, por seu lado, os mais fiéis apoios do regime, abriram fogo e lançaram os seus cavalos contra os populares.



Mihály Károlyi (1875-1955): um grande latifundiário que se tornou uma das grandes figuras da história do seu país

O tiroteio que se seguiu fez três mortos e cerca de cinquenta feridos.

No dia seguinte, novos grupos, organizações e instituições se ligaram ao Conselho Nacional, entre os quais a própria polícia da capital. A classe operária começou a armar-se. Os dirigentes da esquerda do Conselho Militar organizaram o plano insurreccional, apelando a outros revolucionários. Em 30 de Outubro já corpos de exército inteiros prestavam juramento ao Conselho Nacional.

O povo na rua

Os destacamentos armados ocuparam a gare do Leste e libertaram os presos políticos. No

dia seguinte ocuparam o comando da guarnição da cidade, as centrais telefónicas e outros pontos estrategicamente importantes da cidade.

Em 31 de Outubro, de madrugada, a classe operária armada veio para as ruas de Budapeste. E, enquanto que as massas — operários, pequenos-burgueses, soldados, camponeses dos arredores — exigiam a proclamação da República, o arquiducado Joseph, em nome do rei, nomeava Mihály Károlyi presidente do Conselho. O Governo do Conselho Nacional prestou juramento perante o rei e, com a proclamação das liberdades democráticas burguesas, da integridade territorial do país e de uma política social progressista, considerou terminada a revolução.

Mas o povo não o entendia assim. O povo exigia como primeira medida da revolução a proclamação da República.

O Governo não tardou a demitir-se e anunciou que a assembleia legislativa decidiria da forma de Estado a constituir. Assitiu-se na Hungria a uma pluralidade de poderes, particular. O novo Governo representava as diferentes camadas da burguesia; a administração e a direcção da vida económica encontravam-se — mesmo que pouco firmemente — nas mãos da burguesia que, por seu lado, não se encontrava unida. Ao mesmo tempo as massas populares dispunham de certas avançadas de poder nos conselhos operários, nos conselhos militares e em algumas unidades do exército. Este «poder paralelo» e a acção das massas impediram a contemporização na questão da forma de Estado. Em 13 de Novembro, o Governo pediu ao Rei Carlos IV para abdicar. No dia 16, o Conselho Nacional proclamou a fundação da República Popular Húngara independente. Esta denominação escondia de facto a república democrática burguesa.

Uma etapa importante

O regime democrático burguês alargou as possibilidades de organização dos explorados, se bem que não pusesse termo à própria exploração do homem pelo homem. Era um terreno propício à continuação da luta revolucionária. Melhorou as condições de vida dos traba-

lhadores e pôs fim à sua espoliação dos direitos burgueses. Suprimiu a censura na imprensa e aboliu a autorização prévia para a distribuição de jornais. Curiosamente isto servia em primeiro lugar a reacção que se organizava. O Governo impediu, por meios administrativos e económicos, a actividade de organização, de propaganda e de agitação das forças em luta para o prosseguimento da revolução, já que esse domínio ficou entre as mãos da burguesia.

O direito de voto em escrutínio geral e secreto foi inserido na lei, assim como as liberdades democráticas. A vitória da revolução significava o fim da guerra para o povo húngaro e a independência do país, o que criou mais amplas possibilidades para o desenvolvimento económico e social. A revolução pôs fim ao regime feudal e à brutal repressão do povo; as massas populares tinham adquirido direitos políticos de tal envergadura que podiam ter permitido à Hungria a tomar-se num dos Estados mais democráticos da Europa.

Foram feitas declarações sobre a necessidade da reforma agrária e do sistema de grandes propriedades feudais subsistir. A despeito de numerosos resultados e das suas lacunas, podemos afirmar que a revolução democrática burguesa foi uma etapa importante na história húngara. Mas foi uma etapa onde se não podia parar e onde as forças mais progressistas também não quiseram parar.

O que deu o carácter democrático a esta revolução, foi o facto de a sua força dirigente não ter sido a burguesia mas a classe operária, e de a sua base de massas ser representada pelo exército, os intelectuais, os pequenos-burgueses e as massas populares. Esta primeira vez na História, a classe operária húngara dava o seu contributo decisivo para os destinos do país, embora não possuísse ainda na época o seu próprio destacamento de vanguarda, o seu partido armado da ideologia marxista-leninista. Isto não esperou muito tempo: em 24 de Novembro de 1918 constituía-se o Partido dos Comunistas da Hungria e, simultaneamente, tornava-se realidade a tarefa que consistia em transformar a revolução democrática burguesa em revolução socialista.

Apelos do Comité Central do PCUS nas vésperas do aniversário da Revolução

Nas vésperas do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética lançou através da Rádio e da Imprensa um série de apelos alusivos à importante data.

Os apelos recordam que o ano de 1978 é o primeiro ano da vigência da nova Constituição soviética, documento que atesta não apenas o desenvolvimento dinâmico da economia socialista e o aumento do bem-estar do povo, como ainda o aperfeiçoamento da democracia socialista.

A democracia socialista é uma democracia activa. O empenhamento de milhões de trabalhadores na gestão da produção e nos assuntos do Estado influencia, de um modo decisivo, o rápido aumento do potencial económico do país, a melhoria das condições de vida, trabalho e descanso dos cidadãos. O Comité Central apela aos trabalhadores para que concretizem assiduamente as decisões do 25.º Congresso do PCUS (Fevereiro de 1976), realizem o plano do décimo quinquénio (1976-1980), aumentem a eficácia da produção e a qualidade do trabalho, realizando, deste modo, as possibilidades do socialismo evoluído.

Nos apelos dirigidos aos trabalhadores do país e de todo o mundo, o PCUS reafirma que a União Soviética liga o seu futuro à política da paz; convida os povos do mundo ao reforço da luta pela eliminação do perigo duma nova guerra, pelo aprofundamento do desanuviamento internacional e a desmascarar «os desígnios da reacção e agressão, do militarismo e revanchismo, inimigos da paz e segurança».

A guerra deve ser totalmente afastada da vida da Humanidade, o não emprego da força deve ser lei nas relações internacionais, e a arma nuclear deve ser

proibida para sempre. Os planos do fabrico da bomba de neutrões, a elaboração e a produção de quaisquer novos tipos e sistemas de armas de extermínio devem ser anulados pelos esforços conjuntos de todos os povos.

Os soviéticos acompanham com admiração a luta heróica do povo vietnamita que defende firmemente a sua

soberania nacional, integridade territorial, liberdade e independência. A URSS saúda os êxitos obtidos pela República Popular Democrática de Laos na construção socialista.

A solidariedade com os patriotas do Chile, Zimbábue, Namíbia, África do Sul traduz de um modo concluyente a fidelidade do povo soviético aos ideais da revolução. Tudo isto encontrou expressão nos apelos do CC do PCUS.

O apelo para que «se reforce a poderosa e irresistível aliança do socialismo mundial,

proletariado internacional e movimento de libertação nacional, as três principais forças revolucionárias da actualidade» e dedicado às três poderosas forças que desempenham um papel de destaque na libertação dos povos da África, Ásia e América Latina, que lutam contra o imperialismo, racismo e neocolonialismo, exortando ao reforço da unidade e à coesão dos comunistas de todo o mundo na base irreversível do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, o PCUS proclama:

«viva o internacionalismo proletário, arma poderosa e provada da classe operária internacional!».

Os apelos do PCUS testemunham que o partido, tendo uma rica experiência da construção socialista, encara com confiança o futuro não apenas do seu país, mas de todo o sistema socialista mundial, que é a nova civilização considerada pelos povos do mundo como força decisiva da luta anti-imperialista, baluarte da paz, democracia e progresso.

As comemorações em Portugal

No âmbito dos acordos de cooperação entre a Associação Portugal-URSS e a sua congénere soviética, que prevêem a comemoração das grandes datas dos dois países, o 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro será assinalado entre nós por um variado conjunto de iniciativas de carácter cultural, artístico e desportivo, integradas na jornada «Dias da URSS em Portugal», este ano dedicadas em particular à República Socialista Soviética da Arménia.

Além da visita ao nosso país de destacadas personalidades dos meios culturais, artísticos, desportivos, religiosos, científicos e intelectuais daquela República Soviética, e de vários colóquios e encontros, o programa das comemorações inclui, nomeadamente, um certame de arte popular patente até ao próximo dia 31 no Palácio Foz, em Lisboa; uma grande exposição de pintura contemporânea da Arménia, com mais de uma centena de quadros, que pode ser visitada na Fundação Gulbenkian até ao princípio do próximo mês; e um ciclo de cinema a realizar entre 30 deste mês e 4 de Novembro na sala do Palácio Foz, com filmes que abarcam todo o período histórico da existência da União Soviética.

Um dos pontos altos do programa é, sem dúvida, a digressão pelo país do quarteto de música de câmara «Komitas», que é acompanhado pelo famoso pianista arménio Iuri Arapetian.

O quarteto, que foi criado há 54 anos, sendo constituído actual-

mente pelos violinistas Edward Tatevonian, Akop Rekinian e Eakov Papián, e pelo violoncellista Felix Simonian, dará concertos em Lisboa, Porto e Coimbra, estando ainda prevista a sua deslocação a Évora, Funchal, Viana do Castelo, Braga, Guarda e Castelo Branco. O quarteto e o pianista chegam hoje a Lisboa.

Fará também uma digressão pelo nosso país o Conjunto de Dança Popular do Palácio da Cultura do Clube dos Ferrovias de Erevan (capital da Arménia). O grupo, que também chega hoje a Lisboa, estará em várias localidades, designadamente Évora, Beja, Lagos, Moita, Ilha Terceira, Lisboa, Porto, Viana do Castelo e Coimbra. O agrupamento, que surgiu em 1966, foi laureado numa das

edições do Festival de Arte Amadora dos Trabalhadores de Toda a URSS, tendo já participado em mais de 400 espectáculos. Actualmente é constituído por 70 dançarinos e dirigido pelo conhecido artista Vardgues Rachidin.

Ainda no âmbito das comemorações do 7 de Novembro, a Associação Portugal-URSS promove duas excursões àquele país (os interessados devem contactar o Departamento de Turismo da Associação), estando prevista a publicação de um número da revista «Paz e Amizade» totalmente dedicado à República da Arménia. Por outro lado, encontra-se em Portugal uma delegação de judocas soviéticos que, em princípio, no próximo domingo, participará num torneio

com judocas das associações regionais do Porto, Coimbra, Santarém e Lisboa. O torneio realizar-se-á no ginásio do ISEF, na Cruz Quebrada.

Festa na Voz do Operário

Entretanto, no próximo dia 24 de Novembro decorrerá na Voz do Operário, em Lisboa, uma grande festa comemorativa do 7 de Novembro, integrada no programa organizado pela Associação Portugal-URSS. A jornada iniciará-se às 21 e 30, consoante de uma primeira parte com intervenções de personalidades soviéticas e portuguesas e de uma segunda parte com as acções do Conjunto de Dança Popular dos Ferrovias de Erevan e de vários artistas portugueses.



O Conjunto de Dança Popular do Palácio da Cultura do Clube dos Ferrovias de Erevan (capital da Arménia) é constituído por 70 elementos. Na foto algumas das dançarinas do grupo.

A venda Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- A actual situação política. Os partidos. O papel dos comunistas.
- O recenseamento — tarefa do momento na luta pela defesa da democracia.
- Reforçar o acompanhamento dos problemas de organização.
- Sobre a importância do trabalho entre os quadros técnicos.
- O recrutamento orientado e o reforço da qualidade das organizações.
- As eleições para a Câmara de Miraflores.
- Melhorar o trabalho nas células de empresa.
- Sobre o sectarismo.
- Melhoremos o trabalho do Partido na frente sindical.

Semana

18

Quarta-feira

1931 — Morre o cientista norte-americano Thomas Edison, inventor de numerosos aparelhos eléctricos, como a lâmpada incandescente e o fonógrafo.

A Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua (FSLN) difundiu um comunicado onde se afirma que a economia do país está na falência. O Congresso dos EUA de tomar «graves decisões» que ameacem as conversações sobre comércio e tarifas com os Estados Unidos. O primeiro-ministro recista da Rodésia, Ian Smith, regressa a Washington a fim de preparar conversações entre o seu governo e altos funcionários norte-americanos e britânicos. O presidente Carter, dos EUA, convida o primeiro-ministro do regime racista da África do Sul, Pieter Botha, a visitar os EUA para participar numa conferência sobre a Namíbia. Tropas dos EUA tomam formalmente o controlo da primeira base militar norte-americana construída no norte da RFA (em Carlsstadt) desde o fim da II Guerra Mundial. Os EUA informam que estão a converter algumas das suas armas nucleares na Europa para que possam ser equipadas com ogivas de neutrões. Ola Ullsten, o recém-eleito primeiro-ministro da Suécia, apresenta o seu governo, exclusivamente composto por membros do Partido Liberal (minoritário) e dois «independentes». O general Nematollah Nassiri, antigo chefe da polícia secreta do Xá do Irão, a SAVAK, e ultimamente embaixador no Paquistão, é trazido para Teerão para responder em tribunal a acusações relacionadas com as suas actividades naquela polícia política. Termina o mundial de xadrez com a vitória do campeão mundial, o soviético Anatoly Karpov, sobre o pretendente ao título, o apátrida de origem soviética, Viktor Korchnoi.

19

Quinta-feira

1933 — A Alemanha nazi abandona a Sociedade das Nações.

É divulgado na imprensa que as duas Câmaras do Congresso dos EUA transformaram uma emenda em lei, no passado fim-de-semana, onde se proíbe agora, na prática, que a ONU utilize fundos entregues pelos Estados Unidos em financiamento de organizações como a UNICEF, a FAC e a UNESCO. O antigo chefe da polícia secreta da ditadura chilena e cunhado de Pinochet, general Manuel Contreras Sepúlveda, comparece perante a Corte Suprema de Santiago para responder pelo assassinato à bomba do ex-ministro da Unidade Popular, Orlando Letelier. Paul Van Boyenants, cristão-democrata francófono, aceita o convite do rei Balduino para formar novo governo na Bélgica. A aviação racista da Rodésia bombardeia o quartel-general das forças da ZANU (uma das duas facções da guerrilha que integram a Frente Patriótica) situado na Zâmbia, cometendo um autêntico massacre. Um comunicado conjunto assinado pelos ministros dos NE da África do Sul e de cinco potências ocidentais, declara que os governos ocidentais vão recomendar à ONU que prossiga com o seu plano para a independência da Namíbia. Começa no Palácio dos Congressos de Madrid o Congresso para a constituição do Partido da UCD, nascido da integração de vários pequenos agrupamentos que se coligaram em torno da figura e sob a autoridade do primeiro-ministro Adolfo Suárez.

20

Sexta-feira

1944 — Belgrado é libertada dos invasores nazis pelos destacamentos de guerrilheiros jugoslavos apoiados por tropas soviéticas.

O senador Edward Kennedy incita o presidente Carter a vetar a lei da reforma fiscal aprovada pelo Congresso dos EUA no último fim-de-semana, falando em nome dos «senadores liberais» do Partido Democrático e qualificando a nova lei de reaccionária e prejudicial para a classe operária e a classe média norte-americana, beneficiando apenas os mais ricos. O «Pravda», órgão central do PCUS, critica a decisão do presidente Carter, dos EUA, em autorizar a produção de ogivas modernizadas e granadas que possam transportar bombas de neutrões pois isso é um passo perigoso que pode levar à produção dessa arma, salientando que quaisquer tentativas de exercer pressão sobre a URSS fracassarão e são obra dos que procuram, não a cooperação internacional, mas o aumento das tensões entre os Estados. A República Socialista do Vietnam acusa os dirigentes chineses de infiltrarem milhares de soldados, polícias e milicianos na província vietnamita de Cao Lang, no norte do país, em actos de provocação. A República Democrática da Alemanha reage contra a violação do acordo quadripartido de 1971 pela RFA, na sequência da eleição de Dietrich Stobbe, burgomestre de Berlim Ocidental, para a presidência do Bundesrat da RFA (Conselho dos Estados ou Câmara Alta).

21

Sábado

1833 — Nasce em Estocolmo, na Suécia, Alfred Nobel, inventor da dinamite.

Os representantes dos governos de Israel e Egipto interrompem as suas negociações em Washington para um «tratado de paz» para o Médio Oriente, deslocando-se aos respectivos países para «consultas», mau grado os bons ofícios de Carter. A Albânia ataca uma vez mais os dirigentes chineses pela voz de Hixhi Kapo, membro do departamento político do Partido do Trabalho, qualificando-os como revisionistas, traidores, chauvinistas e inimigos encamigados do marxismo-leninismo, afirmando ainda ser a «teoria dos três mundos», professada por Pequim, a negação da Revolução Socialista e útil apenas ao imperialismo. Morre em Moscovo, com 82 anos de idade, Anastas Mikoyan, antigo colaborador de Lênine e figura de relevo na Revolução Soviética.

22

Domingo

1940 — Franco conferencia com Hitler em Hendaya.

O Papa João Paulo II assume os seus poderes pontifícios em cerimónia solene de entronização na Basílica de São Pedro. Começa em Moscovo nova fase de conversações entre a URSS e os EUA para a conclusão de um novo acordo de limitação de armas estratégicas (SALT-2). Termina o I Congresso do partido governamental espanhol — UCD — tendo o primeiro-ministro, Adolfo Suárez, único candidato à presidência do partido, sido reeleito por esmagadora maioria. O vice-presidente da RP da China, Teng Hsiao-ping, inicia uma visita oficial ao Japão.

23

Segunda-feira

1923 — Insurreição operária armada em Hamburgo, Alemanha, dirigida por Ernest Thaelmann.

O Japão e a China ratificam o seu tratado de paz e cooperação, na sequência da visita oficial de Teng Hsiao-ping ao Japão. O co-dirigente da Frente Patriótica do Zimbábue, Joshua N'komo, afirma em Lusaka que as suas forças de guerrilha abateram sete aviões de combate e 30 soldados dos racistas rodésianos, quando estes atacaram as suas bases na Zâmbia, no fim da passada semana. O príncipe herdeiro do Irão, Reza Cyrus, de 17 anos, pede a seu pai, o Xá, para abdicar por causa dos distúrbios persistentes no seu país. O presidente Kaunda, da Zâmbia, anuncia que 18 estrangeiros foram presos por terem colaborado com os invasores rodésianos, nos ataques que estes desencadearam no fim da última semana a bases da Frente Patriótica situadas na Zâmbia. Lucas Pohamba, tesoureiro da SWAPO, declara que esta participará nas eleições livres na Namíbia caso estas se desenrolem sob o controlo das Nações Unidas.

24

Terça-feira

1929 — Um colapso na Bolsa de Nova Iorque assinala o início de uma grande crise do capitalismo mundial, conhecida como «a grande depressão».

Rádio Hanói anuncia que uma sublevação de grandes proporções está na Camboja para derrubar o governo. Hafez Al Assad, da Síria, inicia uma visita oficial ao Iraque, no âmbito das conversações de países árabes contra os «cozinheiros de paz» para o Médio Oriente entre o presidente Sadat, do Egipto, e os sionistas.

Turquia: mais de 400 assassinatos em 8 meses

A Turquia é o único país na Europa em que o Partido Comunista está proibido. Um facto sintomático, que se insere numa situação política repressiva, alheia ao cumprimento dos mais elementares direitos humanos. E que impõe a necessidade da activa solidariedade internacional para se pôr cobro a uma situação anacrónica.

Em Dezembro de 1977, o povo turco derrubou de facto pelo voto — apesar das tentativas oficiais de o ignorar — o governo de direita de Demirel, dirigente do Partido da Justiça. Então, Ecevit, que hoje preside ao governo do Partido Popular Republicano (membro da Internacional Socialista) angariou o apoio popular com um programa que correspondia a muitas das necessidades e exigências do país: a limitação da acção do poder dos monopólios, a reforma agrária, o auxílio às cooperativas, a ampliação e reforço dos direitos dos trabalhadores, a proibição do lock-out, a redução da idade do voto para os 18 anos.

O governo de Ecevit não correspondeu, entretanto, a nenhuma das promessas feitas. A pressão do imperialismo e da NATO sobre o país não cessam de crescer, antes se acentuam. A perseguição aos comunistas e outras forças democráticas e progressistas é uma constante. Os mais elementares direitos humanos são grosseiramente violados. Nas grandes cidades, as pessoas têm medo de sair logo que anoitece. Alguns bairros só têm acesso permitido aos seus habitantes. Os que lêem publicações democráticas e progressistas são atacados em plena rua. Os comandos fascistas, a polícia secreta e os

provocadores maoístas matam e ferem com plena impunidade. Nos últimos sete meses foram mortas mais de 400 pessoas na Turquia. As vítimas são os comunistas e outros militantes democráticos, inclusive da ala

e as agressões têm-se intensificado desde o plano do Partido Comunista da Turquia para a formação de uma frente nacional democrática com a participação de todos os partidos, organizações e forças anti-imperialistas e antifascistas, pela independência nacional, pela paz, pelo desarmamento, pelos direitos e liberdades democráticas. A escalada do terror fascista tem como objectivo empurrar o governo mais para a direita, aniquilar as forças progressistas, fazer da Turquia uma boa base para a política de guerra fria promovida pelo imperialismo. A resistência popular a esta política é bem



esquerda do Partido Popular Republicano, no poder. A perseguição às organizações e publicações progressistas intensificou-se. Foram abertos processos contra editores progressistas, alguns dos quais estão a ser julgados este mês a coberto dos artigos 141 e 142 do Código Penal, que proíbem o Partido Comunista e de uma forma geral toda a propaganda que defenda os interesses da classe operária. 54 organizações progressistas são actualmente objecto de perseguições pela sua participação nas manifestações do 1.º de Maio. Preparam-se novas provocações, pela criação de pretensos «partidos comunistas»: nos últimos tempos têm redobrado os esforços da burguesia reaccionária, auxiliada pela CIA, para formar um «partido comunista». As provocações

Assassinatos políticos: as vítimas dos comandos fascistas. Tabela com 12 linhas e 2 colunas: ano e número de vítimas.

evidenciada pelo número crescente de vítimas dos comandos assassinos fascistas. Exige uma redobrada solidariedade de todas as forças progressistas a nível internacional.



1.º de Maio — manifestações de rua, apesar da repressão

Partidos comunistas africanos analisam situação no continente

«A nossa época caracteriza-se por grandes realizações históricas e alterações revolucionárias. A influência internacional da comunidade socialista tornou-se um factor decisivo do desenvolvimento contemporâneo» — assim se inicia o documento-análise elaborado por Partidos Comunistas e Operários da África do Sul e Tropical, publicado em Setembro para discussão entre todos os partidos, militantes ou patriotas, progressistas, revolucionários e marxistas em África.

E prossegue: «No nosso continente e suas ilhas, as leis do desenvolvimento social são as mesmas que para todo o resto do mundo, mas elas manifestam-se numa forma própria às características históricas e nacionais de África». A evolução das forças no continente africano caracteriza-se por duas tendências principais: por um lado um impetuoso revolucionarismo crescente, por outro o imperialismo, que recorre a todos os meios para deter o processo revolucionário. «Nos últimos tempos assistiu-se a grandes êxitos obtidos pelos povos de África na sua luta pela libertação nacional e social. A destruição revolucionária do colonialismo e do fascismo português, o recrudescimento da luta na África Austral, o processo revolucionário na Etiópia, a luta pela autodeterminação no Saara Ocidental, a resistência armada contra as tropas imperialistas francesas no Tchad, os êxitos alcançados pelas forças progressistas nos países de orientação socialista, alteraram radicalmente o equilíbrio de forças em favor dos movimentos e do processo revolucionário».

Neocolonialismo e multinacionais O colonialismo marcou profundamente a vida dos países africanos. Actualmente é o imperialismo, recorrendo a todos os seus instrumentos, e utilizando muito particularmente as multinacionais, que constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento do continente. «A economia da maior parte dos países africanos depende em geral dos monopólios imperialistas. A monocultura imposta pelas

metrópoles é predominante. A maioria da população é rural. Os camponeses são impiedosamente explorados, muito particularmente pelas sociedades multinacionais, que controlam o mercado mundial de matérias-primas agrícolas, por um lado, e dos géneros alimentares do outro lado». Os métodos de dominação utilizados são múltiplos: a «ajuda» mediante exigências lesivas dos interesses dos povos africanos, o estabelecimento de regimes fantoches ou de pirataria de mercenários contra os Estados progressistas (cujas acções se malograram na República da Guiné, Angola, Benin e noutros países), o anticomunismo, o chauvinismo, o tribalismo, o fanatismo religioso. Apoiados pelos meios imperialistas, ideólogos africanos reaccionários utilizam a doutrina do «socialismo africano» para «desviarem os povos da via revolucionária, a única possível com rumo ao socialismo, e para os isolarem das forças progressistas mundiais, sobretudo do movimento comunista internacional», teoria hoje utilizada pela social democracia para isolar os Estados africanos da comunidade socialista. A «invasão soviético-cubana» a «ameaça do imperialismo soviético», são calúnias utilizadas quer para isolar o movimento de libertação nacional da comunidade socialista, quer para «justificar» a intervenção armada no continente, como é o caso do Zaire, do Tchad, do Saara Ocidental. Prossegue por outro lado o auxílio descarado aos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia. Face à profunda revolução realizada na Etiópia, o imperialismo, com a complicitade da reacção árabe, intensifica

as suas actividades no sentido de controlar o Mar Vermelho, transformando-o num foco de conflitos.

Classes em confronto

Acentua-se a diferenciação de classe em África. Actualmente, a 17% da população pertence 70% do rendimento nacional. Entre 1960 e 1975 o número de assalariados passou de 20 para 32 milhões.

Certo número de países da África tropical têm hoje uma classe operária. Noutros está em formação. Apesar do seu pequeno peso numérico e do seu lento desenvolvimento, o proletariado africano — que formou os seus próprios sindicatos e alguns países o seu partido — constitui a mais firme força revolucionária na luta pela libertação nacional e social. Nesta luta, os camponeses, que constituem a maioria da população, são os aliados naturais da classe operária. O progresso social é impossível sem o apoio activo do camponesinato. O processo de urbanização engendrou, por um lado, uma camada de marginais, por outro o crescimento quantitativo de grupos médios — pequenos comerciantes, artífices, empregados, intelectuais — que tomam parte também na luta pela democracia, pelo progresso social, pelo socialismo. Destes grupos saíram os democratas revolucionários, com peso decisivo no poder nos países africanos de orientação socialista.

A burguesia local — nos países de orientação capitalista — está de facto dependente e secundarizada em relação ao capital externo e confina-se ao sector terciário, a especulações de bens imobiliários e de consumo. Um dos aspectos essenciais do desenvolvimento capitalista na África tropical reside no aparecimento de uma burguesia burocrática, ao nível de funcionários médios e superiores, que desempenha um importante papel nas relações entre a burguesia local e o imperialismo.



Combatentes da ZAPU — frente de libertação do Zimbábue — num campo de treino militar



Combatentes da SWAPO, da Namíbia, numa missão de ataque, contra o domínio ilegal da Pretória

Assim, «na luta pela realização das tarefas de renovação nacional formam-se duas coligações opostas de classes». «A coligação das forças anti-imperialistas, progressistas e patrióticas é constituída pela classe operária, os camponeses explorados e outras categorias de trabalhadores, assim como por largos sectores das camadas médias, certas fracções da burguesia nacional e personalidades patrióticas, na medida em que estas se mantêm fiéis aos interesses das massas.

«Esta coligação opõe-se a das forças privilegiadas feudais e tribais, da burguesia compradora e burocrática. Os agentes do imperialismo e, em geral, de todos aqueles que desejam que o país enverede pela via de um desenvolvimento capitalista». «Existem, hoje, em África, duas tendências opostas de evolução social: a primeira conduz ao socialismo, a segunda ao capita-

lismo. A especificidade da realidade africana deixa a sua marca em cada uma delas». Tal especificidade significa, por exemplo, que para a grande maioria dos povos africanos, é impossível realizar uma passagem directa das relações pré-capitalistas às relações socialistas. Antes, têm de passar por um período transitório mais ou menos longo, em que uma política consequente, de acordo com os interesses das massas trabalhadoras, conduza à superação da pesada herança colonial, da insuficiência de recursos materiais e de quadros qualificados, da pressão das forças imperialistas, da resistência das forças reaccionárias locais. Entretanto, vários países da África tropical e austral optaram nos últimos anos pela via de orientação socialista. Apenas durante a primeira metade dos anos 70 vários países se lhe reuniram: Madagascar, Benin, Etiópia, Angola, Moçambique, etc., e o seu número não cessa de aumentar. O socialismo — o único sistema que permite aos povos oprimidos o acesso à liberdade, à independência, ao progresso e ao bem-estar — apesar das imensas dificuldades, dos obstáculos que tem que superar, ganha sólidas raízes no continente africano.

Contra a bomba N: desarmamento

A semana de 24 a 31 de Outubro foi proclamada Semana Mundial do Desarmamento pela Assembleia Geral da ONU na sua sessão extraordinária dedicada ao desarmamento. Com a realização desta semana coincide a comemoração do 33.º aniversário da formação das Nações Unidas, em 1945, que estabeleceu como objectivo a construção de um mundo de paz, na igualdade de direitos de todos os países, também no que respeita ao máximo desenvolvimento de todas as suas capacidades.

Antecedendo de dias esta importante semana de luta — por um objectivo fulcral da humanidade — dois factos realçam o carácter complexo, as dificuldades que se levantam na batalha decisiva da paz. O presidente Carter ordenou a produção dos «elementos essenciais» da bomba de neutrões e a conversão de algumas armas nucleares na Europa, para que possam vir a ser equipadas com ogivas de neutrões. Imediatamente a seguir, nos dias 22 e 23, Cyrus Vance, secretário de Estado norte-americano, esteve em Moscovo

para mais uma etapa nas conversações para a limitação de armas estratégicas (SALT II). O camarada Andrey Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, e Vance, afirmaram que os dois países estavam mais perto de um acordo.

A longa batalha pelo desanuviamento nas relações internacionais — pontuada por acontecimentos tão importantes como o Apelo de Estocolmo, de 1950, contra a corrida aos armamentos, a Conferência de Helsínquia — tem, apesar de todas as dificuldades, dado os seus frutos, quer no campo político, quer no campo militar. Nesta batalha, o desarmamento surge como uma pedra fundamental, sem a qual o desanuviamento carece de uma base estável e segura. Na senda do desarmamento vários passos importantes foram já dados. A 5 de Agosto de 1963, foi assinado o acordo de interdição parcial dos ensaios atómicos que já aderiram mais de 120 países. Em 5 de Março de 1970 foi assinado o tratado de não-proliferação de armas nucleares.

Em 30 de Setembro de 1971, um acordo bilateral entre a União Soviética e os EUA reduz o perigo de uma guerra nuclear.

Em Maio de 1972 é assinado o primeiro acordo SALT. A União Soviética e os Estados Unidos comprometem-se a congelar durante cinco anos (até Outubro de 1977) o número de mísseis

ofensivos e a desenvolver apenas sistemas defensivos. Entretanto, o congelamento do número de engenhos de destruição massiva não abrange a sua melhoria qualitativa. São exactamente os limites qualitativos um dos problemas em debate para o SALT II. Outro passo importante na luta



pelo desarmamento são as conversações de Viena, iniciadas em 1973, que os países da NATO se têm empenhado em fazer arrastar, e que visam uma redução equilibrada de armamento e de tropas na Europa, no domínio das forças convencionais.

Papel de crescente importância cabe hoje à opinião pública internacional cuja intervenção tem marcado factos como o adiamento da produção da bomba de neutrões e a convocação da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU, consagrada ao desarmamento, em que foram entregues cerca de 700 000 assinaturas do Novo Apelo de Estocolmo. As vitórias alcançadas não devem encobrir os perigos. O imperialismo lança-se actualmente numa nova escalada armamentista e de deterioração das relações internacionais. Na Sessão do Conselho da NATO, em Washington, de Maio de 1977, as perigosas decisões adoptadas apontam para a concretização de mais de cem novos programas de armamento, sem precedentes

quanto à sua amplitude. Soma-se-lhe a produção de armas estratégicas desestabilizadoras como os mísseis MX, mísseis de cruzeiro, etc.

A bomba de neutrões voltou nestes últimos dias ao primeiro plano — num momento em que os arsenais nucleares têm, no conjunto, uma capacidade explosiva superior a 1,3 milhões de bombas de Hiroshima. É o direito à vida que está em causa, um direito ameaçado pela política de Washington, dos círculos da NATO.

A batalha da paz assume hoje uma importância vital. Reune milhões e milhões de pessoas em todo o mundo. A força decisiva da comunidade socialista une-se a voz dos que vivem sob o capitalismo. Não é por acaso que a bomba de neutrões produziu uma reacção cautelosa por parte dos países da NATO. E que o governo holandês manifestou de imediato a sua preocupação. No caminho da paz, a mobilização crescente de vontades assegura novos passos em frente. A escalada armamentista tem que ser travada.

Os povos de todo o mundo, contra a corrida aos armamentos



Os mais novos preparam-se para as tarefas do futuro, estudando e trabalhando com determinação para o desenvolvimento da República Socialista do Vietnam, onde a luta pela libertação e unificação deu lugar à luta pelo progresso e pelo reforço da sociedade socialista.

VIETNAME: grande prestígio internacional

Para a Humanidade progressista o Vietname personifica o heroísmo e a firmeza na luta pela liberdade. Para a reacção internacional e os agressores, é um símbolo do fracasso iminente da sua política.

Duras provas suportou o primeiro Estado Popular da sudeste da Ásia, desde a sua fundação, há 33 anos. O seu povo teve que bater-se, sucessivamente, contra os colonialistas franceses, os agressores ianques e os seus lacaios de Saigão. Durante todo este período o mundo admirou a heróica luta do Vietname, que contava com a eficaz assistência dos países socialistas e o activo apoio moral da opinião pública democrática.

No Vietname conhece-se bem o valor da paz. No relatório sobre a situação política apresentado pelo CC do Partido Comunista do Vietname ao IV Congresso do Partido sublinhou-se que a luta pela paz é tarefa estratégica intimamente ligada aos objectivos da luta pela independência nacional, a democracia e o socialismo. A actividade internacional da RSV baseia-se no desejo de conseguir robustecer substancialmente a paz mundial e sanear o clima político da Ásia.

relações soviético-vietnamitas. Leonid Brejnev sublinhou que a URSS continuará prestando ao Vietname a colaboração necessária para fomentar a sua economia socialista. Foram construídas no Vietname mais de 170 importantes empresas com a assistência soviética. Actualmente, a URSS concede créditos ao Vietname e colabora na edificação de várias unidades industriais, nomeadamente uma central hidro-eléctrica no rio Da, a termo-eléctrica de Pha Lai e uma mina em He Tam. Por solicitação do governo da RSV, especialistas soviéticos participam na prospecção de petróleo e gás. A URSS envia aos seus amigos vietnamitas instalações e matérias-primas para as indústrias pesada, ligeira e alimentícia, víveres e outras mercadorias.

A assistência soviética é acompanhada pela de outros países socialistas. A RDA ocupa-se da reconstrução integral da cidade de Vinh,

arrasada durante a guerra, enquanto especialistas cubanos reconstruem a cidade de Dong Hoi. A Bulgária colabora na prospecção e exploração de jazigos de cobre e na construção de duas centrais eléctricas no rio Dum; a Hungria ajuda na produção de meios de comunicação e frigoríficos; a Polónia fornece equipamento de televisão e instalações para a indústria naval. Praticamente todos os países socialistas participaram na reconstrução do caminho de ferro "Unidade", que cruza o país de Norte a Sul e é de importância fulcral para a economia do país.

A colaboração bilateral e multifacetada do Vietname com os demais países socialistas vem de longe. Representantes vietnamitas assistiram com observadores às sessões do CAME e às reuniões das suas comissões permanentes. Na sequência desta aproximação, a RSV ingressou no CAME. Os objectivos desta organização económica internacional

assistência mútua para a melhor utilização dos recursos naturais e humanos de cada país, o nivelamento gradual do desenvolvimento económico e do bem-estar dos povos - coincidem totalmente com as tarefas com que o Vietname se defronta. A RSV procura ampliar a sua participação na divisão do trabalho entre os países socialistas, contribuir para o fortalecimento do poder económico colectivo.

O prestígio que, pelas suas posições internacionais, o Vietname socialista unificado conquistou dão-lhe o papel de relevo no saneamento do clima político na Indochina. Nos últimos três anos o PCV e o governo da RSV não regatearam esforços para a consolidação da amizade com os países vizinhos. As relações do Vietname com a República Democrática Popular do Laos são um exemplo que atesta essa boa vizinhança. Em Julho de 1977 ambos os países assinaram um tratado de amizade



Os cartazes mobilizando à resistência armada contra o imperialismo ainda se vêem nas ruas. Mas o povo vietnamita dirige agora os seus esforços noutra frente decisiva: a luta pela reconstrução nacional, pela paz, pelo socialismo.

e cooperação, e um outro definindo as fronteiras entre os dois Estados. É sabido como os colonialistas haviam complicado o problema dos limites entre o Vietname e o Laos. Mas os ideais socialistas comuns ajudaram ambos os países a resolver, em pouco tempo, o "diferendo fronteiriço".

Foram normalizadas e continuam a melhorar as relações com outro vizinho - a Tailândia - de cujo território os aviões dos EUA descolaram para os bombardeamentos ao Vietname. A visita a Bangkok de Nguyen Duy Trinh, vice-primeiro-ministro e conselheiro da RSV, em princípios deste ano, contribuiu grandemente para esse objectivo, tendo, na altura, sido firmados vários acordos políticos, económicos e outros.

A activa política externa do Vietname acelera o desanuviamento na Ásia, demonstrando que é possível e necessária uma atmosfera de confiança e colaboração entre Estados de diferentes sistemas sociais

e económicos. Este ano o primeiro-ministro da RSV, Pham Van Dong, deslocou-se à Índia. A imprensa de Hanói e de Delhi assinalou que as conversações de Pham Van Dong com os dirigentes indianos estimularam a colaboração económica e política entre os dois Estados asiáticos não-alinhados e definem o começo de uma nova etapa no desenvolvimento das tradicionais relações de amizade entre o Vietname e a Índia.

Teve igualmente importância a deslocação de Nguyen Duy Trinh ao sudeste asiático, em meados deste ano. As propostas do Vietname tendentes a criar um clima de paz genuína, liberdade e neutralidade nessa zona, foram analisadas atentamente nas capitais de muitos Estados interessados. Estadistas e personalidades sociais de países do sudeste asiático aguardam com grande

interesse a próxima viagem do primeiro-ministro da RSV

a várias capitais dessa parte do continente.

O Vietname socialista goza de merecido prestígio como lutador consequente contra todas as formas de opressão social, nacional e racial na Ásia, África e América Latina. Todos reconhecem o papel activo que desempenha no movimento do não-alinhados. Na recente Conferência de países não-alinhados, a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros, Nguyen Duy Trinh, chefe da delegação vietnamita, sublinhou que "o imperialismo e a reacção internacional fazem todos os esforços para neutralizarem os factores que conferem força ao movimento não-alinhado, tentando esvaziá-lo da sua essência anti-imperialista e anticolonialista, dividir as suas fileiras e opô-lo a outras forças progressistas".

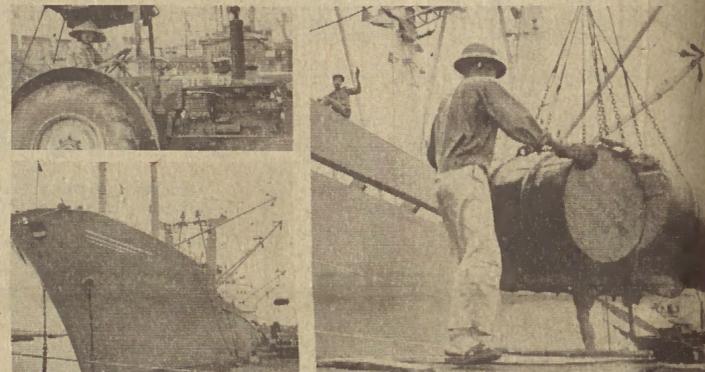
O facto de mais de cem Estados manterem relações diplomáticas com o Vietname, ratifica o seu elevado prestígio internacional.



Há várias maneiras de levar os filhos à escola...



A agricultura tem um peso muito grande na economia vietnamita



Através dos portos do país desenvolve-se de forma crescente o intercâmbio comercial com outros países

Paraguai: ditadura ou «democracia restringida»?

A feroz ditadura terrorista que há dezenas de anos se abate sobre o povo do Paraguai é um exemplo bem vivo dos crimes fascistas desencadeados na América Latina com o amplo apoio - e várias vezes a participação activa - do imperialismo americano.

A opinião pública internacional desde há muito que tem conhecimento da feroz repressão que Stroessner e seus sequazes mantêm no Paraguai, dos numerosos crimes por eles cometidos, da completa inexistência das mais elementares liberdades.

Estranhamente, na sua recente reunião de Lisboa, a Internacional Socialista, classificando os regimes políticos existentes na América Latina, «descobriu» que no Paraguai vigorava uma experiência democrática com sistema de «Democracia Restringida»!

Milhares de patriotas presos e torturados, inexistência das mais elementares liberdades, uma

situação social insuportável, um sistema económico no caos - tudo isto é, para os dirigentes da IS, uma «experiência democrática», uma «democracia restringida».

A entrevista de que seguidamente apresentamos alguns extractos, foi recentemente concedida pelo camarada António Maidana, secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, ao jornal «Voz Proletária», órgão do PC da Colômbia e ilustra bem que a situação no Paraguai só tem um nome: ditadura fascista, por mais que isso custe às manobras conciliadoras de dirigentes da IS.

A entrevista do camarada Maidana analisa ainda as tarefas que se colocam na actualidade aos comunistas do Paraguai, bem como o isolamento crescente da ditadura de Stroessner e o ascenso das lutas populares.

do país aos monopólios estrangeiros e contra os acordos neocolonialistas. Por essa razão, pensamos ser necessária a participação daqueles militares no Poder. Aliás, estamos também a ganhar o apoio de importantes sectores da Igreja Católica.

Os presos políticos

- Esta é também a perspectiva nas prisões paraguaias?

- Uma experiência que me parece muito valiosa para a juventude é que a ditadura fascista no Paraguai, apesar do regime de torturas brutais, crimes, de prisão por tempo indefinido, não conseguiu quebrar a moral dos presos políticos, que representam naturalmente o estado de espírito das massas. Nas prisões do Paraguai estão a travar-se lutas importantes, greves de fome, resistência ao trabalho forçado, lutas que indicam ao inimigo que não conseguiu quebrar a moral dos presos políticos nem liquidá-los fisicamente.

As lutas dos trabalhadores

- Em que estado se encontram as lutas da classe operária?



Uma imagem eloquente das condições de vida do povo paraguai

- No Paraguai, os sindicatos, nas suas comissões operárias (juntas directivas), estão praticamente dominados por agentes da burguesia e do imperialismo. Funciona uma organização sustentada pelo governo norte-americano denominada «Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre», que nas assembleias operárias impõe, com a ajuda da polícia, os elementos que lhe convém. É um sindicalismo pior que o reformista, porque é do governo e do patronato. A partir de 1947, quando o governo liquidou uma insurreição democrática, foram ocupados os sindicatos na base de uma lei que (só) reconhece as comissões directivas

sindicais que tenham o visto favorável das autoridades e da polícia.

Apesar desta situação, a ditadura não tem podido impedir o avanço de certas lutas operárias (que não são ainda desenvolvidas de uma forma contínua) por aumentos de salários, contra a violação da jornada de oito horas de trabalho, lutas que obrigaram o governo a conceder um aumento salarial de 15 por cento, contra as ordens do Fundo Monetário Internacional, que estabelece a congelação de salários. Durante quatro anos conseguiram manter os ordens do FMI, enquanto o custo de vida aumentava até 100 por cento em alguns produtos.

Situação de miséria

A situação da classe operária é naturalmente grave. O número de desempregados chega a 70 mil e o de pessoas no sub-emprego chega a 100 mil. Para o Paraguai são cifras muito elevadas porque a força economicamente activa é apenas de 800 mil pessoas, estando cerca de 9 por cento no desemprego. O salário mínimo, muito baixo em comparação com outros países, é de 11 000 «guaranies». Os assalariados agrícolas têm um rendimento tão baixo que não chega, por média, a 6000 «guaranies» por ano. As mulheres são ainda mais exploradas que os homens.



António Maidana, secretário-geral do PC do Paraguai

O papel do Exército

- Porquê um governo provisório civil-militar?

- cremos que há condições para que o movimento e as lutas das massas populares possa ir ganhando progressivamente o apoio de uma parte do Exército. Existem no Exército correntes de tendências nacionalistas e patrióticas, que estão contra a entrega

António Maidana

Participando activamente desde os 16 anos de idade nas lutas do seu povo pela libertação, o camarada António Maidana aderiu ao Partido Comunista do Paraguai ainda muito novo, tendo-se destacado rapidamente como dirigente activo e conhecedor profundo das realidades do seu país.

Em 10 de Agosto de 1958, encontrando-se na vanguarda de uma greve geral operária contra a ditadura de Stroessner, foi detido pelos esbirros do regime. Era a época em que sobre a terra latino-americana se abatiam sangrentas ditaduras militares reaccionárias.

Em 1971, o camarada António Maidana, sendo já um símbolo vivo da resistência do povo paraguai à ditadura fascista, foi eleito secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, no decorrer do seu III Congresso.



Nos últimos anos, em relação a alguns produtos o custo de vida aumentou 100%. Para uma população activa de 800 mil pessoas, o número de desempregados atinge os 70 mil e o de subempregados 100 mil